

KEILA RODRIGUES DE SOUZA

**SUICÍDIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: Um estudo sócio-
econômico da incidência da auto-violência nas mesorregiões Oeste e Sudoeste do Paraná,
1990 a 2005**

Toledo

2007

KEILA RODRIGUES DE SOUZA

**SUICÍDIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: Um estudo sócio-
econômico da incidência da auto-violência nas mesorregiões Oeste e Sudoeste do Paraná,
1990 a 2005**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strito Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Nível de Mestrado, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE/*Campus* Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Yonissa Marmitt Wadi

Toledo - PR

2007

KEILA RODRIGUES DE SOUZA

SUICÍDIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: Um estudo sócio-econômico
da incidência da auto-violência nas mesorregiões Oeste e Sudoeste do Paraná, 1990 a 2005

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do Grau de Mestre no Curso de Desenvolvimento Regional e Agronegócio, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* de Toledo, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Yonissa Marmitt Wadi
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Jefferson Andronio Ramundo Staduto
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof.^a Dr.^a Sílvia Maria Fávero Arend
Universidade do Estado de Santa Catarina

Toledo, 09 de Março de 2007.

*Aos meus pais, pelo apoio que nunca
faltou.*

AGRADECIMENTOS

A minha família, pela confiança, apoio e compreensão.

A minha orientadora, professora Dr^a. Yonissa Marmitt Wadi, pela dedicação, estímulo. A você Yonissa, toda a minha gratidão e respeito pela postura acadêmica e amizade.

Aos professores do programa do mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, em especial aos professores Dr. Miguel Angel Uribe Opazo e Dr. Jefferson Andronio Ramundo Staduto, pelas muitas orientações além da fundamental participação na banca de qualificação.

A CAPES pela concessão da bolsa de estudos.

Aos amigos do Mestrado, pelo compartilhamento de angústias e perspectivas de formação e de novos caminhos a trilhar.

Aos profissionais dos IML's pela concessão das informações que subsidiaram a pesquisa.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente estiveram ao meu lado, presentes, com o apoio o carinho, para o cumprimento desta etapa.

A todos, muito obrigada!

SOUZA, Keila Rodrigues de. Suicídio e desenvolvimento regional: Um estudo sócio-econômico da incidência da auto-violência nas mesorregiões Oeste e Sudoeste do Paraná, 1990 A 2005. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná/*Campus* de Toledo.

RESUMO

Compreendendo o suicídio como um fenômeno universal, um reflexo das alterações sociais e econômicas ocorridas na sociedade, bem como as diversidades regionais, este trabalho teve como objetivo analisar a relação entre ocorrência de suicídio e a configuração do processo de desenvolvimento regional das mesorregiões Oeste e Sudoeste do Paraná, entre os anos de 1990 e 2005. Com base em bibliografia de referência e pesquisa, quantitativa e qualitativa, em laudos dos Institutos Médicos Legais, bem como em informações sócio-econômicas referentes as duas mesorregiões, o trabalho revelou as altas taxas de suicídio em ambas, taxas estas superiores a média do estado do Paraná e do Brasil. O trabalho evidenciou a forte relação das taxas de suicídio com o conjunto de processos e dinâmicas sócio-econômicas responsáveis pelo desenvolvimento do Oeste e do Sudoeste, principalmente as mudanças sofridas no setor rural. Com uma economia alavancada pela produção agropecuária, transformações neste cenário, como os gerados pelo processo de modernização (revolução verde), mudanças na estrutura física, com a construção das barragens das usinas hidrelétricas de Salto Caxias e Itaipu Binacional, desapropriações de terra e êxodo rural, e as conseqüentes dificuldades sofridas pela agricultura, principalmente a agricultura familiar, são fatores que indicam uma forte relação com os índices de suicídio. Evidenciou-se, como em outros trabalhos, que a conduta suicida é largamente mais freqüente entre os homens do que entre as mulheres, isto mesmo quando o contingente populacional feminino é superior ao masculino e que o enforcamento é o método mais utilizado. Como apontaram outros estudos para o Brasil, a mortalidade-suicídio entre pessoas casadas foi mais freqüente que entre os solteiros, viúvos e desquitados. Com relação a faixa etária dos suicidas, verificou-se que em ambas mesorregiões o suicídio atinge mais pessoas em faixas etárias de vida ativa e produtiva. Percebeu-se também, que em todo o período, as taxas de suicídio foram superiores entre os indivíduos de ocupação rural, o que indica uma forte associação entre taxas de mortalidade-suicídio e a atividade agropecuária. Esta relação foi observada tanto na região Oeste, quanto na região Sudoeste, todavia no Sudoeste esta relação foi ainda mais forte, indicando maior dependência do setor agropecuário no desenvolvimento desta região que se configurou como região de agropecuária mais tradicional e pouco capitalizada, com pequenas propriedades e predomínio da agricultura familiar. Verificou-se também que 8 dos 20 municípios que compõem o ranking dos municípios com maiores taxas de suicídio são lindeiros, ou seja, municípios atingidos pela construção das Usinas de Itaipu e Salto Caxias. Seis destes municípios foram atingidos pela usina de Itaipu, todos no Oeste e 2 pela usina de Salto Caxias, um município no Oeste e outro no Sudoeste. Considerando a bibliografia de referência, observou-se que a Usina de Salto Caxias adotou uma política mais eficaz no processo de desapropriação das áreas atingidas do que a Usina de Itaipu e isto também pode ter influenciado em menos impacto para a população, o que certamente contribuiu para que esta não ficasse tão vulnerável, resultando em menores taxas de mortalidade-suicídio. Desta forma, este trabalho verificou que as taxas de suicídio são fortemente influenciadas pela dinâmica local e que os padrões suicidas demonstram a vulnerabilidade aos efeitos das conjunturas sociais, pois estes resultados podem estar refletindo uma relação real com a qualidade de vida de seus autores.

Palavras-chave: suicídio; agropecuária; mesorregião Oeste; mesorregião Sudoeste; desenvolvimento regional; planejamento regional.

SOUZA, Keila Rodrigues de. Suicide and regional development: A social-economic study of incidence of selfviolence in the region West and Southwest of Paraná, 1990-2005. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná/*Campus* de Toledo.

ABSTRACT

As far as we can concern the suicide as a universal phenomenon, a consequence of occurred the social and economic alterations in the society, as well as the regional diversities, this work has as objective analyze the relation between suicide occurrence and the configuration of the process of regional development of the region West and Southwest of the Paraná, between 1990 and 2005. On the basis of bibliography of reference and research, quantitative and qualitative, in reports of the Legal Medicals Institutes, as well as in referring partner-economic information the two regions, the work disclosed the high rates of suicide in both, rates these superiors the average of the state of the Paraná and Brazil. The work evidenced the strong relation of the rates of suicide with the set of processes and responsible partner-economic dynamic for the development of the southwestern West and, mainly the changes suffered in the agricultural sector. With a economy stimulated for farming production, changes in this scene, as the generated ones for the modernization process (green revolution), changes in the physical structure, with the construction of the hidreletric barrages plants of Salto Caxias and Itaipu Binational, land dispossessions and agricultural exodus, and the consequent difficulties suffered for agriculture, mainly family agriculture, are factors that indicate one strong relation with the suicide indices. It was proven, as in other works, that the suicidal behavior is wide more frequent enters the men of what between the women, this exactly when the feminine population contingent is bigger to the masculine and that the hanging is the used method more. As they had pointed other studies with respect to Brazil, the mortality-suicide between married people was more frequent than between the divorced, bachelors, and widowers. With regard to average age of the suicidal ones, it was verified that in both regions the suicide reaches more people in average age of active and productive life. One also perceived, that in all the period, the suicide rates had been bigger between the individuals of agricultural occupation, what it indicates one strong association between mortality-suicide rates and the farming activity. This relation was observed in such a way in the region West, how much in the Southwestern region, however in the Southwest this relation was still more strong, indicating bigger dependence of the farming sector in the development of this region that if configured as farming region of more traditional and little capitalized, with small properties and predominance of familiar agriculture. One also verified that 8 of the 20 cities that compose ranking of the cities with bigger rates of suicide are bordering, that is, cities reached for the construction of the Plants of Itaipu and Salto Caxias. Six of these cities had been reached by the plant of Itaipu, all in West and 2 for the plant of Salto Caxias, a city in the West and another one in the Southwest. Considering the reference bibliography, it was observed that the Plant of Salto Caxias adopted one more efficient politics in the process of dispossession of the reached areas of what the Plant of Itaipu and this also can have influenced in little impact for the population, what certainly contributed so that this was not so vulnerable, resulting in lesser rates of mortality-suicide. In such a way, this work verified that the suicide rates strong are influenced by the local dynamics and that the suicidal standards demonstrate the vulnerability to the effect of the social conjunctures, therefore these results can be reflecting a real relation with the quality of life of its authors.

key words: suicide; farming; region West; southwestern region; regional development; regional planning.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Taxa de Mortalidade–Suicídio no Paraná (1991- 1996 -2000) por 100 mil habitantes.....	59
Tabela 2 – Taxa de suicídios cometidos no Oeste/PR – 1990 a 2005.....	88
Tabela 3 – Suicídio segundo sexo no Oeste/PR – 1990 a 2005.....	89
Tabela 4 - Taxa de suicídio segundo sexo e proporção de população no Oeste/PR – 1991, 1996 e 2000.....	90
Tabela 5– Suicídio segundo método utilizado no Oeste/PR – 1990 a 2005.....	91
Tabela 6 – Suicídio segundo estado civil no Oeste/PR – 1990 a 2005.....	92
Tabela 7 – Suicídio segundo profissão no Oeste/PR – 1990 a 2005.....	93
Tabela 8 –Taxa de suicídio segundo profissão no Oeste/PR – 1990 a 2005.....	94
Tabela 9 – Taxa de suicídio segundo faixa etária no Oeste/PR – 1990 a 2005.....	95
Tabela 10 - Suicídio segundo instrução escolar no Oeste/PR – 1990 a 2005.....	96
Tabela 11 – Suicídio segundo mês e ano no Oeste/PR – 1990 a 2005.....	97
Tabela 12 – Taxa de suicídios cometidos no Sudoeste/PR – 1990 a 2005.....	99
Tabela 13 – Suicídio segundo sexo no Sudoeste/PR –1990 a 2005.....	100
Tabela 14 - Taxa de suicídio segundo sexo e proporção da população no Sudoeste/PR – 1991,1996 e 2000.....	101
Tabela 15 – Suicídio Segundo Método Utilizado no Sudoeste/PR – 1990 a 2005.....	101
Tabela 16 – Suicídio segundo estado civil no Sudoeste/PR – 1990 a 2005.....	102
Tabela 17 – Suicídio segundo profissão no Sudoeste/PR – 1990 a 2005.....	104
Tabela 18 –Taxa de suicídio segundo profissão no Sudoeste/PR – 1990 a 2005.....	105
Tabela 19 – Suicídio segundo faixa etária no Sudoeste/PR – 1990 a 2005.....	106
Tabela 20 - Suicídio segundo instrução escolar no Sudoeste/PR – 1990 a 2005.....	107
Tabela 21 – Suicídio segundo mês e ano no Sudoeste/PR – 1990 a 2005.....	108
Tabela 22 - Ranking das taxas médias de mortalidade-suicídio no Oeste e Sudoeste do Paraná – 1990/2005.....	120
Tabela 23 - Área de estabelecimentos agropecuários dos municípios do ranking das taxas de suicídio no Oeste e Sudoeste do Paraná – 1990/2005.....	124
Tabela 24 – Valor Bruto de Produção no Oeste e Sudoeste do Paraná.....	125

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – SUICÍDIO SEGUNDO MÊS DE OCORRÊNCIA NO OESTE –1990 a 2005.....	98
GRÁFICO 2 – SUICÍDIO SEGUNDO MÊS DE OCORRÊNCIA NO SUDOESTE –1990 a 2005.....	109

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- DIVISÃO POLÍTICA-ADMINISTRATIVA E MESORREGIÕES ESTADO DO PARANÁ.....	55
FIGURA 2 - DIVISÃO POLÍTICA-ADMINISTRATIVA- MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE.....	60
FIGURA 3 – REGIÃO ATINGIDA PELO RESERVATÓRIO DA ITAIPU.....	71
FIGURA 4 - DIVISÃO POLÍTICA-ADMINISTRATIVA- MESORREGIÃO SUDOESTE PARANAENSE.....	76
FIGURA 5 – REGIÃO ATINGIDA PELO RESERVATÓRIO DE SALTO CAXIAS.....	86

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 PROBLEMA, JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS.....	18
2 SUICÍDIO: REVISANDO O TEMA	25
2.1 O SUICÍDIO NA OBRA DE DURKHEIM: UM CLÁSSICO DA SOCIOLOGIA.....	25
2.2 O SUICÍDIO NA LITERATURA BRASILEIRA	39
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA EMPÍRICA E ANÁLISE DOS DADOS.....	52
4 SUICÍDIO NAS MESORREGIÕES OESTE E SUDOESTE DO PARANÁ	55
4.1 O PARANÁ E SUAS MESORREGIÕES: A OCORRÊNCIA DA AUTOVIOLÊNCIA	55
4.2 ASPECTOS HISTÓRICOS E CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS E CULTURAIS DAS MESORREGIÕES OESTE E SUDOESTE DO PARANÁ.....	60
4.2.1 Região Oeste do Paraná.....	60
4.2.1.1 Ocupação inicial	62
4.2.1.2. A Colonização por empresas	65
4.2.1.3 O espaço colonial em crise: modernização agrícola e êxodo rural.....	67
4.2.1.4 Uma nova dinâmica sócio-econômica e cultural nos anos 1990.....	72
4.2.2 Região Sudoeste do Paraná.....	76
4.2.2.1 A ocupação inicial	77
4.2.2.2 A Colonização por empresas	79
4.2.2.3 Modernização agrícola e desenvolvimento da agricultura familiar.....	81
4.2.2.4 Uma nova dinâmica sócio-econômica e cultural nos anos 90.....	84
4.3 O COMPORTAMENTO SUICIDA NO OESTE E SUDOESTE DO PARANÁ	87
4.3.1 Descrição dos dados sobre suicídio na mesorregião Oeste do Paraná (1990 – 2005)	88
4.3.2 Descrição dos dados sobre suicídio na mesorregião Sudoeste do Paraná (1990 – 2005).....	98
4.3.3 As taxas de suicídio nas mesoregiões Oeste e Sudoeste do Paraná e o processo de desenvolvimento regional (1990 – 2005).....	109
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS	134
ANEXOS	140

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objeto de estudo o fenômeno social do suicídio nas mesorregiões Oeste¹ e Sudoeste² paranaense, entre os anos de 1990 e 2005. Busca-se entender tal fenômeno à luz da bibliografia de referência, bem como descrevê-lo estabelecendo suas regularidades, recorrências e tendências, numa realidade marcada por um conjunto de processos e dinâmicas sócio-econômicas. Este conjunto foi determinado por comportamentos de atores, agentes e instituições, tanto locais quanto externas, que acabaram por compor e muitas vezes alterar o perfil de muitas cidades do Oeste e Sudoeste do Paraná, sendo responsável assim pelo desenvolvimento dessas duas regiões. A atenção voltou-se para algumas condições sociais e econômicas do setor rural, visto serem bastante expressivas as taxas de mortalidade-suicídio entre os agricultores das duas regiões em todo o período de estudo.

Entendendo o desenvolvimento regional como um “processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social” (OLIVEIRA, 2002, p.40), parte-se do princípio que para a solução dos problemas regionais e, por conseguinte, a melhoria da qualidade de vida é necessário o fortalecimento da sociedade e das instituições locais, pois são estas que transformarão o impulso externo de crescimento em desenvolvimento.

¹ A Mesorregião Oeste do Paraná é composta por 50 municípios. São eles: Anahy, Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante D'Oeste, Diamante do Sul, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Guairá, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Jesuítas, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde D'Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Terezinha do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupãssi e Vera Cruz do Oeste.

² A Mesorregião Sudoeste do Paraná compreende 37 municípios: Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Chopinzinho, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Itapejara D'Oeste, Manfrinópolis, Mariópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Pato Branco, Pérola D'Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Sudoeste, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Jorge D'Oeste, Saudade do Iguaçu, Sulina, Verê e Vitorino.

Oliveira (2002) sintetiza o conjunto de percepções de uma região pela interação de três fatores que mantêm relação de interdependência, um fator social, um fator econômico e um político. O fator social depende da ativação social da população local capaz de direcionar o crescimento e é um fator completamente endógeno, o fator econômico depende do processo de alocação inter-regional dos recursos disponíveis e o fator político depende da ação do governo central, que pode afetar positiva ou negativamente a região. Ao contrário do fator social, os fatores econômicos e políticos, ainda podem ser considerados como exógenos à região.

Segundo Boisier (1989), para compreender o processo de desenvolvimento regional deve-se dar atenção especial “a um conjunto de elementos – macroparâmetros – que delimitam o âmbito do planejamento do desenvolvimento regional em termos de sistemas de organização econômica, de estilos de desenvolvimento e dos conceitos hoje dominantes sobre o desenvolvimento econômico” (BOISIER, 1989, p. 601).

Assim, segundo o autor é importante fazer uma leitura da região não apenas como um fator geográfico e sim como um ator social, um elemento de planejamento, que negociando com o Estado deve se inserir nos mecanismos de decisão sendo capaz de transformar o impulso externo de crescimento econômico em desenvolvimento com inclusão social.

Neste sentido o fenômeno do suicídio apresenta-se, ao mesmo tempo, como um fenômeno curioso e revelador, que ao ser estudado de uma forma mais abrangente, através da análise de dados empíricos, considerando aspectos sócio-econômicos e culturais, torna visíveis as relações vivenciadas pelas comunidades. É possível compreender como acontecimentos e situações referentes a vida e organização das sociedades e comunidades específicas podem ser responsáveis por variações no número de mortes, tanto por suicídio quanto por homicídio, afetando e sendo afetado pelo processo de desenvolvimento. Segundo o

sociólogo Durkheim (1996)³ o suicídio depende das condições sociais, ou seja, as causas de morte por autoviolência estariam muito mais fora do que dentro de nós.

A violência é um dos problemas sociais que, nos últimos anos vem preocupando e afetando toda a sociedade sem distinção de sexo, cor, raça, geração ou classe social. O suicídio, um ato de autoviolência pelo qual o indivíduo procura voluntariamente a morte, é um fenômeno universal registrado desde a Antiguidade e interpretado por diferentes campos de estudo. De uma forma geral, a discussão científica quanto à força que determina o suicídio está centrada em duas correntes que abordam o ato suicida: uma que privilegia a natureza individual da ação e outra que privilegia a natureza social da ação. Embora as várias disciplinas tendam a reduzir o problema do suicídio à sua própria visão, os fatos apontam para uma combinação de fatores como sendo causadores deste tipo de autoviolência.

O sociólogo francês Émile Durkheim em seu livro *O Suicídio*, escrito em 1897, estudou pela primeira vez sistematicamente o problema, analisando a disposição social para o fenômeno, a tendência dos grupos sociais para o suicídio, isolando as manifestações individuais, demonstrando assim que o suicídio encontra-se determinado pelos vínculos sociais estabelecidos entre indivíduo e sociedade e que a sociedade tem a autoridade, a faculdade de regular estas taxas de acordo com um funcionamento próprio.

Com as marcas de seu tempo, a obra de Durkheim demonstra a importância de trabalhos empíricos para uma melhor compreensão da realidade do fenômeno social. O suicídio é entendido assim, como produto e reflexo das alterações sociais e econômicas ocorridas nas sociedades. Na realidade, esse mecanismo de causação não se dá de forma direta, mas como resultado de uma série de fatores, culturais e econômicos. Isto é particularmente visível nas regiões em rápida transformação, o que compromete e altera não somente a situação financeira dos sujeitos, mas, sobretudo, sua vida nos aspectos sócio-

³ Utiliza-se, nesta dissertação, a edição de 1996 da obra de Émile Durkheim publicada pela primeira vez em 1897.

culturais. Tais alterações e seus comprometimentos são tão desestruturantes, às vezes, que levam os sujeitos a cometerem atos drásticos, como os que atentam contra sua própria vida.

Segundo os sociólogos Durkheim (1996) e Merton (1999)⁴ é possível verificar duas dimensões causais gerais do suicídio, a dimensão social e a dimensão econômica. De acordo com Durkheim (1996), o suicídio é determinado pelos vínculos sociais entre indivíduo e sociedade e quando estes vínculos encontram-se fragmentados, desintegrados, podem ocorrer espaços de anomia - espaços estes que correspondem a diferenças determinadas por contatos, trocas e percepções de mundos divergentes - já que os indivíduos se encontram livres do controle prestado pelo social, conduzindo assim, a um enfraquecimento dos laços tradicionais de controle social e, conseqüentemente, a um maior número de mortes, tanto por homicídio quanto por suicídio.

Já Merton (1999) compreende a anomia como disjunções entre os objetos e o sistema de meios legais para a obtenção desses objetos, fato que ocorre frequentemente na sociedade, afetando grande número de indivíduos. Essa anomia, chamada de anomia econômica nos auxilia na compreensão da conduta suicida como ato de evasão, pois não havendo a assimilação nem das metas, nem dos meios colocados, ao não alcançar seus objetivos econômicos, o indivíduo, desvia-se, buscando muitas vezes a própria morte.

Desta forma, ao estudar um fenômeno coletivo, é preciso deixar de lado o indivíduo como tal e pesquisar sobre o estado de diferentes meios sociais (família, grupos profissionais, sociedade política, confissões religiosas, etc.), em função do qual o suicídio varia. “A taxa social é que se deve tomar diretamente como objeto de análise, é preciso partir do todo para chegar às partes” (DURKHEIM, 1996, p.130).

⁴ Utiliza-se, nesta dissertação, a edição de 1999 da obra de Robert Merton publicada pela primeira vez em 1957.

Ao estudar o suicídio, um ponto importante a se considerar é a dificuldade de dimensioná-lo, sendo quase sempre os dados registrados falhos e as taxas oficiais precárias. Como bem afirma Minayo (1998), os motivos para tal situação são vários:

De um lado, todas as informações sobre violência no país padecem de imprecisão na sua fonte de produção: polícia, institutos de medicina legal, sem falar na ausência total de dados por não haver registro devido à existência de cemitérios clandestinos, destruição de cadáveres e outros. De outro lado, fatores sócio-culturais têm um peso muito grande nos sub-registros, quando particularmente os familiares tentam mascarar a existência do suicídio, para não revelarem problemas relacionais e dificuldades nucleadas por seu membro suicida, assumindo o ato pertinente à esfera privada. (MINAYO, 1998, p.07).

Porém, mesmo com todos os empecilhos possíveis, como os sub-registros onde o suicídio é computado muitas vezes como acidente ou ainda, a inexistência de qualquer registro, é possível fazer uma análise sondando fatores sociais que podem trazer indicativos importantes na compreensão desse fenômeno. Afinal, a história regional é capaz de revelar aspectos que não podem ser observados em análises mais gerais, porque para compreender um fenômeno tão complexo é importante partir de um ângulo de visão que faça aflorar o específico, conhecendo semelhanças e diferenças, por exemplo, entre grupos sociais, grupos profissionais, faixas etárias, sexo, etnias e muitas outras variáveis significantes.

Estudos de autores brasileiros, que trabalham diretamente com a temática do suicídio, como o de Cassorla et al. (1991), evidenciam que o suicídio não é um tema muito estudado enquanto trabalho científico nas universidades brasileiras. Quando este tema é abordado, mesmo que os estudiosos sejam brasileiros, muitos amparam suas investigações em estudos de outros países. Tais estudos demonstram também que o tema ainda é, majoritariamente, assunto tratado nas esferas da psicologia e psiquiatria, visando qualificar o eixo de intervenção psicológica de prevenção para os vitimados e familiares.

Porém, ao admitir a existência de fatores sócio-culturais na motivação deste fenômeno, muitos estudiosos, que se concentram no campo da medicina e da psicologia, embora não discutam a importância deste assunto na área social, tem clara a importância de

aspectos econômicos, culturais e sociais na composição do quadro das motivações que levam o indivíduo a cometer o suicídio.

Mesmo assim, o suicídio ainda é um tema pouco debatido no campo das Ciências Sociais brasileira. Os estudos existentes concentraram-se, em sua maioria, no Sul do país, em especial no Rio Grande do Sul⁵, provavelmente, por ser o Estado brasileiro que apresentou as taxas mais elevadas de mortalidade por suicídio nos últimos anos. No Paraná em estudo realizado para a cidade de Toledo, analisando uma série histórica para o período de 1954 a 2002, verificou que as transformações sócio-econômicas pelas quais a cidade passou durante esses 48 anos foram significativas para a ocorrência do suicídio (Souza, Wadi e Staduto 2005).

Ainda que a gênese do suicídio possa estar enraizada em processos psíquicos, sobre os quais tantos estudiosos se debruçam, os estudos sobre os padrões de distribuição do suicídio por características das pessoas, por países e grupos étnicos e culturais distintos e as transformações que estes padrões sofrem no decorrer do tempo, levam-nos a pensar no suicídio como resultado de uma combinação de fatores. Mas, para isso, é importante chamar a atenção para a necessidade de aperfeiçoamento do sistema de informações de saúde no Brasil.

O leque de informações atualmente disponíveis sobre o fenômeno do suicídio se abre a cada nova investida sobre este objeto, admitindo investigações que possam trazer contribuições para uma melhor compreensão de realidades específicas, desvelando características de acontecimentos que ocorrem cotidianamente nas comunidades.

⁵ Sobre o suicídio no Rio Grande do Sul, ver WERLANG (2004), FALK et al., (1995) e MENEGHEL et al., (2004).

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA, JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

Como indica a reportagem de Leomil (2003) “A cada 40 segundos, uma pessoa comete suicídio no mundo”, tornando este um problema de saúde pública que tende a aumentar nas próximas décadas junto a outras circunstâncias violentas como homicídios e acidentes. O aumento destas ocorrências violentas deve-se, segundo a mesma reportagem, a alterações dos modos de vida tradicionais, ao crescimento urbano não planejado, à banalização da violência e conseqüente desvalorização da vida e a muitos outros problemas sociais que afetam o homem dos séculos XX e XXI.

Nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, o suicídio tem sido reconhecido como uma prioridade em saúde pública, pois situa-se entre as dez principais causas de morte em todas as idades e entre as três primeiras causas de morte entre 15 e 35 anos.

As estatísticas brasileiras acompanham as mundiais. Segundo dados publicados pelo Ministério da Saúde em 2000, o Brasil apresentou um quadro de 68 mil casos de suicídio, com um coeficiente de 4,4 por 100 mil habitantes. O Estado do Paraná ocupa o terceiro lugar no ranking brasileiro de mortalidade por suicídio⁶.

Um problema tão grave de saúde pública, como é o suicídio, também é um grande desafio ao desenvolvimento regional, já que o desenvolvimento é o resultado de uma série de fatores dinâmicos, econômicos, políticos e sociais capazes de influenciar positiva e negativamente no crescimento tanto econômico quanto social e cultural de uma região.

Estudos sobre suicídio no Brasil precisam necessariamente referir-se a diversidade regional, que é um dos traços mais marcantes da realidade brasileira, país constituído por diferentes etnias e culturas e marcado por grandes diferenças econômicas.

⁶ Segundo Fonte do Ministério da Saúde (2000 apud MENEGHEL et al., 2004), os estados brasileiros com maiores taxas de suicídio são: Rio Grande do Sul com taxa média por 100 mil habitantes de 10,2; Santa Catarina com taxa de 7,9 por 100 mil habitantes; seguido do Paraná com coeficiente por 100 mil habitantes de 7,1.

Partindo-se do princípio de que cada sociedade reproduz sua cultura no interior do indivíduo – através de normas e modos de organizar as experiências –, formando traços coletivos, bem como do entendimento de que os fluxos e refluxos dos ciclos econômicos que garantem a produção e a reprodução da vida afetam as coletividades e os indivíduos, o estudo do suicídio a partir de recortes regionais se apresenta como algo bastante pertinente.

Assim, estudos como o que ora apresento, podem servir como base de informações importantes para o planejamento regional, para a construção de políticas sociais que apresentem condições de melhorias efetivas para a população, estimulando um novo padrão para o desenvolvimento econômico e uma redução do número de pessoas socialmente excluídas.

Conjugando dados sobre mortalidade por suicídio no Paraná, obtidos no Datasus⁷ e informações populacionais extraídas do Ipar-des⁸ verificou-se que, na maioria das mesorregiões⁹ do estado, as taxas de suicídio por 100 mil habitantes são iguais ou superiores a média nacional de 4,4 óbitos/100 mil, para o período de 1990-2000¹⁰.

Como exemplo desta relação destaca-se as médias regionais dos anos 1991 e 2000. No ano de 1991, as seis mesorregiões paranaenses que apresentaram taxas superiores a média estadual de suicídio por 100 mil habitantes, ou seja, 5,58 foram: Centro Ocidental (9,55), Norte Pioneiro (8,82), Oeste (7,77), Sudoeste (7,11), Sudeste (5,74) e Noroeste (5,64). E as mesorregiões com taxas inferiores a média estadual foram: Centro Sul (5,19), Região Metropolitana de Curitiba (4,61), Norte Central (4,09) e Centro Oriental (2,92).

⁷ Departamento de Informática e Informação do Ministério da Saúde. Disponível em www.datasus.gov.br

⁸ Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social . Disponível em www.ipardes.gov.br

⁹ De acordo com o IBGE, mesorregião é uma área individualizada em uma unidade da federação, que apresenta formas de organização do espaço definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante; o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento de articulação espacial. Essas três dimensões deveriam possibilitar que o espaço delimitado como mesorregião tivesse uma identidade regional, sendo esta entendida como uma realidade construída ao longo do tempo pela comunidade que aí se formou.

¹⁰ Apresento no próximo capítulo uma discussão mais pormenorizada sobre as taxas de suicídio no Brasil, no Estado do Paraná e mais especificamente nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná.

Para o ano de 2000, a média estadual de suicídio por 100 mil habitantes foi de 6,17 e oito das dez mesorregiões tiveram médias superiores a esta. Centro Sul (11,63), Sudoeste (10,37), Sudeste (8,75), Norte Pioneiro (7,84), Oeste (7,55), Centro Ocidental (7,21), Noroeste (6,55) e Centro Oriental (6,26). As duas mesorregiões que tiveram médias inferiores a estadual foram: Norte Central e região Metropolitana de Curitiba, respectivamente, com 5,41 e 3,70.

Nas últimas décadas, num contexto de globalização, onde os modos de vida tradicionais tem sido constantemente estimulados a mudanças ou mesmo desestruturados, comunidades e grupos sociais podem sofrer alterações que geram espaços de anomia nesses grupos, fazendo com que estas sociedades aumentem sua predisposição ao suicídio (WERLANG, 2004).

O desenvolvimento recente do Estado do Paraná implicou mudanças que acentuaram a modernização da base produtiva, mas que intensificaram também a desigualdade. O Paraná é um estado que tem seu desenvolvimento econômico dependente da agricultura, principalmente com a cana-de-açúcar, milho, soja, trigo, café e mandioca, da indústria (agroindústria, indústria automobilística, papel e celulose) e do extrativismo vegetal (madeira e erva-mate). Embora a ocupação agrícola tenha apresentado forte redução, com a eliminação de 334 mil postos de trabalho, de 35,5% dos ocupados no início da década de 1990 para 24% em 2001 (IPARDES, 2003), o Paraná tem, ainda, a agropecuária como um setor que desempenha papel de grande importância na geração de renda e na capacidade empregadora para a economia estadual.

A heretogeneidade estrutural e a desigualdade social são características presentes no espaço rural paranaense. Espaço este cujo desempenho produtivo e a importância econômica da produção agropecuária e agroindustrial são responsáveis em grande parte por

agricultores em regime de economia familiar¹¹. Segundo o Incra “a agricultura familiar detém 86,9% dos estabelecimentos rurais do Paraná e 41% da área, enquanto o estabelecimento controlado por empresários – a denominada agricultura patronal – detém 12% dos estabelecimentos e 58,2% da área” (IPARDES 2003, p.55). As mesoregiões com maior presença de agricultura familiar, inclusive em termos de área de estabelecimentos são: Sudoeste, Oeste, Sudeste e Metropolitana de Curitiba (IPARDES, 2003).

O setor agrícola do Paraná, na década de 1990, apresentou significativas alterações na sua estrutura produtiva e a agroindustrialização passou a representar, com maior força, uma alternativa capaz de proporcionar significativa rentabilidade aos agricultores familiares. Segundo Rezende e Parré (2003), na década de 1990, “Ocorreu uma intensificação tecnológica” que, no entanto, se fez acompanhar por “um aumento da concentração fundiária”, o que – somado a outras características específicas de cada localidade, como êxodo rural, endividamento de agricultores, etc. – desencadeou um desenvolvimento bastante heterogêneo entre os municípios do Paraná. Concentrando expressivo contingente de agricultores familiares, as mesoregiões Oeste e Sudoeste responderam diferentemente a estas transformações.

Supõe-se assim, que as respostas diferenciadas em relação às transformações contemporâneas – especialmente no setor agrícola e na vida no campo, e seus reflexos nas comunidades locais –, estão diretamente ligadas aos processos históricos de constituição das sociedades regionais, bem como aos próprios aspectos geográficos das localidades e podem ser significativas para o delineamento de cenários diferenciados da ocorrência da autoviolência nas mesmas. Um indício disto expressa-se pela taxa de suicídio por 100 mil habitantes que se apresentou anteriormente. Enquanto a taxa de autoviolência

¹¹ “A economia familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento... O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas”. (ABRAMOVAY, 1997).

mantém-se praticamente estável na mesorregião Oeste – 7,77 em 1991 e 7,55 em 2000 –, percebe-se um crescimento significativo no Sudoeste, no mesmo período: 7,11 em 1991 e 10,37 em 2000.

Partindo-se assim, do pressuposto de que o suicídio depende muito das características das comunidades nas quais os indivíduos estão inseridos, o problema desta dissertação consiste em compreender a relação entre a ocorrência do suicídio e a configuração do processo de desenvolvimento regional do Oeste e Sudoeste do Paraná entre os anos de 1990 e 2005. Estas mesorregiões têm na base agrícola sua principal força econômica, atividade que pode revelar-se como de alto risco para a prática do suicídio.

A escolha recaiu sobre estas duas mesoregiões por uma série de circunstâncias. O fator determinante da escolha foi a possibilidade comparativa, pois as mesorregiões Oeste e Sudoeste apresentam contrastes no nível do desenvolvimento regional, ainda que sejam marcadas por características comuns, como terem o setor agrícola como elemento base da economia. Considera-se que a configuração histórica, bem como as variações e transformações ligadas a esta variável, conforme se identificou em estudo anterior (SOUZA, WADI e STADUTO, 2005)¹², são fundamentais para o entendimento da ocorrência do suicídio. Por outro lado, ambas situam-se num espaço contíguo, que pela proximidade facilita o deslocamento para a pesquisa de campo.

As intensas transformações sociais e econômicas marcaram a história destas duas mesorregiões, a dimensão que a agricultura representa no cenário econômico de ambas, as mudanças na estrutura física (como a construção de barragens, as desapropriações e o

¹² Em estudo realizado sobre o suicídio na cidade de Toledo/PR, entre os anos de 1954 e 2002, constatou-se que as transformações sócio-econômicas – especialmente as ligadas ao mundo rural – foram significativas para a ocorrência do suicídio. A pesquisa discutiu as relações entre as transformações sócio-econômicas – o processo de modernização da agricultura, o êxodo rural e o endividamento que forçou o ingresso de muitos pequenos proprietários rurais no meio urbano, o próprio processo de urbanização, o desemprego – e o suicídio, entendendo que tais relações contribuíram para a constituição de um certo perfil do suicídio na cidade de Toledo. Constatou-se que embora tenha aumentado o número de casos de suicídio no meio urbano acompanhando o próprio crescimento da população urbana, ainda foi muito alto o número de mortes por suicídio no campo. Ver também Werlang (2004).

êxodo rural que estas causaram), o dinamismo econômico por um lado e as dificuldades sofridas pela agricultura – principalmente a agricultura familiar – por outro lado, são fatores que precisam ser analisados para compreender as taxas de suicídio destas mesorregiões.

Assim, tem-se como principal hipótese deste trabalho, que, embora as mesorregiões Oeste e Sudoeste do Paraná sejam no período estudado (1990-2005), majoritariamente urbanizadas, e com decrescente ocupação rural, as taxas de suicídio atingem mais o meio rural, devido a certas características específicas do processo de desenvolvimento em cada uma delas – como, por exemplo, a construção de barragens no Oeste ou os problemas da agricultura familiar no Sudoeste –, que alteraram os modos de vida tradicionais das populações.

Assim, o objetivo geral desta dissertação consiste em compreender qual a influência das características (históricas) e indicadores (sócio-econômicos) do processo de desenvolvimento na ocorrência do suicídio.

Com o intuito de responder atingir este objetivo geral, os objetivos específicos desta dissertação consistem em:

- a) Identificar os índices de suicídio por 100 mil habitantes em todas as mesorregiões do estado para o período em estudo;
- b) Traçar um perfil (etário, por gênero, grau de instrução escolar, ocupação, estado civil) dos indivíduos que cometem suicídio nas mesorregiões Oeste e Sudoeste;
- c) Reconstituir o processo de formação histórica e identificar as variáveis sócio-econômicas atuais de cada mesorregião, a fim de compreender as taxas diferenciadas de suicídio;
- d) Contrastar as cidades pertencentes as duas mesorregiões, a fim de verificar diferenças intra-regionais.

A fim de esclarecer a problemática proposta, este trabalho está dividido em cinco capítulos, incluindo esta introdução. O capítulo dois apresenta as referências teóricas e temáticas da dissertação. Destaca-se no capítulo a obra de Émile Durkheim, que trouxe para a esfera social um fenômeno considerado, durante muito tempo, puramente individual, bem como se apresenta alguns dos estudos mais relevantes sobre o suicídio na literatura brasileira. Os procedimentos metodológicos da pesquisa empírica compõem o capítulo três. No capítulo quatro são apresentadas as taxas de suicídio no Brasil, no Paraná e mais especificamente nas mesorregiões Oeste e Sudoeste do Paraná, bem como destacados os aspectos históricos da constituição e as características sócio-econômicas e culturais das mesorregiões Oeste e Sudoeste, enfatizando as transformações pelas quais passaram estas sociedades locais nas últimas décadas do século XX. Finalizando este capítulo, são discutidos os resultados da pesquisa de campo, privilegiando-se a descrição e análise dos resultados encontrados. As considerações finais encerram o trabalho, apresentando algumas conclusões, norteadas pelos objetivos do trabalho.

2 SUICÍDIO: REVISANDO O TEMA

2.1 O SUICÍDIO NA OBRA DE DURKHEIM: UM CLÁSSICO DA SOCIOLOGIA

Este capítulo tem como propósito fornecer subsídios para uma melhor compreensão do tema e do problema da pesquisa, bem como do seu objeto de estudo.

Estudar o fenômeno do suicídio, objetivando compreender a relação entre a ocorrência de mortes por suicídio e as características e transformações sócio-econômicas, nos levam a rever alguns pontos da teoria de Émile Durkheim, sociólogo francês que se dedicou ao tema do suicídio buscando explicar sociologicamente um evento que aparentemente depende quase exclusivamente de fatores pessoais, psicológicos, mas que segundo o autor expressa uma maneira de desfazer-se de laços que unem os indivíduos em sociedade.

Émile Durkheim foi o autor que trouxe para o debate da sociologia este fenômeno até então visto por um prisma totalmente da esfera do psi. Escrito há mais de um século “O Suicídio”, publicado em 1897¹³, é uma obra que trás dois pretextos, um de cunho teórico e outro histórico. Teórico na medida em que se apresenta como uma aplicação empírica de “As Regras do Método Sociológico” (outra grandiosa obra deste autor escrita em 1895) e histórica porque é a constatação do crescimento das taxas de suicídio no decorrer do século XIX na Europa, um século de profundas transformações no modo de produção e nas relações sociais de trabalho.

Seu intuito era mostrar que o fenômeno do suicídio está ligado a forças sociais que transcendem a esfera do sujeito, pois admitia apenas observar, comparar e explicar um fato social, por um outro fato social. Contra uma idéia de suicídio como desvio, fruto de doenças mentais, Durkheim (1996) coloca o suicídio como fato normal da cultura, mas o que

¹³ A obra O Suicídio de Émile Durkheim, foi publicada pela primeira vez em 1897. Utilizou-se para efeito de citação neste trabalho a versão publicada em 1996, conforme referências bibliográficas.

ele buscou mesmo foi discutir a sua causalidade. E para tanto aponta a necessidade de tratar o suicídio de forma coletiva.

Durkheim (1996) não nega a existência do fator psíquico, mas ele separa a forma de vida social da individual, pois segundo ele o suicídio só pode ser atribuído como fator extra-social se for de grande generalidade. Fatores como, loucura, raça, hereditariedade, clima, imitação, não são resultados de qualquer influencia coletiva. O autor afirma que não existe nenhum estado psicopático que mantenha com o suicídio uma relação regular e incontestável (ao analisar a loucura), da mesma forma que não encontra relação com os estados psicológicos normais (raça, hereditariedade nem com a imitação). Não é a diferença de raças que pode constituir a causa do suicídio porque as raças podem se misturar, se perdendo umas nas outras, o que pode influenciar é a civilização no seio da qual são educados os indivíduos.

Da mesma forma Durkheim (1996) verifica o fator hereditário, não descarta os casos de pais, filhos e netos, mas isso os explica como sendo um terreno de natureza a favorecer-lhe o desenvolvimento. De forma que, diz o autor, se o indivíduo que tem na sua família, simultaneamente loucos e suicidas, se mata, não é porque os pais se mataram e sim porque eram loucos.

O psicanalista Cassorla (1991) acredita que a relação dos atos suicidas com o uso de álcool é bastante evidente, pois é comum o indivíduo estar alcoolizado durante o ato suicida. Durkheim (1996), porém, não acredita na existência de um estado psicopático que tenha com o suicídio uma relação regular e incontestável, ele admite sim, que o sujeito alcoolizado se mata com mais facilidade do que o indivíduo são, mas isso não significa que ele se mate devido a este estado.

Segundo Durkheim (1996), os suicidas não constituem um grupo isolado, mas ao contrário, estão ligados a uma série contínua de intermediários porque a relação de

causalidade pode ser indireta, porém o fenômeno não se altera na sua natureza. Para este sociólogo cada sociedade tem uma predisposição ao suicídio, este, portanto, deve ser visto como de natureza eminentemente social, quando considerarmos o conjunto dos suicídios cometidos em uma mesma sociedade durante uma dada unidade de tempo. O suicídio vai depender das condições sociais, ou seja, as causas de morte estariam muito mais fora do que dentro de nós.

Assim, o autor analisa na primeira parte da obra os fatores extra-sociais, a segunda parte verifica as causas sociais e tipos sociais e por último estuda o suicídio enquanto fenômeno social em geral.

O Suicídio, de Émile Durkheim é uma obra que, segundo Aron (1993):

... tem o rigor de uma dissertação acadêmica. Começa por definir o fenômeno, continua com uma refutação das interpretações anteriores, estabelece uma tipologia, e, com base nessa tipologia, desenvolve uma teoria geral do fenômeno considerado. (ARON, 1993, p. 308).

Além disso, a obra traz importantes contribuições metodológicas, pois se utiliza de estatísticas que, apesar das críticas foi um dos pontos altos do seu trabalho. Através delas, Durkheim (1996) mediu a intensidade relativa da aptidão para o suicídio, tomando a relação entre o número global de mortos voluntários e a população global, que chamou de taxa de suicídio. “Ao levantar dados sobre a França, Prússia, Inglaterra, Saxônia, Baviera, Dinamarca, de 1841 a 1872, o autor afirma que ‘para uma mesma sociedade, desde que a observação se restrinja a um período não muito extenso, essa cifra é quase invariável’ (ARON, 1993 apud DURKHEIM, 1996, p.5).

Em seu extenso trabalho Durkheim (1996) exclui tudo que diz respeito ao suicídio de animais, ao contrário de Jamison (2002) que argumenta que os motivos e métodos

que integram o meio ambiente e psicológico para que o indivíduo chegue a cometer o suicídio, são em grande parte, obras da imitação e segundo ela isso é válido tanto para animais quanto para homens.

Obedecendo as leis sociológicas, a questão gira em torno da capacidade dos seres humanos em planejar antecipadamente como e porque morrer, o que Durkheim (1996) chamou de representação antecipada de sua morte. Afinal, o que sabemos a respeito da inteligência animal não nos permite atribuir aos bichos essa representação antecipada da sua morte, nem mesmo os meios de produzi-la. Neste sentido, o suicídio é um ato eminentemente e estritamente humano.

Durkheim (1996) acredita que a verdadeira causa que faz com que o suicídio varie consiste na ação progressiva da vida social. Assim, se os mortos voluntários se tornam mais numerosos de janeiro a junho, por exemplo, - o que demonstra em sua obra - é porque a vida social é mais intensa nos meses do verão europeu e não porque o calor exerça uma influencia perturbadora nos organismos. Assim, o suicídio depende das condições sociais.

Em sua investigação Durkheim (1996) estabelece uma tipologia tratando das causas sociais. Cada grupo social apresenta uma tendência específica para o suicídio, diz o autor, dependendo necessariamente das causas sociais, que constitui um fenômeno social. Afirma não ser passível classificar as formas e os tipos que o suicídio pode tomar, como método de chegar às suas causas, pois caso isso ocorresse haveria a necessidade de muitos casos particulares. E ao invés disso, classifica os suicídios segundo as suas causas, propondo quais as condições sociais de que dependem. Assim o fenômeno será reconhecido através de suas causas e não apenas suas características.

É sempre difícil precisar a causa de um fenômeno e assim, as razões com que se justifica o suicídio ou que o suicida arranja para si próprio para explicar o ato (remorso, dor física, desgosto familiar, etc.) na maioria das vezes não passam de razões

aparentes, diz Durkheim (1996). Por isso é importante destacar que para este autor, ao estudar um fenômeno coletivo é preciso deixar de lado o indivíduo como tal e pesquisar sobre o estado de diferentes meios sociais (família, grupos profissionais, sociedade política, confissões religiosas, etc.) em função dos quais o suicídio varia. “A taxa social¹⁴ é que se deve tomar diretamente como objeto de análise, é preciso partir do todo para chegar às partes”. (DURKHEIM, 1996. p.130).

No ponto central de sua pesquisa, o autor definiu e analisou, trabalhando com dados estatísticos, três tipos de suicídio: o suicídio egoísta, o suicídio altruísta e o suicídio anômico.

Durkheim definiu como suicídio egoísta o “(...) tipo particular de suicídio que resulta de uma individualização excessiva”. (DURKHEIM, 1996, p.156).

Para caracterizar o suicídio egoísta, observou o comportamento das diferentes religiões relativamente ao suicídio. Para tal, estudou as informações referentes ao número de suicídios entre os estados protestantes, mistos (católicos e protestantes), católicos gregos e constatou que nos países puramente católicos o suicídio encontrava-se muito pouco desenvolvido, enquanto nos países protestantes estava no auge. Assim, concluiu pela forma de organização da sociedade religiosa que, o protestantismo aparece como fator de agravamento geral, enquanto que o catolicismo age como fator de imunidade.

Em ambos os cultos, as proibições têm um caráter divino, sua autoridade emana de Deus, mas a diferença consiste em que o protestantismo admite o livre arbítrio numa proporção muito maior do que o catolicismo, dando maior margem ao pensamento individual, a interpretação do pensamento não é imposta. A igreja católica tem um maior efeito integrador porque o individualismo religioso é menor, a superioridade do protestantismo, no ponto de vista do suicídio, provém do fato de se tratar de uma igreja menos

¹⁴ Durkheim chama de taxa social a intensidade relativa desta aptidão tomando a relação entre o número global de mortos voluntários e a população total.

fortemente integrada do que a igreja católica. “Não é, portanto à natureza particular das condições religiosas que se deve a influência benéfica da religião (...) O essencial é que tenham a possibilidade de alimentar uma vida coletiva suficientemente intensa.” (DURKHEIM, 1996, p.156).

Da mesma forma que Durkheim (1996) estabelece que o suicídio varia na razão inversa do grau de integração da sociedade religiosa, estabelece também que varia na razão inversa do grau de integração da sociedade doméstica, assim como na razão inversa do grau de integração da sociedade política.

Após comparar a situação dos homens e mulheres casados com a dos celibatários e a dos viúvos e viúvas, através de dados estatísticos, analisando a frequência dos suicídios entre os homens casados e solteiros da mesma idade, estabeleceu o coeficiente de preservação e o coeficiente de agravamento. Concluiu que a sociedade doméstica, assim como a religiosa se apresenta como um poderoso obstáculo contra o suicídio e esta proteção aumenta quanto mais densa for a família. Isso significa que a imunidade que as pessoas casadas desfrutam não diz respeito à relação matrimonial, mas a relação familiar. Não é tanto o casamento que protege, mas o ambiente familiar e os filhos, porque quando o casamento é fecundo o coeficiente de preservação quase duplica.

Referente à relação entre suicídio e sociedade Durkheim (1996) mostra, através de análise em investigações feitas por Morseli, que em momentos de perturbações políticas, onde ocorrem abalos na organização da comunidade, em toda à parte diminuem os suicídios. Infere que os grandes abalos sociais estimulam a coletividade a se unir, concentrando-se em atividades que visem o bem comum e desta forma, a sociedade se integra com mais força. Assim, “Não é à crise que se deve a salutar influência (...), mas às lutas causadas pela crise” (DURKHEIM, 1996, p.161).

Com estes aspectos classificados por Durkheim (1996) como característicos do suicídio egoísta, o autor conclui que “o suicídio varia na razão inversa do grau de integração dos grupos sociais a que pertence o indivíduo” (DURKHEIM, 1996, p.161).

O segundo tipo de suicídio apresentado por Durkheim (1996) é o altruísta, que se apresenta como o oposto do suicídio egoísta. Este termo caracteriza aquele em que o “eu” não pertence a si próprio se identificando com algo que lhe é exterior. Uma individualização insuficiente também leva ao suicídio, o indivíduo integrado demais na sociedade, também se mata.

Para o autor, o suicídio altruísta é muito freqüente entre as sociedades não complexas, casos onde a sociedade exerce pressão sobre o indivíduo no sentido de induzir ou até mesmo ordenar formalmente a própria destruição. Para tal é necessário que a personalidade individual quase inexista para que assim o sujeito esteja totalmente absorvido pelo grupo, reforçando a integração deste. Exemplificados com casos onde mulheres cometem suicídio após a morte de seus maridos, ou de clientes ou servidores por morte de seus chefes.

Trazendo essa discussão para a sociedade contemporânea, a Europa do século XIX onde a personalidade individual tende cada vez mais a libertar-se da tutela da personalidade coletiva, o autor observou que na França o suicídio altruísta se encontrava em estado crônico no exército. Suas estatísticas revelaram que os militares se suicidaram um pouco mais do que os civis da mesma idade e mesma condição. O suicídio destes dependia de uma fraca individualização, pois os militares de carreira - aderem ao sistema em que estão integrados - pertencendo a uma organização cujo princípio constitutivo é a disciplina.

O terceiro tipo de suicídio apresentado pelo autor é o anômico¹⁵, este é o tipo que mais interessa a Durkheim (1996), porque é o que melhor caracterizaria a sociedade

¹⁵ Anomia é um termo que apareceu em inglês em 1591 e era usado com freqüência em teologia. Usa-se na forma inglesa (anomy) ou francesa (anomie). A forma francesa predomina devido à sua introdução no vocabulário sociológico por É. Durkheim, que no seu clássico estudo sobre o suicídio (1897) utiliza-se deste termo no sentido de ausência ou desintegração das normas sociais.

moderna. As relações de crises industriais ou financeiras são vistas como fortes agravantes para o aumento deste tipo de suicídio, sendo este, sobretudo sensível no momento mais agudo da crise.

Se portanto as crises industriais ou financeiras fazem aumentar os suicídios, não é porque elas façam empobrecer, dado que as crises de prosperidade têm o mesmo resultado; é porque se trata de crises, isto é, perturbações da ordem coletiva. (DURKHEIM, 1996, p.239).

Sendo assim qualquer ruptura de equilíbrio incita à morte voluntária, pela dificuldade das pessoas se ajustarem a novas condições. O mesmo acontece se a crise é motivada por aumento de riqueza, pois este desperta a cobiça quando haveria a necessidade de uma disciplina mais forte.

Mas são nas atividades industriais e comerciais que o autor verificou mais suicídios. Haveria um “estado crônico” nestas atividades, que chegavam quase ao mesmo nível do das carreiras liberais, ao contrário da agricultura, onde as taxas eram mais baixas. Durkheim (1996), comparando as taxas de suicídio entre patrões e empregados, concluiu também que os patrões, população possuidora de rendimentos, eram mais atingidos do que os empregados.

A anomia distingui-se não pela maneira como os indivíduos estão ligados à sociedade, mas pelo modo como esta os regula. Isto porque as atividades que os homens exercem estão de certa forma desmoralizadas, fazendo com que eles sofram com isso. Neste tipo de suicídio a sociedade não está presente no espírito dos indivíduos de forma suficiente a preservá-los desta morte.

Durkheim (1996) diz que o suicídio anômico se assemelha ao egoísta, todavia este mostra sua ausência em relação a atividade coletiva. "O suicídio egoísta recruta no seio das profissões intelectuais já o anômico no mundo industrial e comercial" (DURKHEIM, 1996, p.239).

O autor analisa também os suicídios de viúvos, que se explicam pela anomia doméstica; além do suicídio entre divorciados, que segundo seus estudos, se matam até quatro vezes mais do que os casados e sensivelmente mais do que os viúvos. Isso se explica pelo estado de anomia conjugal, ou seja, a instituição do divórcio exerce uma ação sobre o casamento que conduz ao suicídio. Afirma ainda Durkheim que:

Resultam de um temperamento moral sui generis que é por sua vez causado por um afrouxamento da regulamentação matrimonial; é este temperamento adquirido durante o casamento que, conservando-se uma vez este dissolvido, dá origem à excepcional tendência para o suicídio que os divorciados revelam. (DURKHEIM, 1996, p.269).

Durkheim (1996) mostra que com o afrouxamento das relações conjugais existe uma maior disposição para o suicídio, mas não afirma que esse afrouxamento seja unicamente devido ao estabelecimento legal do divórcio. Fomenta ainda que o divórcio agrava a tendência dos homens para o suicídio e diminui a das mulheres, o que prova que o casamento não favorece os dois sexos na mesma proporção.

No sexto capítulo intitulado "Formas individuais dos diferentes tipos de suicídios", afirma não haver suicídio, mas sim suicídios, pois nem sempre as causas que os determinam são da mesma natureza.

Os atos pelos quais um homem decide morrer são explicados seguindo diversas classificações, onde o significado moral e o significado social não são interpretados pelo mesmo viés. Analisadas as formas fundamentais que os três tipos de suicídio apresentam quando encarnadas em indivíduos, Durkheim (1996) associa o suicídio egoísta à apatia e a melancolia, o altruísta ao sentimento de dever e o anômico ao desgosto. Mostra também a possibilidade desses tipos se combinarem, chamando-os de tipos mistos. Mas ressalta que as causas sociais que fazem com que o indivíduo escolha este ou aquele instrumento de morte são independentes das causas que determinam o suicídio.

Em “O elemento social do suicídio” capítulo primeiro, faz relações com fatores sociais, demonstrando assim a ausência de relações entre as taxas de suicídio e os fenômenos biológicos pois :

É a constituição moral da sociedade que fixa em cada instante o contingente dos mortos voluntários. Existe portanto para cada povo uma energia determinada que leva os homens a matarem-se. Os movimentos que o paciente executa e que à primeira vista parecem representar exclusivamente o seu temperamento pessoal, constituem, na realidade, a continuação e o prolongamento de um estado social que manifestam exteriormente. (DURKHEIM, 1996, p.297).

Desta forma, a tendência com que os três suicídios, definidos por Durkheim (1996), atuam dentro de uma sociedade vai depender da veemência com que as causas suicidógenas agiram sobre o indivíduo. Pois é só a partir do momento em que a associação transforma os espíritos individuais que se tem o fato social propriamente dito.

Durkheim (1996) não nega a existência do fator psíquico, mas separa a forma de vida social da individual porque as representações coletivas são de natureza diferente das individuais. "Portanto, a corrente coletiva é quase exclusivamente exterior às consciências particulares que compõem a grande massa da nação, dado que cada uma delas só contém uma parcela desta corrente". (DURKHEIM, 1996, p.314).

Ao estabelecer as relações do suicídio com outros fenômenos sociais, Durkheim (1996) discute a questão da moralidade do ato e as disposições jurídicas, suas relações com outras contravenções penais e com os crimes. O autor condena o ato suicida como imoral, devendo ser reprovado por desrespeitar o culto pelo ser humano. Já na relação suicídios e homicídios admite haver alguns pontos de concordância, todavia apresenta nítidos contrastes entre eles. Aponta que enquanto em algumas sociedades, como por exemplo, a França, Prússia e Itália, a intensidade máxima do suicídio e do homicídio não ocorre no mesmo tempo. O suicídio é muito mais característico dos meios urbanos que dos rurais, ao contrário do homicídio. O catolicismo diminui a tendência para o suicídio ao contrário do protestantismo que acentua, o inverso acontece com o homicídio. Essas contradições são

justificadas pela existência de diferentes tipos de suicídio e porque em alguns casos as condições sociais de que dependem os homicídios desenvolvem-se nos mesmos meios morais.

E para finalizar o livro o autor buscou mostrar que a alteração do estado moral exige uma profunda modificação em nossa estrutura social, pois segundo Durkheim (1996) o suicídio havia se transformado em "um fenômeno patológico que se torna cada vez mais ameaçador". Apontou ainda a necessidade de criar poderes morais que exerçam sobre a massa, uma influência que está fora das possibilidades do Estado (única força coletiva que sobrevive). Questiona o papel da educação, como possibilidade de conter o fenômeno fortalecendo a moral, firmando que ela não possui este poder. Problematiza ainda os limites da sociedade política, sociedade religiosa e também da família.

Mas é na atividade profissional que Durkheim (1996) vê o núcleo fundamental para deter o avanço do suicídio, descentralizando as profissões, reorganizando a corporação para que se torne uma instituição com personalidade coletiva, multiplicando assim os centros de vida comum.

Essa grandiosa obra de Durkheim, hoje é acompanhada por muitas críticas, bem como por contribuições que a tornaram ainda mais significativa, abrindo as portas para uma discussão sociológica da problemática do suicídio.

O sociólogo e professor Everardo Nunes (1998), faz uma revisão bastante detalhada da obra de Durkheim (1996), comentando as motivações que o autor teria tido para escrever tal obra. Nunes (1998) analisa capítulo por capítulo, além de fazer considerações próprias e comentários a respeito deste clássico da literatura sociológica. O autor considera que apesar das muitas críticas, após a obra *O Suicídio*, pouco se avançou sobre este tema, porque as explicações fornecidas por muitos estudos têm sido consideradas pouco precisas.

Nunes (1998), ao comentar a obra, recorreu a autores como Lukes, Giddens, Douglas, Aron e Ritzen e Bell, que de fato a estudaram. Giddens (1981 apud NUNES, 1998),

por exemplo, questionou a análise feita por Durkheim (1996), que desconsiderou os fatos não sociais como influentes sobre a taxa de suicídio. Giddens (1981 apud NUNES, 1998) criticou também a grande confiança nas estatísticas oficiais, pois segundo este, em um único país existem inúmeras diferenças tidas como regionais, desta forma são questionáveis as estatísticas oficiais, como medida da distribuição do suicídio. O autor comentou ainda que Durkheim (1996) deveria ter estudado as tentativas de suicídio, pois estes são fatores de grande importância para compreender o ato consumado.

Na análise da construção teórica de "O Suicídio", autores como Giddens, Lukes e Douglas (apud NUNES, 1998) mostraram que o interesse de Durkheim (1996) era especificar os três tipos de causa social para o suicídio - cada tipo representando um conjunto de fatores associados - para então relacioná-los com as taxas de suicídio, fossem elas altas ou baixas. Segundo Nunes, "O esquema teórico de referência da qual deriva esta tipologia relacionava-se à concepção durkheimiana de moralidade e solidariedade social".(NUNES, 1998, p.11), já que para Durkheim (1996) o suicídio apresentava-se na sociedade como fenômeno que contrariava a idéia de solidariedade.

Nunes, ao citar o estudo de Ritzer e Bell (1981 apud NUNES, 1998, p.11) afirma que estes autores questionaram a obra de Durkheim (1996) pois "seria ela o exemplo de um paradigma sociológico integrado?". O autor aponta esta crítica ao "Suicídio" sugerindo a problemática da irregularidade da obra, criticada também pela falta de uma dialética.

Fernandes (1959 apud NUNES, 1998, p.12), aponta três importantes contribuições metodológicas oferecidas por Durkheim (1996), sendo elas a seleção da base empírica, a formação da inferência indutiva e a verificação dessa inferência, que na sociologia representa uma grande dificuldade, uma vez que não existe a experimentação propriamente dita.

Durkheim (1996), mesmo com as muitas críticas recebidas por utilizar dados estatísticos como metodologia de análise, ainda tem nestes dados um dos principais pontos de seu estudo. Todavia Aron (1982 *apud* NUNES, 1998, p.13) e Halbwachs (1930 *apud* NUNES, 1998, p.13) salientam algumas contradições quanto as relações estabelecidas por Durkheim (1996), como o fato dos católicos se suicidarem menos que os protestantes. Para Halbwachs (1930 *apud* NUNES, 1998.) não se pode simplesmente fazer essa divisão, sendo de fundamental importância analisar se esses grupos religiosos se situam em regiões agrícolas ou em urbanas, afinal os diferentes modos de vida alteram a força que a religião posa exercer no sentido de integrar os indivíduos. Nunes (1998) diz ainda também que, a idéia apontada pelos autores de que Durkheim (1996) teria sido seletivo e idiossincrático na escolha de seu material e terminologia é contestada por Lloyd (1990 *apud* NUNES, 1998) quando afirma que para o sociólogo francês havia, certamente, mais “o desejo positivista de estudar as taxas, as regras e tipos do fenômeno social do que inquirir sobre (desconhecida) intencionalidade individual” (LLOYD, 1990 *apud* NUNES, 1998, p.14).

O artigo de Nunes (1998), que marca os cem anos da publicação de *O Suicídio*, demonstra que o suicídio é um dos temas que do ponto de vista sociológico ainda apresenta lacunas. Porém o autor afirma que antes de qualquer coisa, “o texto de 1987 de Durkheim é um exemplo de integração da teoria e dados” (NUNES, 1998, p. 14).

Minayo (1998) também contribuiu com a discussão sobre o suicídio comentando o texto do professor Everardo D. Nunes (1998). Para a autora Nunes é referência nacional no campo da sociologia da saúde, por fazer “emergir um debate teórico que dispensa comentários pela sua relevância e pertinência”.(MINAYO, 1998, p.2).

Com a comemoração do centenário da obra de Durkheim, em 1997, Minayo (1998) diz que a comunidade dos cientistas sociais foi incentivada a discutir sua obra, principalmente no que diz respeito às relações entre o indivíduo e a sociedade. Segundo

Minayo (1998), "O Suicídio" é uma obra que lembra muito Weber, na construção de um "tipo ideal". Nela Durkheim (1996) teria feito uma aplicação exemplar de sua outra grande obra "As regras do método sociológico". Essas duas obras tinham, na época, o objetivo de provar que a sociologia também era ciência, que buscava compreender a ação do coletivo, compreender a ação social. A atitude de Durkheim foi de certa forma audaciosa por tomar como base a pretensa objetividade positivista, que até então era uma prioridade das ciências naturais.

O suicídio é um fenômeno universal de grande significância social, que de acordo com vários estudiosos, acompanha a própria história de toda a humanidade. Ignorando as razões do suicídio, por muitos anos este ato foi visto como vontade divina. Minayo (1998) argumenta que, o conjunto de fatos e coisas que compõem as relações sociais e também pessoais ficam muito abaladas com o fenômeno do suicídio, uma vez que este envolve a discussão sobre o sentido da vida em sociedade e porque se desfazer dela. Ao estudar a Europa do século XIX, época que apresentou grandes transformações não só nos modos de produção, mas nas relações sociais de trabalho em toda a Europa, Durkheim (1996) mostrou "que o suicídio está ligado a forças sociais que transcendem a esfera do sujeito" (DURKHEIM, 1996 *apud* MINAYO, 1998, p.3).

Minayo (1998), traz duas grandes oposições às idéias de Durkheim, sendo que a primeira vem da própria Ciência Social a partir de uma visão compreensivista, ou seja, "Os vários estudiosos que seguem essa corrente discutem o papel do sujeito, dos significados e das intencionalidades como parte integrante do fato social e do ato social" (MINAYO, 1988, p.4). A autora afirma que Durkheim (1996), ao apoiar-se na coerção social sobre o indivíduo retira do campo da sociologia a série de relações sociais e de reações que fazem parte da dinâmica da autoviolência humana para encaixá-las em regularidades sociais.

A outra oposição, segundo Minayo (1998), que é muito mais comum e rotineira, vem do mundo psi. Muitos profissionais - da psiquiatria primitiva até a psicanálise - consideram o suicídio como um acontecimento pessoal. Diz a autora que "a área vem admitindo que o suicídio é determinado por fatores psicológicos ou orgânicos individuais" (MINAYO, 1998, p.14). Para Baechler (1975 apud MINAYO, 1998), por exemplo, o suicídio é definido sob a idéia de predisposição genética. Já Cassorla (1994; 1998 *apud* MINAYO, 1998), que tem um conceito muito amplo de suicídio, busca provar até a existência de micro-suicídios que cometemos diariamente, articulando aspectos individuais aos coletivos.

Mas o fato é que, como bem afirma Minayo:

... o trabalho de Durkheim é clássico no sentido a que se propõe metodologicamente: fazer as indicações das regularidades, recorrências e tendências. Contém ao mesmo tempo uma série de preconceitos próprios à filosofia positivista e tem a marca de seu tempo, quando soube catalizar as idéias da época (MINAYO, 1998, p.4).

Embora as várias disciplinas tendam a reduzir o problema do suicídio à sua própria visão, os fatos apontam para uma combinação de fatores como sendo o causador do suicídio. Como diria Mauss, "o suicídio é um fato social total, ou seja, está saturado de elementos e significados biológicos, emocionais, históricos e sociais propriamente ditos, simultaneamente" (1974 *apud* MINAYO, 1998, p. 5).

2.2 O SUICÍDIO NA LITERATURA BRASILEIRA

Informações como a da OMS – Organização Mundial da Saúde, em 1999 e 2001, mostram que o suicídio é um fenômeno que vem ganhando expressão enquanto causa de mortes. A OMS apontou o suicídio como uma das três principais causas de morte entre adultos jovens, na faixa etária de 15 a 34 anos, com uma taxa global de 14,5 óbitos/100 mil habitantes. No século XX, os países que tiveram as maiores taxas de suicídio foram a Áustria

(41 óbitos por 100 mil habitantes, entre os anos de 1931 e 1938) e a Hungria que na década de 1980 atingiu a taxa de 45 óbitos por 100 mil habitantes (LÉON; BARROS, 2003).

Embora seja crescente a literatura sobre o suicídio, principalmente em países europeus e norte-americanos, ainda é há uma certa dificuldade em encontrar estudos que permitam realizar comparações sobre diferentes padrões no Brasil.

São restritos os estudos de autores brasileiros sobre as circunstâncias mais freqüentes em que ocorre o suicídio, sobre os fatores que o originam e sobre sua repercussão no grupo social. Fatores estes que dificultam a compreensão deste fenômeno, se analisado na esfera nacional.

Dentre as obras analisadas no presente estudo, apresenta-se a seguir textos que compõem a coletânea “Do suicídio: Estudos brasileiros” (1991) organizados por Roosevelt Cassorla. Médico e psicanalista, Cassorla no texto “Considerações sobre o suicídio” apresenta um conceito bastante amplo do que é suicídio, incluindo, por exemplo, o que ele chama de microsúicídios, que seriam todas as potencialidades de nossas populações mortas por não encontram oportunidades no nosso meio, ou o suicídio inconsciente, onde o indivíduo coloca-se numa situação de perigo de morte, porém sem consciência disto. Segundo este autor, o suicídio pode estar relacionado até mesmo às reações de aniversário. Estas reações seriam mal estares, crises e tentativas de suicídios sem razões aparentes mas que estariam relacionadas a algum tipo de perda na mesma data em anos anteriores, todavia o indivíduo não associa tal ato ao fator temporal, este é trabalho que somente o psicanalista através de investigação inconsciente, poderá por meio de analogia descobrir.

O comportamento suicida entre crianças e adolescentes é um tema de grande destaque nesta coletânea. Tanto Rossevelt Cassorla quanto Haim Grunspun e Valy Giordano estudaram as tentativas e o ato suicida nestas faces da vida. Cassorla, no texto “Comportamentos suicidas na infância e na adolescência” utilizando-se dos resultados de

investigações realizadas com adolescentes que tentaram se matar, concluiu que as taxas de suicídio seguem uma tendência a não variar bruscamente numa determinada sociedade, mas é notório o acelerado aumento entre os jovens, tanto de casos de tentativas, quanto de suicídios consumados. Esta distribuição das taxas e suicídio dentro de grupos, segundo Cassorla, passou a ter variações mais significativas a partir dos anos 20, principalmente no que se refere às diferenças entre os sexos. O autor constatou que os homens matam-se duas vezes mais que as mulheres, proporção que tende a aumentar com a idade, enfatizando ainda que para cada suicídio completo, considerando todas as idades, existem entre oito e dez tentativas.

Neste mesmo estudo, a partir de teorias psicanalíticas sobre o processo adolescente e a autodestruição, Cassorla considerou fatores bastante presentes entre adolescentes, como a angústia da incerteza, o sentimento de controle, a melancolia, as idéias sobre a morte, natural impulsividade do adolescente, chamando-os de fatores suicidas nesta fase da vida. Fatores estes que explicam também tantos atos mal sucedidos, sem um planejamento prévio, principalmente entre o sexo feminino. Isso por que as mulheres tenderiam a cometer o ato após uma desilusão com uma pessoa significativa, dando-lhe a sensação de desamparo total. A necessidade de não perder seu amparo leva a moça a variadas situações que parecem seguir uma carreira de eventos, como por exemplo, a perda da virgindade, a gravidez seguida por abortos provocados ou naturais, uniões precoces, separações, etc., a jovem torna-se “marcada” socialmente. O autor constatou ainda que a maioria dos suicídios entre jovens provinha de lares perturbados, de famílias frias que muitas vezes tem a mãe como figura autoritária e o pai ausente.

Grunspun, médico psiquiatra em seu texto “Fatores suicidógenos como avaliação do risco de suicídio em adolescentes” afirma acreditar na existência de causas específicas para a busca pela morte entre adolescentes, havendo aí uma concomitância de fatores suicidógenos com a problemática psicossocial. Ao afirmar que nenhuma teoria explica

a causa do suicídio, o autor considera uma vertente social e outra individual, vertentes que a todo o momento interagem. Por isso, propõe uma “autópsia psicológica” onde o profissional, que deve ter formação multidisciplinar, realizará um inquérito retrospectivo, podendo ser externo, com a análise de bilhetes e escritos escolares, ou mesmo internos, através de entrevistas no ambiente familiar e social em que viveu. Os fatores de risco verificáveis entre os adolescentes são: eventos circunstanciados (geralmente reveses sentimentais e escolares), idéias de morte, distúrbios afetivos, oscilações de humor, tristeza sem razão, e os próprios impulsos da idade, fase de novas experiências. Indicando a realização da autópsia psicológica, para que o profissional verifique os fatores acima mencionados, a autor busca chamar a atenção para a necessidade e possibilidade de intervenção e prevenção como programas escolares e centros de valorização à vida.

Já Giordano, mestre em educação, psicóloga e psicanalista, em seu texto “Subsídios para a profilaxia do suicídio através da educação”, busca apresentar a psicologia da educação como uma forma de prevenção ao suicídio, enfatizando que quando ocorre o suicídio, isso ocorre porque a educação falhou. Neste sentido a ação do educador não é a de analista, mas de ter a percepção, através da observação, de reconhecer o resultado distinto que cada educando encontra em cada entrechoque de fatores atuantes, forças emocionais e influência do ambiente. Assim, partindo do pressuposto de que o suicídio é um fenômeno psicológico, a autora acredita que tal fenômeno pode ser reconhecido e prevenido. E ao educador caberia reconhecer o desajuste e oferecer auxílio, encaminhando o educando a psicoterapeutas, a quem compete a cura de distúrbios do comportamento.

Dias, psicóloga e graduada em Ciências Sociais, em seu texto “O suicida e suas mensagens de adeus” optou por uma abordagem interdisciplinar, onde recusa tanto o sociologismo quanto o psicologismo. Ao analisar bilhetes deixados por suicidas, a autora identificou nas mensagens tanto o determinismo social quanto o psicológico na ocorrência do

suicídio, por isso buscou reconstruir a inter-relação entre indivíduo e meio social. A autora estudou uma amostra de 200 laudos de suicídio no Instituto de Criminalística de São Paulo e constatou que 22,4% das mulheres e 10,7% dos homens deixaram algum tipo de mensagem suicida. Buscou com isso analisar a intencionalidade do discurso do suicida e como ele pode ser compreendido no universo relacional do sujeito. Concluiu que o suicida na verdade busca a vida através da morte. É a recusa do mundo real.

Barros, médica epidemiologista, em seu texto “As mortes por suicídio no Brasil” apresentou aspectos das mortes por suicídio no Brasil analisando dados de 1985, com todos os problemas de sub-registros sobre esse tipo de morte, seja eles por omissão ou pela dificuldade de estabelecer se o episódio foi acidental, intencional ou até mesmo um homicídio. A autora enfatizou que mesmo a gênese do suicídio estando enraizada em processos psíquicos, os estudos sobre padrões de distribuição do suicídio por características de pessoas, países e grupos étnicos e culturais distintos, bem como as transformações que esses padrões sofrem no decorrer do tempo, podem contribuir para as demais abordagens. Mas para isso, chama a atenção para a necessidade de aperfeiçoamento do sistema de informações de saúde no Brasil.

Além da coletânea, ora apresentada, destacam-se alguns poucos trabalhos de análise sobre o suicídio que realizam estudos de caso em regiões ou cidades de diferentes estados brasileiros.

Ainda na área psi, encontra-se o artigo “Mortalidade por suicídio na cidade de Curitiba durante os anos de 1978 a 1983” de Kossobubzki e Forte (1987), que através de um levantamento estatístico de mortes por suicídio, ocorridos na cidade de Curitiba, analisaram dados como sexo, idade, método utilizado, profissão e estado civil. As informações foram retiradas dos laudos do Instituto Médico Legal de Curitiba, pois os autores

buscavam apresentar aos profissionais da saúde, maior conhecimento das situações que levam ao suicídio, bem como a formulação de propostas preventivas.

Nunes et al.(2001), no artigo “Psicologia, ethos e suicídio na região de Blumenau” buscou traçar o perfil mínimo da condição de suicídio na região de Blumenau-SC, entre os anos de 1998 e 2001, trabalho este realizado através de informações contidas em registros de ocorrências de suicídios e tentativas de suicídio do Corpo de Bombeiros e do Instituto Médico Legal de Blumenau. Os autores constataram uma grande proporção de suicídios e tentativas nos meses de outubro, dezembro e janeiro, coincidindo com os períodos de festa (vale lembrar que em outubro acontece em Blumenau a Oktoberfest). Verificaram também diferenças na utilização do método de quem de fato cometeu suicídio, daquele que fez uma tentativa. “Enforcamento” e “arma de fogo” foram os métodos mais utilizados pelos indivíduos que se suicidaram, ao passo que os métodos de “envenenamento” e “jogar-se da ponte” foram os mais freqüentes entre os que tentaram suicídio.

Outro importante trabalho que também busca chamar a atenção sobre a importância do serviço público na prevenção do suicídio é a dissertação de Grossi “Estudo da mortalidade por suicídio no município de Maringá – Paraná” (2000). A autora, através de um levantamento de dados oficiais de mortalidade por suicídio junto ao Instituto Médico Legal (IML) de Maringá e aos Cartórios de Registro Civil desta cidade, fez uma análise estatística das informações colhidas, como a distribuição temporal, características pessoais como, sexo, idade, estado civil, bem como o meio utilizado para a prática do suicídio.

Grossi (2000) verificou neste período que as taxas de suicídio foram superiores entre os homens do que entre as mulheres, com exceção do ano de 1981, numa proporção de 3:1 aproximadamente. As taxas de mortalidade segundo faixa etária apresentaram características distintas para o sexo feminino e masculino. No sexo masculino, as taxas foram crescentes com picos para os grupos de 20 a 29 anos (9,0/100 mil), 40 a 49

anos (12,5/100 mil) e 60 a 69 anos (18,5/100 mil). Para o sexo feminino as taxas mais altas foram na faixa de 20 a 29 anos (3,4/100 mil) e na faixa de 70 anos ou mais (3,2/100 mil). Quanto as ocupações profissionais para o sexo masculino, observou-se as maiores porcentagens entre os aposentados com 13,6% das mortes, seguida pelos lavradores com 12,9% e operários com 9,5%. Entre as mulheres, as profissões mais verificadas foram: dona de casa com 46%, doméstica com 12% e estudante com 8%. O enforcamento, com 41,1%, foi o meio mais utilizado para a prática do suicídio em Maringá-PR, no período de 1978 a 1998.

O já citado estudo sobre a mortalidade-suicídio na cidade de Toledo-PR (SOUZA, WADI e STADUTO, 2005) “Um estudo sobre o suicídio em Toledo/PR: regularidades, recorrências e tendências num cenário de transformações sócio-econômicas (1954 a 2002)” apresentou uma série histórica das taxas de suicídio no município desde 1954 (ano de sua fundação) até 2002. Os autores evidenciaram o crescimento do número de mortes, com destaque para o último período, que corresponde aos anos de 1994-2002.

Nos dois primeiros períodos do estudo, 1954 a 1979 e 1980 a 1993 foram registrados 27 óbitos por suicídio, sendo no primeiro período 21 homens (dos quais 14 eram agricultores) e 6 mulheres (todas profissionais do lar). No segundo período foram 16 homens e 11 mulheres, não havendo predomínio de nenhuma profissão. No último período analisado os números foram mais expressivos, 59 eram indivíduos do sexo masculino e 12 do feminino. Assim, como no período anterior, não houve predomínio de nenhuma profissão, sendo, 18 operários (17 homens e 1 mulher) e 16 agricultores (todos homens).

Os autores verificaram a ocorrência de um maior número de suicídios nos meses de março e abril. Este índice contrasta com índices de outras cidades e estados brasileiros, obtidos por várias pesquisas¹⁶, que indicam nos meses de primavera uma maior concentração de suicídios. O entendimento desta diferenciação para a cidade de Toledo-PR,

¹⁶ Uma síntese de diferentes pesquisas que tematizam o suicídio a partir de diferentes variáveis, como os meses de maior incidência, pode ser encontrada em Felix (2002).

segundo os autores, deve-se a própria história, organização sócio-econômica e cultural deste espaço.

No Rio Grande do Sul, o efeito do uso de agrotóxicos, tem estimulado estudos da área médica, pois segundo estes, os pesticidas organofosforados quando utilizados intensamente, podem causar males como a depressão, em humanos que trabalham diariamente em contato com agrotóxicos.

Falk et al. (1995) em texto “Suicídio e uso de agrotóxicos: conseqüências do uso de agrotóxicos organofosforados?” enfocam a relação agrotóxico-agricultor e os efeitos neurológicos que os agrotóxicos podem causar, analisando as ocorrências no município de Venâncio Aires. Esta é uma cidade eminentemente agrícola, cuja economia está alicerçada, basicamente, na produção do fumo (tabaco) e da erva-mate. Localizada a 110 quilômetros de Porto Alegre, Venâncio Aires destaca-se por seus altos índices de mortalidade-suicídio. Os autores constataram que o coeficiente de morte por suicídio em Venâncio Aires, em 1995, quase duplicou em relação aos dois anos anteriores, passando de 16,2/100 mil habitantes em 1994 para 37,2/100 mil habitantes em 1995, da mesma forma que o uso de agrotóxicos nas lavouras de fumo, que passou de 50 kg por hectare para cerca de 100 kg por hectare em 1995.

Partindo para uma discussão multidimensional, Vanrell et al. (1996) em texto intitulado “O comportamento suicida no estado de São Paulo: estudo comparativo dos últimos 16 anos em duas Regiões do Estado”, entendem o suicídio como resultado de uma complexa interação de fatores tanto sociais, econômicos quanto psicológicos. Para os autores, “... sua abordagem, hoje, não pode ser apenas sociológica, estatística ou médico-legal” (VANRELL et al., 1996, p.2) e sendo assim, realizaram um estudo comparativo, com base nos dados obtidos nos Institutos Médico-Legais e nos Institutos de Criminalística, em duas regiões do Estado de São Paulo, São José do Rio Preto e Jundiaí, entre os anos de 1980 a

1995. Na leitura dos dados, os autores verificaram que as maiores freqüências de morte por suicídio ocorreram nas faixas etárias mais produtivas e oriundas de áreas urbanas, mas ressaltam que muitos casos vistos como urbanos, são na verdade originários da área rural:

... trata-se de pessoas que se incluem na condição de “migrantes” atraídos pelos pólos mais desenvolvidos, as cidades maiores que, embora os acolham fisicamente, a maioria das vezes, não lhes oferecem condições para uma sobrevivência digna... (VANRELL et al., 1996, p.8).

Os autores verificaram ainda que os maiores números de mortes por suicídio ocorreram na primavera, ou seja, nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro, época que segundo os autores vêm acompanhadas de frustrações pré-natalinas, arrochos econômicos e incertezas para o ano fiscal seguinte, além da relação entre depressão e datas festivas, como Natal, Reveillon e Reis.

Segundo Félix (2002) não existe uma teoria específica sobre o suicídio, mas as investigações sobre os padrões suicidas “sugerem vulnerabilidade aos efeitos das conjunturas sociais por determinados grupos sócio-demográficos numa situação geográfica específica” (FÉLIX, 2002, p.70). A autora afirma que em muitos trabalhos desenvolvidos sobre suicídio e também homicídio, além dos fatores comumente investigados, são feitas especulações quanto os padrões sazonais, sobre os fatores de interação social, além de fatores como a depressão, o clima e os rituais. Félix (2002) afirma ainda que a sazonalidade é o mais importante componente de suicídio em todas as investigações e que o fenômeno do suicídio, assim como o homicídio tem forte relação com as condições de qualidade de vida do país.

Dois importantes trabalhos, Santana et al, (2002) e Martins Junior e Neto (2005) fazem um diagnóstico do suicídio no Brasil para as décadas de 1980 e 1990, norteando discussões a respeito do comportamento suicida em diferentes regiões do país, atentando para uma problemática que vem aumentando significativamente. Este fato, segundo Minayo (1998), deve ser considerado problema de relevância do ponto de vista sociológico e social,

porque as expressões de violência precisam ser analisadas e compreendidas no contexto das relações sócio-culturais que ocorrem.

Santana et al. (2002) em seu texto “Evolução temporal da mortalidade por suicídio no Brasil. 1980 a 1999”, constataram que a região Sul sempre manteve altas taxas de mortalidade por suicídio segundo o sexo. Os autores mostram que o suicídio representou entre os anos 1980 e 1999, 0,6% do total de óbitos e 5,6% das mortes por causas externas no Brasil. Os três estados sulinos aparecem como os estados com maiores taxas do Brasil, sendo estas médias acima da média nacional: O Rio Grande do Sul foi o estado com maior taxa (9,0/100mil), seguida de Santa Catarina (6,3/100mil) e Paraná (5,1/100mil). Os estados com menores taxas foram: Maranhão (0,8/100mil) e Bahia (1,2/100mil).

Destacou-se o estado do Rio Grande do Sul que, em 1999, alcançou a alta taxa de 18,13/100 mil habitantes para o sexo masculino. Para o sexo feminino, o estado que apresentou taxa mais expressiva foi Roraima, com 6,19 óbitos. O Estado do Paraná apresentou uma tendência de crescimento negativa de suicídio para o sexo feminino: em 1980 sua taxa era de 3,10 óbitos/100 mil habitantes e em 1999 caiu para 2,12/100 mil habitantes. Essa tendência também foi verificada nos estados da Paraíba, Minas Gerais e São Paulo. Para o sexo masculino em todas as unidades federativas, ocorreu crescimento, com exceção da Paraíba que foi o único estado a apresentar crescimento negativo, porém esse crescimento foi estatisticamente insignificante (-1,79%).

As taxas de mortalidade por suicídio segundo faixas etárias, de acordo com Santana et al. (2002), apresentaram tendência crescente por idade: “Os suicídios foram responsáveis por 10,3% das mortes entre jovens de 0 a 19 anos; 47,7% entre os 20 a 39 anos; 27,3% entre pessoas de 40 a 59 anos e 13,9% entre os acima de 60 anos” (SANTANA et al., 2002, p.4). Assim, o grupo que corresponde ao adulto jovem (20 a 29 anos) foi o grupo com

maiores taxas de suicidas. Nas regiões Sul e Centro-Oeste as taxas apresentaram tendência crescente ao longo do tempo e se apresentaram maiores conforme o avançar das idades.

No período de 1980 a 1999, os métodos mais utilizados para a prática do suicídio foram, segundo Santana et al. (2002), enforcamento (43,5%), arma de fogo (20,1%) e produtos químicos sólidos ou líquidos (14,0%).

Martins Junior e Neto (2005) realizaram um trabalho bastante semelhante, “Tendência espacial nas taxas de suicídio no Brasil, período 1980-2002”. Os autores contabilizaram 125.953 óbitos por suicídio neste período de 23 anos, o que corresponde a uma taxa média de 5,47 óbitos ano/100 mil habitantes.

Assim como Santana et al. (2002), Martins Junior e Neto (2005) também verificaram maiores taxas entre os homens, em todo o período com tendência crescente, ao passo que entre as mulheres houve redução ao longo dos anos.

As taxas de mortalidade segundo faixa etária também apresentaram variações, porém, o último grupo, de 65 anos ou mais, foi o grupo em que os autores verificaram a ocorrência de taxas mais altas de suicídio em todo o período. Segundo Martins Junior e Neto (2005) as taxas variaram de 7,3 óbitos/100 mil habitantes a 7,1 óbitos/100 mil, apresentando um pico de 9,1 óbitos/100 mil no ano de 1995.

O Rio Grande do Sul parece ser o Estado que mais concentra trabalhos sobre a temática, talvez isto esteja relacionado ao fato de ser o Estado brasileiro que historicamente tem apresentado os maiores coeficientes de suicídio do país.

Werlang (2004) em seu texto “Suicídio: uma análise causal das taxas de mortalidade-suicídio no Rio Grande do Sul” realizou uma análise causal das taxas de mortalidade-suicídio no Rio Grande do Sul, através da construção de um modelo teórico, testado por um modelo estatístico (regressão multivariada). Assim, mostrou a relação entre

anomia econômica e social com as taxas de suicídio, principalmente no setor rural daquela sociedade, num espaço temporal de cinco anos, de 1993 a 1998.

Utilizando-se da teoria de Durkheim, Werlang (2004) afirma que a sociedade “... através de correntes suicidógenas de egoísmo, altruísmo e anomia, leva indivíduos à autodestruição. Estas correntes têm procedência social, variam de grupo social para grupo social, e são a causa real e determinante dos suicídios” (WERLANG, 2004, p.3). Baseada na perspectiva de Merton (1999 apud WERLANG, 2004) a autora analisou a influencia da anomia econômica na taxas de suicídio, verificando a associação destas com a agropecuária em nível estadual, principalmente a agricultura familiar, que hoje pode ser vista como uma atividade de risco, não tendo os investimentos necessários. Constatou que a existência, em cada município, de um número significativo de estabelecimentos agropecuários, especialmente próprios, faz com que as taxas municipais de mortalidade-suicídio elevem-se.

Meneghel et al. (2004) em seu texto “Características epidemiológicas do suicídio no Rio grande do Sul” também analisaram a incidência de suicídio no Rio Grande do Sul. Através de dados do SIM/Datasus construíram séries históricas de mortalidade por suicídio no Rio Grande do Sul, no período de 1980 a 1999. Após a descrição das características epidemiológicas, os autores analisam o suicídio como um problema de saúde coletiva no Rio Grande do Sul, já que este fenômeno tem atingido muito mais um determinado grupo etário, étnico e profissional. Os maiores coeficientes de mortalidade-suicídio segundo grupo etário foram verificadas entre a população idosa, porém nos últimos anos da década de 1990 houve uma elevação das faixas mais jovens entre 20 e 59 anos. O grupo de profissionais mais atingido foi os agricultores. O grande índice de suicídio entre os agricultores estaria, segundo os autores, refletindo as difíceis condições de sobrevivência dessas pessoas, como “... endividamento, concentração da terra, êxodo e anomia; ou

exposição profissional intensa aos agrotóxicos que pode acarretar quadros depressivos desencadeados por mecanismos neurológicos ou endócrinos” (MENEGHEL et al.,2004, p.8).

Os trabalhos aqui apontados evidenciaram semelhanças e diferenças nos padrões de ocorrência quanto a prática do suicídio na Europa do século XIX, e nas cidades e estados do Brasil do século XX. Neste sentido as obras aqui apresentadas demonstram a importância de estudo regionais para a compreensão deste fenômeno considerado, durante muito tempo, puramente individual.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA EMPÍRICA E ANÁLISE DOS DADOS

Para a resolução da problemática da pesquisa realizou-se inicialmente uma análise primária, coletando-se dados em laudos de todos os Institutos Médicos Legais das mesorregiões Oeste e Sudoeste, ou seja, nos IML's das cidades de Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu no Oeste e Francisco Beltrão e Pato Branco no Sudoeste. Levantou-se a seguir os dados sobre autoviolência sistematizados pelo Departamento de Informática e Informação do Ministério da Saúde – Datasus, que disponibiliza informações oriundas do Sistema de informações sobre Mortalidade – SIM¹⁷. Para obter as informações referentes ao período de 1990 a 1995 no Datasus utilizou-se a Classificação Internacional de Doenças (CID-9) e para o período 1996 a 2003, utilizou-se a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), conforme critérios estabelecidos pelo próprio departamento.

Existem inúmeras falhas na forma de preencher os livros de registro de óbito, muitas vezes estando os laudos parcialmente preenchidos, o que dificulta o cruzamento de dados entre os IML's. Por exemplo, no IML de Pato Branco, dificilmente encontramos registrada a cor do suicida, já no IML de Cascavel o grau de instrução escolar é que foi pouco registrado. Mesmo com essas falhas foi possível fazer um levantamento dos anos de 1990 a 2005, com exceção de Toledo e Francisco Beltrão, onde os dados do IML datam de meados de 1993 a 2005. O IML de Toledo tem informações somente a partir de meados de 1993 devido a um incêndio ocorrido há alguns anos, porém, no sentido de sanar possíveis lacunas, recorreu-se aos inquéritos policiais arquivados no Fórum de Toledo, para os anos de 1990 a 1993. Já o IML de Francisco Beltrão iniciou suas funções em 1993, antes disso os corpos eram encaminhados ao IML de Pato Branco. Todavia, como os dados foram agrupados pelas

¹⁷ O Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM é um sistema gerido pelo Departamento Nacional de Vigilância em Saúde em conjunto com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e alimentado com dados coletados em Certidões de Óbitos dos cartórios.

idades de ocorrência dos óbitos, e não por IML, pôde-se obter o panorama das ocorrências também para as cidades que a partir de 1993 passaram a encaminhar os corpos para o IML de Francisco Beltrão. Desta forma, os registros de ocorrências de suicídio das 87 cidades pertencentes as duas mesorregiões compõem o universo da pesquisa.

Para estabelecer os padrões de ocorrências de mortalidade-suicídio nas mesorregiões Oeste e Sudoeste no período estudado (1990-2005), optou-se por trabalhar com informações obtidas junto aos Institutos Médicos Legais destas mesorregiões.

A escolha em trabalhar diretamente com os laudos dos Institutos Médico Legais, deu-se pela possibilidade de coletar o maior número de informações possíveis, tais como: sexo, cor, idade, estado civil, profissão, cidade, dia, mês e ano do suicídio, método utilizado e local onde ocorreu o suicídio. A princípio nos pareceu mais confiável, trabalhar com as declarações de óbito dos cartórios de registro civil, mas isto se tornou inviável pela indisponibilidade, principalmente de tempo para fazer esse levantamento em todas as 87 cidades que compõem o universo da pesquisa.

Para que fosse possível construir um panorama da mortalidade-suicídio no Paraná, foi realizada uma classificação de todas as cidades paranaenses existentes a partir do ano de 1990, o número de mortes por suicídio nessas cidades nos período de 1990 a 2005, bem como seus contingentes populacionais. As informações populacionais para o período de 1990 a 2005 foram extraídas dos sítios do Departamento de Informática e Informação do ministério da Saúde - Datasus e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IparDES.

Com essas informações foram construídas as médias de suicídio por ano, por cidade e também por mesorregião. Para a construção das taxas de suicídio, adotou-se como critério a construção de taxas por 100 mil habitantes, assim como os valores percentuais

para cada uma das variáveis mencionadas, que também são apresentadas por 100 mil habitantes.

Todos os dados da pesquisa de campo foram computados, utilizando-se o software SPSS. Realizou-se a seguir uma análise estatística e uma análise qualitativa dos dados levantados.

Para a realização da análise estatística da mortalidade suicídio, inicialmente analisou-se a frequência das variáveis, sexo, idade, cor, estado civil, cidade, profissão, método utilizado, instrução escolar, mês, ano e local do suicídio - variáveis padrões nos laudos dos IML's - verificando assim, a distribuição dos óbitos conforme estas características.

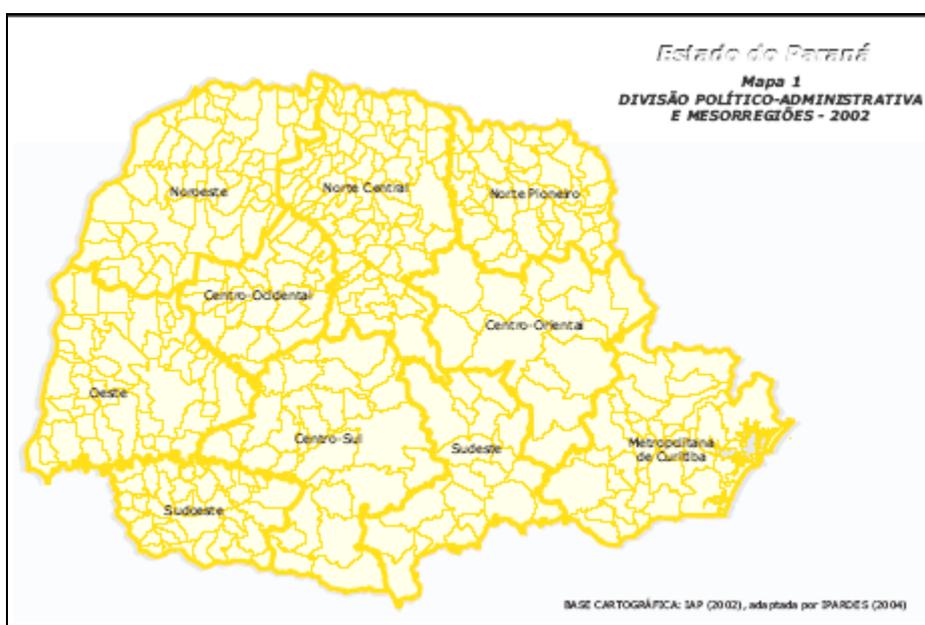
Buscou-se também, informações como religião, através de dados estatísticos das diferentes religiões nas mesorregiões do Estado, e etnicidade, através de pesquisa em dicionários de sobrenomes, porém estas foram variáveis de difícil associação, já que a ausência completa destas informações nos laudos dos IML's.

Para o estudo da associação das variáveis utilizou-se a análise de correlação entre as variáveis, testando quais variáveis apresentavam relação significativa com a taxa de suicídio nas mesorregiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Utilizou-se nesta análise variáveis sócio-econômicas como IDH-M, PIB, migração, urbanização e êxodo rural, a fim de compreender quais as relações entre autoviolência e características sócio-econômicas e culturais e as transformações pelas quais vem passando as sociedades regionais. Nesta análise de correlação entre as taxas de suicídio nas mesorregiões Oeste e Sudoeste, foram calculados os coeficientes de correlação linear de Pearson para o período de 1990 a 2005, por meio da média, a um nível de 5% de significância ($p < 0,05$). Descreveu-se a seguir o comportamento das taxas de suicídio relacionando-se com o conjunto das variáveis explicativas.

4 SUICÍDIO NAS MESORREGIÕES OESTE E SUDOESTE DO PARANÁ

Este capítulo apresenta o fenômeno do suicídio nas dez mesorregiões paranaenses nos anos de 1991, 1996 e 2000, bem como algumas características destas mesorregiões. Num segundo momento, apresenta-se um histórico do processo de desenvolvimento das mesorregiões Oeste e Sudoeste do Paraná, desde sua ocupação inicial até os dias de hoje. Os resultados da pesquisa de campo sobre o suicídio nas mesorregiões Oeste Sudoeste do Paraná, no período de 1990 a 2005, bem como as análises destes resultados, finalizam o capítulo.

4.1 O PARANÁ E SUAS MESORREGIÕES: A OCORRÊNCIA DA AUTOVIOLÊNCIA



O Paraná é um Estado bastante heterogêneo, tanto em características sócio culturais, quanto econômicas e “um dos fatores de maior influência na caracterização dessas regiões é a presença de movimentos migratórios que contribuem para o esvaziamento ou

aumento do contingente populacional de cada uma delas” (STADUTO et al., 2004, p. 60).

Segundo classificação do IBGE, o Paraná é dividido geograficamente em 10 mesorregiões.

No final da década de 1980 e início de 1990, o Paraná rompeu o equilíbrio existente quanto a distribuição populacional entre a mesorregião metropolitana e a demais mesorregiões do Estado, havendo desde então uma acelerada concentração na mesorregião Metropolitana, seguida da concentração no Norte Central e no Oeste.

A mesorregião Metropolitana de Curitiba caracteriza-se hoje por atrair um grande contingente populacional em busca de atividades dos segmentos modernos de produção, enquanto que as mesorregiões Norte Central e Oeste caracterizam-se por serem as áreas mais atrativas e urbanizadas no interior do Estado. No Norte Central “evidencia-se uma diversidade industrial relativamente grande... sendo o segmento do café solúvel o mais dinâmico, seguido por laticínios e frigoríficos” (STADUTO et al., 2004, p. 62). O Oeste apresentando o maior grau de concentração de atividades na agroindústria no Estado é especializada na produção de grãos, aves, suínos e leite. A mesorregião se fortalece também através do turismo com as Cataratas do Iguaçu e a Usina Hidrelétrica de Itaipu, na cidade de Foz do Iguaçu, bem como pelo repasse dos *royalties* recebidos pelos municípios atingidos com a construção da usina.

As demais mesorregiões do Estado caracterizam-se por apresentar menores graus de urbanização e fortes áreas de esvaziamento populacional. Como o Noroeste que perdeu contingente populacional, em grande parte devido às mudanças de atividades da base produtiva rural, como a erradicação da cultura cafeeira, que ocupava importante parcela da mão-de-obra regional e que agora perde espaço para as pastagens.

O Centro Ocidental é de acordo com o Ipardes (2000) a mesorregião de menor crescimento populacional. Caracteriza-se por ser uma das mesorregiões mais importantes na produção de soja e trigo e “... apresenta redução de área plantada de café e

algodão, caracterizando-se pela elevada presença de pequenos produtores” (STADUTO et al., 2004, p.62).

O Norte Oriental, especializado na fabricação de implementos agrícolas, apresenta as mais altas produções de soja, milho e trigo, além da produção leiteira. Sua participação é elevada também na indústria metalúrgica e na mecânica.

O Sudoeste, com sua economia pautada na produção agropecuária, conta com intensa mão-de-obra familiar de pequenos e médios produtores. É uma das mesorregiões que mais produzem aves e, em menor escala, suínos e leite. Na indústria de transformação sua participação é considerada uma das menores do Estado juntamente com o Norte Pioneiro que, concentra mão-de-obra nas indústrias de alimentos, nos setores têxtil e madeireiro.

O Centro Sul apresenta-se como “o último reduto de oportunidade no meio rural paranaense” (KLEINKE et al., 1999, p.33). Acompanhando as mudanças da base produtiva, a região revela um ritmo de crescimento econômico expressivo, porém a região começa a apresentar sinais de evasão.

Já a região Sudeste que mesmo sendo uma região pouco urbanizada e economicamente frágil, com atividades pouco competitivas ainda apresenta-se estável no que se refere ao crescimento populacional.

A heterogeneidade do Estado do Paraná, visível desde as formas de ocupação, grupos de colonização, estrutura de relevo, clima e até no desenvolvimento das atividades culturais e econômicas, contribuiu para a diferenciação de ocorrência do suicídio em suas mesorregiões.

Desta forma, para melhor conhecer a realidade do Estado do Paraná, construiu-se inicialmente – utilizando-se os dados censitários disponíveis –, um panorama geral dos suicídios cometidos no estado, dividido em mesorregiões.

A Tabela 1 permite visualizar a distribuição das taxas de suicídio por mesorregião do Estado nos anos de 1991, 1996 e 2000. Os dados nos dão um panorama de onde estão concentrados os maiores e menores índices de suicídio nesta última década. No ano de 1991 as mesorregiões que apresentaram taxa média superior a média estadual de 5,58/100 mil foram: Centro Ocidental (9,55/100 mil), Norte Pioneiro (8,82/100 mil), Oeste (7,77/100 mil), Sudoeste (7,11/100 mil), Sudeste (5,74/100 mil) e Noroeste (5,64/100 mil). E as mesorregiões com taxas inferiores a média estadual foram: Centro Sul (5,19/100 mil), região Metropolitana de Curitiba (4,61/100 mil), Norte Central (4,09/100 mil) e Centro Oriental (2,92/100 mil).

Em 1996 também foram seis as mesorregiões que apresentaram taxas superiores a média estadual de 6,80/100 mil: Centro Oriental (9,46/100 mil), Sudoeste (8,68/100 mil), Norte Pioneiro (7,96/100 mil), Oeste (7,88/100 mil), Norte Central (7,60/100 mil) e Sudeste (7,48/100 mil). E as quatro mesorregiões que apresentaram médias inferiores a estadual foram: Centro Ocidental (6,46/100 mil), Centro Sul (6,26/100 mil), região Metropolitana de Curitiba (5,23/100 mil) e Noroeste (5,09/100 mil).

Para o ano de 2000, a média estadual foi de 6,17/100mil e oito das dez mesorregiões tiveram médias superiores a esta: Centro Sul (11,63/100 mil), Sudoeste (10,37/100 mil), Sudeste (8,75/100 mil), Norte Pioneiro (7,84/100 mil), Oeste (7,55/100 mil), Centro Ocidental (7,21/100 mil), Noroeste (6,55/100 mil) e Centro Oriental (6,26/100 mil). As duas mesorregiões que tiveram médias inferiores a estadual foram: Norte Central e região Metropolitana de Curitiba, respectivamente, 5,41/100 mil e 3,70/100 mil.

Tabela 1 – Taxa de Mortalidade–Suicídio no Paraná (1991- 1996 -2000) por 100 mil habitantes

	Taxa em 1991	Taxa em 1996	Taxa em 2000
Paraná	5,58	6,8	6,17
Mesorregião			
Noroeste Paranaense	5,64	5,09	6,55
Sudeste Paranaense	5,74	7,48	8,75
Centro-Sul Paranaense	5,19	6,26	11,63
Sudoeste Paranaense	7,11	8,68	10,37
Oeste Paranaense	7,77	7,88	7,55
Centro Oriental Paranaense	2,92	9,46	6,26
Norte Pioneiro Paranaense	8,82	7,96	7,84
Norte Central Paranaense	4,09	7,6	5,41
Centro Ocidental Paranaense	9,55	6,46	7,21
Metropolitana de Curitiba	4,61	5,23	3,7

Fonte: Construção da autora a partir de dados obtidos junto ao Ipardes (2005) e Datasus (2005).

Mesorregiões como Sudeste, Sudoeste e Centro-Sul apresentaram as taxas de suicídio mais altas no último ano verificado (2000) e pôde-se observar que estas são regiões com características muito semelhantes quanto ao grau de atratividade populacional, com fortes sinais de evasão. São também mesorregiões que apresentam fraca dinâmica econômica no contexto estadual e são mesorregiões onde as taxas de suicídio são crescentes.

O Oeste e Norte Central apresentam uma estabilidade nas taxas de suicídio. São mesorregiões onde se encontram grandes centros urbanos do interior do Estado, cidades com maior grau de diversificação das atividades econômicas e são cidades que absorvem a evasão do interior.

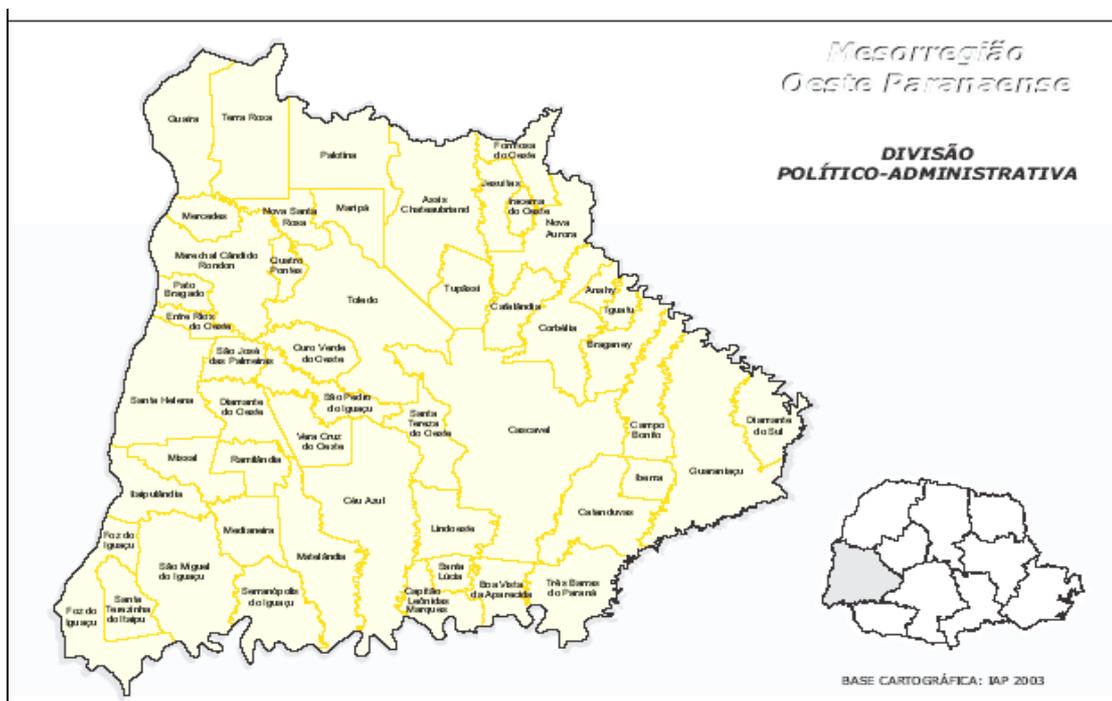
Como não será possível realizar o estudo para todo este espaço, será realizada uma investigação mais cuidadosa nas mesorregiões Oeste e Sudoeste do Paraná, averiguando quais são as relações entre taxa de suicídio e as características sócio-econômicas historicamente constituídas e as transformações pelas quais vem passando as sociedades regionais.

4.2 ASPECTOS HISTÓRICOS E CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS E CULTURAIS DAS MESORREGIÕES OESTE E SUDOESTE DO PARANÁ

Neste tópico busca-se apresentar um histórico do processo de desenvolvimento das mesorregiões Oeste e Sudoeste do Paraná desde sua ocupação inicial até os dias de hoje, a fim de compreender a configuração histórica, bem como as características sócio-econômicas e culturais que alicerçam o processo de desenvolvimento regional das referidas mesorregiões.

Os dados aqui apresentados servirão de base para a análise e discussão das variáveis referentes a taxa de suicídio nas duas mesorregiões entre os anos de 1990 e 2005, que será desenvolvido no tópico seguinte.

4.2.1 Região Oeste do Paraná



A mesorregião Oeste do Paraná está localizada no Terceiro Planalto Paranaense e abrange uma área de 2.290.859 hectares, que corresponde a cerca de 11,5% do território estadual. Esta mesorregião faz fronteira com a Argentina e o Paraguai e possui como principais divisas os rios Piquiri, Paraná e Iguaçu. É constituída por 50 municípios, dos quais se destacam Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, em função de suas dimensões populacionais e níveis de polarização.

No que se refere ao relevo da mesorregião, esta apresenta 50% da área total no intervalo de declividade que vai de 0% a 10%, correspondendo a um relevo plano e levemente ondulado, sendo consideradas áreas aptas ao cultivo da agricultura mecanizada, agricultura não mecanizada, à pecuária e ao reflorestamento. O intervalo com o relevo ondulado, e, portanto apta à agricultura não mecanizada, à pecuária e ao reflorestamento, corresponde a 40% da área. Nestas áreas a agricultura mecanizada possui limitações, devido a riscos de erosão no solo. Nos 10% restantes o relevo é fortemente ondulado, “... com áreas inaptas à agricultura mecanizada, restrições severas à agricultura não-mecanizada e restrições moderadas à pecuária e ao reflorestamento” (IPARDES, 2004, p.25).

O Oeste do Paraná possui 75% da sua área com predomínio de solos férteis, solos potencialmente aptos para a produção agrícola, ocupado atualmente, por culturas cíclicas de soja, milho e trigo.

Para a contextualização do espaço em que ocorrem as inúmeras transformações que acabam configurando a mesorregião Oeste do Paraná contemporaneamente, privilegia-se a verificação da combinação entre o potencial humano e o natural, inerente ao espaço que define esta mesorregião, sendo o mesmo abordado em três fases distintas que apresenta-se neste tópico.

A primeira trata da exploração praticada por capitais estrangeiros na busca das riquezas naturais, a erva-mate e a madeira, até meados da década de 1930. Posterior a

esta, a segunda identifica os primeiros movimentos migratórios que possibilitaram a ocupação efetiva da mesorregião, destacando-se a imigração dos estados do Sul do Brasil. A terceira fase estabelece a inserção da mesorregião no fenômeno denominado modernização da agricultura, a partir da década de 1960. Esta fase funcionou como pré-condição para o início das atividades agroindustriais no Oeste, destacada no item “Uma nova dinâmica sócio-econômica e cultural nos anos 1990”.

4.2.1.1 Ocupação inicial

No início do século XX foram dados os primeiros passos para a colonização do Oeste do Estado do Paraná, mas foi somente a partir da década de 1940 que ela de fato se efetivou. A colonização cumpria dois objetivos federais: o primeiro, o de nacionalizar toda a área que, durante o século XIX e início do século XX, esteve ocupada por empresas denominadas obrages¹⁸, e segundo, priorizar a expansão das fronteiras econômicas, em especial as fronteiras agrícolas, de todo o Estado brasileiro, centrando esforços no sentido de ampliar o crescimento dos setores que pudessem contribuir para o aumento das exportações.

O sistema de obrages foi, segundo Wachowicz (1987), o primeiro sistema de ocupação e também de exploração das terras que acompanhavam as margens do Rio Paraná, exploração está realizada de forma predatória nas matas e ervais. A ocupação das terras iniciou-se com pessoas de diferentes nacionalidades, como brasileiros, argentinos e paraguaios que fundavam pequenos acampamentos de caráter provisório, chamados “posto de monta” ou “pousos” garantindo assim um pouco de segurança enquanto realizavam a exploração. Segundo o autor, “Estes postos estendiam-se por territórios hoje pertencentes aos

¹⁸ Latifúndios de capital estrangeiro, que extraíam na área produtos como a erva-mate e a madeira com o objetivo de exportá-los através do Rio Paraná (WACHOWICZ, 1987).

municípios de Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Cascavel, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Goio-Erê, Alto Piquiri, Nova Aurora, etc.” (WACHOWICZ, 1987, p.65).

Para Wachowicz, os milhares de índios que habitavam o Paraná, foram em sua maior parte, quando resistiram ao processo civilizatório, eliminados definitivamente, e os mais submissos, incorporados à sociedade envolvente, perdendo suas características através da miscigenação (WACHOWICZ, 1988).

Em poucas décadas o Oeste paranaense foi ocupado por aproximadamente 200 obrages, sendo estas responsáveis pela vinda de milhares de trabalhadores ou mensus, como eram chamados. Os mensus preferidos para o serviço de exploração da madeira e da erva-mate, foram os trabalhadores de origem indígena que tinham pleno conhecimento das áreas a serem exploradas.

Após a revolta dos tenentes em 1922 e com a ação política da revolução de 1930 o governo de Getúlio Vargas definiu uma política de colonização da mesorregião dentro dos moldes do slogan nacional de “Marcha para o Oeste”, visando nacionalizar a ocupação das regiões de fronteira. Para a mesorregião Oeste do Paraná fazia parte dessa política, entre outras coisas, o incentivo à migração de agricultores, a fim de implantar pequenas propriedades agrícolas e agroindustriais, e também a exigência de que os quadros funcionais das empresas da mesorregião contassem com, no mínimo, 2/3 de trabalhadores brasileiros. Outra iniciativa do governo federal foi a implantação do Território Federal do Iguazu, o que fez com que o governo do Paraná passasse a atuar mais na região, a fim de evitar a divisão de seu território. O Território do Iguazu foi implantado (1943), porém, não teve muito tempo de duração, tendo sido extinto em 1946 por uma ementa inserida na Constituição, voltando à região ao domínio do Paraná.

O cenário internacional turbulento em função da Segunda Guerra Mundial, fez com que as empresas internacionais atuantes na mesorregião vendessem seus capitais para

empresas nacionais. Assim, empresas colonizadoras que atuavam no Estado do Rio Grande do Sul, foram estimuladas pelo governo do Estado do Paraná, a adquirirem terras ditas “boas e baratas” e iniciar o processo de colonização da área.

Para a colonização do oeste paranaense havia outros objetivos, além da justificativa oficial e aparente de nacionalizar a fronteira. Entre estes objetivos estava o de abrir caminho para a expansão do capital e para a colonização gaúcha, que segundo Wachowicz (1987) “poderia contrabalançar a influência econômica e política do Estado de São Paulo” na região, em um momento em que um gaúcho - Getúlio Vargas - subia ao poder, ocupando o cargo de presidente da república.

No momento da propaganda de venda de terras no oeste paranaense, as empresas enfatizavam principalmente, a fertilidade do solo, o baixo preço das terras, o clima subtropical semelhante ao clima do Estado de origem (ou seja, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina), a abundância de cursos d’água, as terras situadas em relevo plano e cobertas por matas subtropicais. O público alvo destas propagandas eram produtores agrícolas familiares sul-riograndenses, que em sua grande parte descendiam de imigrantes europeus, basicamente italianos e alemães. Durante o século XIX seus ascendentes já haviam iniciado o processo de colonização na porção centro-leste do Estado do Rio Grande do Sul, e no início do século XX, através de uma nova migração colonizaram o noroeste do mesmo Estado. Segundo Gregory (2002) esses imigrantes foram preferencialmente escolhidos como público alvo da companhias colonizadoras, pois já estariam habituados com o desenvolvimento de uma agricultura em moldes familiares.

Porém, a primeira frente de povoamento e colonização no Oeste do Paraná foi proveniente, do Norte paranaense. Dos Campos de Guarapuava e colônias de imigrantes europeus estabelecidos no Primeiro Planalto do Paraná e Laranjeiras do Sul que migraram devido à substituição do café por outras atividades de lavoura e pecuária. Esse contingente

populacional ocupou os territórios de Cascavel, Catanduvas, Guaraniaçu e Foz do Iguaçu. (AZEVEDO, COLOGNESE e SHIKIDA, 2000). A segunda frente veio do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, formada principalmente por descendentes de alemães e italianos, que por intermédio de empresas colonizadoras que selecionavam falias para ocuparem a região. (WACHOWICZ, 1982).

4.2.1.2. A Colonização por empresas

Na dinâmica da construção do espaço colonial, percebe-se como parceiros de empreitada, tanto interesses estatais como interesses privados. A atenção se voltou para o Oeste do Paraná depois dos anos 1930. Como mencionado anteriormente, a atuação do Estado aconteceu no contexto geopolítico da “Marcha para o Oeste” e a atuação do poder privado dava-se de duas formas: uma mais ampla, através da presença indireta do Estado, fazendo pressão sobre ele, e outra de forma direta e localizada, através de empresas extrativistas e colonizadoras.

Dentro deste contexto iniciou-se, durante a segunda metade da década de 1940 e mais intensamente durante as décadas de 1950 e 1960, o movimento migratório que resultou na ocupação de uma parcela significativa do território do oeste paranaense. A migração era realizada em grupos, geralmente formados por familiares, amigos e vizinhos, todos trabalhadores agrícolas, que adquiriam lotes numa mesma área. Este tipo de migração era estimulada pela empresa colonizadora, uma vez que as condições de infra-estrutura eram bastante precárias. A ajuda entre as famílias que migravam era imprescindível para a derrubada da mata subtropical, para a construção das casas e dos galpões, e também para o preparo da terra e cultivo de produtos agrícolas de subsistência.

Segundo Petrone (1984), a constituição fundiária no Oeste paranaense foi fortemente influenciada pelas culturas teuto e ítalo-brasileiras que organizaram a estrutura do espaço agrícola predominantemente formado por pequenas e médias propriedades com mão-de-obra familiar. Cada propriedade, em geral, apresentava lotes de 20 a 30 hectares, embora alguns núcleos coloniais apresentassem lotes maiores, de 50 a 70 hectares.

O Oeste tornou-se assim, um espaço habitando e vivenciado pelos “euro-brasileiros” (GREGORY, 1997), trazidos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, por empresas colonizadoras que, primeiro exploraram e comercializaram a madeira e depois venderam terra para os colonos, que passaram a produzir excedentes agrícolas e investiram em novas atividades nas colônias.

A mais importante colonizadora do oeste paranaense foi uma empresa gaúcha, a Industrial Madeireira Colonizadora do Rio Paraná S. A. – MARIPÁ, que com sede em Porto Alegre, adquiriu, em 1946, no oeste do Paraná, as terras da Fazenda Britânia. A MARIPÁ elaborou seu plano de colonização baseada na idéia de pequenas propriedades, com lotes de no máximo 10 alqueires, suficientes para a subsistência de imigrantes descendentes de italianos e alemães, habitantes do Rio Grande do Sul, atraídos para a mesorregião.

Segundo Gregory (1997), a MARIPÁ não só forneceu uma infra-estrutura, como também selecionou os indivíduos para quem seriam vendidos os lotes. No programa de ocupação e exploração deste território, a referida colonizadora utilizou-se de estratégias fundadas em pressupostos sócio-culturais para elaborar uma política voltada a um determinado contingente populacional. Criou assim, núcleos agrícolas que deveriam ser homogêneos no que se refere a etnia e religião (preferência aos descendentes de imigrantes italianos e alemães, evangélicos protestantes e católicos), buscando garantir a unidade dos grupos¹⁹.

¹⁹ As áreas de terras colonizadas pela Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná - MARIPÁ - a partir de 1946, fazem parte da faixa de fronteira entre Brasil e Paraguai, faixa que compreendia, no período, 150 Km. de

Outras colonizadoras tiveram atuação de destaque na mesorregião, como a Imobiliária Agrícola Madalozzo, com sede em Erechim que, a partir de 1952, adquiriu terras na região de Santa Helena e assim como a MARIPÁ, realizou loteamentos atraindo muitas famílias de gaúchos e catarinenses para a mesorregião a partir de 1957. Também se destacaram a Colonizadora Gaúcha Ltda, responsável pela colonização de São Miguel do Iguaçu; a Industrial Agrícola Bento Gonçalves (Medianeira); a Colonizadora Matelândia (Matelândia); a Terras e Pinhais Ltda (São Jorge – Foz do Iguaçu); e a Pinho e Terras Ltda (Céu Azul), a maioria com participação da Colonizadora Maripá (KLAUCK, 2004).

4.2.1.3 O espaço colonial em crise: modernização agrícola e êxodo rural

Na medida em que se processava a expansão da agricultura na mesorregião Oeste, novas características eram observadas em relação ao papel desta, frente ao estado do Paraná, bem como sua integração à economia nacional. Durante a década de 1960, começam a esgotar-se muitas áreas de exploração madeireira. É no final desse período que se verifica o início do fenômeno da mecanização da agricultura e a vinculação desta à indústria.

Para Abramovay (1981), as transformações inerentes a esta modernização foram de ordem técnica (moto mecanização da preparação do solo e da colheita, uso de fertilizantes e defensivos químicos, seleção das espécies de animais e vegetais), tributária, (em relação aos transportes e financiamentos bancários). Permite-se, segundo Abramoway, chamar este processo de Revolução Agrícola, dada a transformação do modo de vida dos camponeses.

extensão. Correspondem, mais especificamente, as microrregiões de Marechal Cândido Rondon e de Toledo, cidades pólos construídas pela referida empresa.

Assim, um novo ciclo iniciou-se na mesorregião Oeste a partir dos anos 1960, atrelado principalmente às exigências do capital industrial, que tinha na agricultura seu principal mercado consumidor. Neste sentido, Figueiredo (1992, p.83) afirma que, “... no rastro da modernização transformou-se a paisagem agrícola do Oeste do Paraná, despovoando o campo e esvaziando as pequenas vilas preexistentes”.

Segundo o autor, a policultura e produtos alimentares e a criação de suínos, praticada pelos colonos descendentes de italianos e alemães na mesorregião, deram espaço para o padrão agrário moderno, baseado, sobretudo na monocultura da soja. Era o início da produção comercial em grande escala, tendo nas mudanças tecnológicas e na organização produtiva, aspectos primordiais a estabelecer uma nova configuração do espaço regional, proporcionando excepcional avanço na produção da mesorregião Oeste do Paraná.

Desta forma, a partir de meados da década de 1960 a fronteira agrícola e o espaço colonial - modo de vida das populações, tradições, formas de organização - entram em crise. Crise esta provocada pela intervenção das instâncias públicas e privadas que implementaram o processo de modernização da agricultura no contexto da internacionalização do mercado (IPARDES, 2004)

A mesorregião Oeste do Paraná em função das condições naturais favoráveis à agricultura de exportação sofreu um grande impulso no processo de desenvolvimento local que, naquele período, via-se extremamente dependente das atividades primárias. Por outro lado, a mudança na forma de exploração da atividade econômica baseada na modernização da agropecuária gerou, além das profundas transformações no campo econômico, significativas repercussões no conjunto das relações sociais na mesorregião Oeste. O colono sofreu o forte impacto da modernização da agricultura.

Segundo Schallenberger e Colognese (1994, p.24). “A terra deixou de ser um espaço social de produção da subsistência e de reprodução das relações familiares.

Assumi, progressivamente, o caráter de um meio de produção de mercadorias”. O processo de transformações resultante da modernização agrícola é definido da seguinte forma:

Trata-se de um processo com alto grau de seletividade sócio-econômica e tecnológica, que tem suas expressões mais visíveis na difusão da mecanização, no uso de insumos e equipamentos de origem industrial, na especialização da produção, na concentração da propriedade rural, no êxodo rural e na acelerada urbanização. Esse processo resultou fundamentalmente de fatores externos à região: particularmente no âmbito da dinâmica dos capitais e das políticas do Estado, embora os fatores endógenos tenham favorecido a sua rápida difusão. (COLOGNESE, 1999, p.55).

De um policultor de subsistência para um mercado próximo, o agricultor foi forçado a tornar-se um produtor especializado, vinculado ao mercado internacional, comandado pelas oscilações das bolsas de valores. Segundo Rolim (1995) “... as transformações na base produtiva implicaram profundas alterações na estrutura fundiária e nas relações de trabalho no campo”, (ROLIM, 1995, p.56). Com a crise, a utopia do espaço colonial entrou em colapso e o colono se esforçou para encontrar alternativas de sobrevivência e de reprodução, enquanto colono-agricultor, como o cooperativismo e a agroindústria.

Segundo Ramos (2003), as novas tecnologias vinculadas pelos agentes do capital, despojaram os colonos do seu saber tecnológico, levando-os à perda do domínio e do controle dos processos produtivos na agropecuária. Isto forçou muitos indivíduos a abandonar o meio rural provocando grande perda de contingente populacional, que foi sendo absorvido pela expansão dos centros urbanos regionais, “vindo reforçar os contingentes do exército de reserva de mão-de-obra” (RAMOS, 2003, p.232). Migrações ocorreram também para outras áreas rurais em expansão, como Mato Grosso e Rondônia.

Em meio a estas transformações no espaço rural, o estado do Paraná, que representava a grande região de destino de imigrantes nos anos 1950 e 1960, acabou se transformando na grande região de saída de migrantes do Brasil, na década de 1970 e 1980.

Essa reversão dos fluxos migratórios foi resultado da concentração fundiária, aliada a introdução de culturas mecanizadas e grande evolução tecnológica, além da proletarização dos agricultores (ROLIM, 1995).

O espaço urbano passou a proporcionar mais serviços, mas isso ocorreu ainda numa íntima relação com as características do meio rural. Isso porque o rápido processo de urbanização da mesorregião Oeste do Paraná ocorreu na medida em que as cidades passaram a ser os centros de assistência para os agricultores, suprindo os recursos industriais, comerciais, educacionais e médicos. Os centros urbanos geraram ainda emprego e renda para a mão-de-obra excedente no campo.

Outro fator que contribuiu muito neste cenário de transformações no Oeste do Paraná foi a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, iniciada em 1974 após assinatura do Tratado de Itaipu, entre Brasil e Paraguai. O objetivo era aproveitar o potencial do rio Paraná no trecho comum aos dois países. Em 1982 foi concluída a formação do reservatório da usina de Itaipu e, em 1991, as dezoito turbinas estavam em pleno funcionamento. Segundo Ribeiro (2002), a construção da usina, por um lado, atraiu grande contingente de mão-de-obra e serviços para a cidade de Foz do Iguaçu e por outro, afetou diretamente muitos municípios da mesorregião²⁰, causando a desapropriação e a migração de muitos trabalhadores rurais e urbanos:

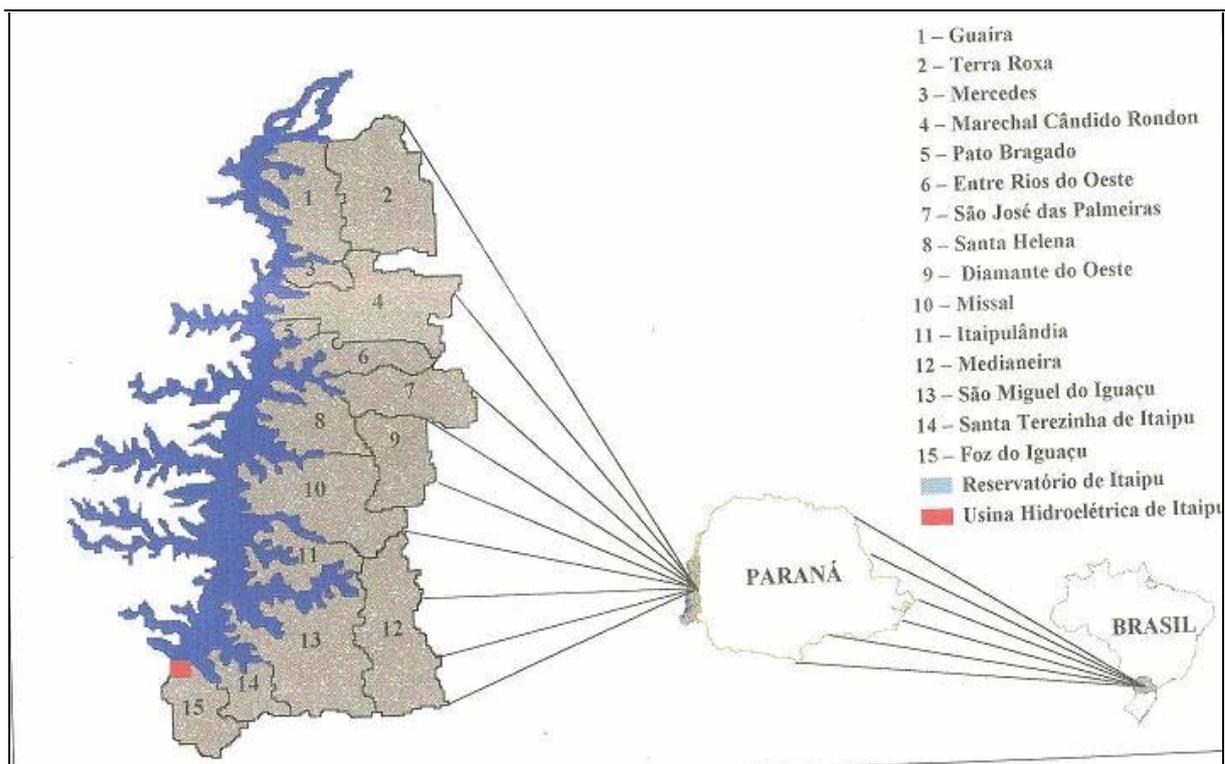
O programa de desapropriação foi executado no período compreendido entre 1978 a setembro de 1982, e afetou uma população estimada em 40 mil pessoas, somente do lado brasileiro. As desapropriações foram feitas espaçadamente nos oito municípios que seriam afetados pelo alagamento (RIBEIRO, 2002, p.28).

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu acarretou uma série de impactos de ordem ambiental e social na mesorregião, principalmente nos municípios lindeiros (municípios que margeiam os reservatórios), pois além das modificações feitas

²⁰ Os municípios de Santa Helena, Foz do Iguaçu, Itaipulândia, São Miguel, Medianeira, Terra Roxa, Santa Terezinha de Itaipu e Guaíra foram afetadas diretamente com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

diretamente no canal fluvial como as barragens, extração de materiais, canalizações, além das modificações desenvolvidas na área da bacia de drenagem como os desmatamentos, houve ainda o impacto causado pela perda de bens de valor cultural e afetivo.

FIGURA 3 – Região atingida pelo reservatório da Itaipu



Fonte: PIACENTI e FERREIRA DE LIMA, 2002.

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu trouxe para a mesorregião Oeste do Paraná, principalmente para os municípios lindeiros²¹, uma nova dinâmica regional, pela importância da geração de energia elétrica, pela reorientação da economia local e pela perda de partes do território quando da formação do reservatório. Essa perda gerou desapropriações, reassentamentos, migrações, indenizações para propriedades particulares, pelas expulsões de famílias do seu habitat de origem, pois através do alagamento,

²¹ Os municípios lindeiros são os municípios que tiveram áreas inundadas para a construção do Lago da Itaipu, formado pelas barragens da usina hidrelétrica.

propriedades e vilas ficam submersas levando junto parte da história, da cultura e também modos de viver das pessoas atingidas (PIACENTI e FERREIRA de LIMA, 2002).

Os moradores das áreas atingidas não receberam auxílio da Itaipu para aquisição de novas áreas, nem tampouco para sua mudança para outras áreas. A Itaipu Binacional apenas estipulou o valor das terras a preço de mercado e ofereceu a indenização aos atingidos.

No âmbito econômico, os municípios lindeiros possuem recursos adicionais, oriundos do recebimento de royalties, compensações financeiras das áreas alagadas pela produção de energia elétrica da Usina de Itaipu. O pagamento de royalties para cada município representa grande importância na economia dos municípios lindeiros.

No aspecto social, a migração involuntária de muitas famílias, gerou um remanejamento da população que morava às margens do rio Paraná - que não quiseram se retirar da região por motivos particulares - para outras cidades da mesma mesorregião, porém também houve migrações para outros estados brasileiros.

Todas estas migrações causaram o aumento da população urbana e conseqüente tentativas de inserção no mercado de trabalho urbano. Todavia o ingresso das famílias vindas do campo nas empresas não aconteceu de maneira muito fácil conforme afirma Schreiner (1997, p.88): “A inserção destes trabalhadores rurais na produção industrial não foi nada harmônica. A separação da família dos seus meios produtivos e a sua integração na produção industrial levaram à desagregação das antigas relações familiares”.

4.2.1.4 Uma nova dinâmica sócio-econômica e cultural nos anos 1990

Segundo Piffer (1999), no final da década de 1980 e início da década de 1990, o Oeste do Paraná passou a ser um supridor nacional, regional e até mundial de

alimentos, mais especificamente de produtos agrícolas para exportação. Fato este proporcionado pela priorização da agropecuária e, no final da década de 1960 e início da década de 1970, pela já mencionada, mecanização da agricultura nacional, que viabilizou a implantação e expansão de empreendimentos econômicos agrários modernos na mesorregião, em função de produtos de exportação.

A partir das décadas de 1970 e 1980, a urbanização foi se tornando efetiva na mesorregião, especialmente em municípios como Cascavel e Foz do Iguaçu, fazendo-se acompanhar por Toledo, a partir dos anos 1990. Estes municípios continuaram crescendo nas décadas seguintes, concentrando em 2000, 44,3% do total da população regional. A mesorregião em 2000, segundo dados do Ipardes (2004) possuía 81,6% da população nas áreas urbanas. E embora Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo sejam as três cidades da mesorregião que demonstram a capacidade de crescimento econômico e populacional, elas contam com o suporte de uma expressiva rede de cidades que também tiveram significativo crescimento e desenvolvimento, como Palotina, Medianeira e Marechal Cândido Rondon.

Cascavel é, atualmente o centro urbano com maior capacidade de atendimento à demanda regional, especialmente no setor de serviços, o que a torna um pólo regional estratégico. Sua localização geográfica e a extensão da área de influência além da qualidade dos serviços ofertados atende muitas cidades do Oeste e também do Sudoeste do Paraná.

Foz do Iguaçu apresenta uma dinâmica fortemente ligada ao turismo e ao comércio fronteiriço, polariza um fluxo de relações internacionais com fortes intervenções governamentais. Na cidade de Foz do Iguaçu, localiza-se ainda a já citada, Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, construída no leito do Rio Paraná a partir de 1974. Destacando-se ainda por de ter um dos mais importantes pólos turísticos do Brasil, as Cataratas do Iguaçu.

A mesorregião Oeste destaca-se hoje também por constituir-se num elo do Estado do Paraná com o Mercado Comum do Sul –Mercosul, pois a mesorregião é vista como um portão de entrada do Mercosul no estado do Paraná e no Brasil.

O potencial educativo do Oeste também é expressivo, com significativa presença de estabelecimentos de ensino superior, verificadas em 10 municípios no ano de 2001, a saber: Assis Chateaubriand, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Palotina, Santa Helena, São Miguel do Iguaçu e Toledo.

Com as transformações das características agrícolas do país, com a modernização da produção agrícola, o Oeste do Paraná vem sofrendo uma progressiva redução do número de estabelecimentos, principalmente em áreas inferiores a 10 ha. Esta redução representou 19% do número de estabelecimentos entre 1985 e 1995, ano do último Censo Agropecuário brasileiro. Os mais atingidos foram agricultores “que não conseguiram se adequar às novas exigências tecnológicas - mecanização, insumos químicos e sementes melhoradas -, por incapacidade financeira ou por não alcançarem a escala mínima exigida pelo novo padrão” (IPARDES, 2004, p.76).

Apesar de tantas transformações, a principal atividade econômica no Oeste é proveniente ainda das atividades agrícolas, de uma agricultura diversificada, com altos índices de mecanização, uso de técnicas agrícolas avançadas e poupadoras de mão-de-obra. Uma característica fundamental da mesorregião é o fato de que as melhores terras agrícolas ali se concentram, favorecendo os resultados econômicos obtidos com a agricultura.

De acordo com o último Censo Agropecuário (1995-96), de 1,8 milhão de hectares, que representa a área total de estabelecimentos agropecuários no Oeste, 83% referem-se a estabelecimentos de até 50 ha, classificados como estabelecimentos de agricultura familiar. A importância da agricultura familiar é sentida pela grande influência dos complexos de agroindústrias cuja cadeia produtiva se caracteriza pela integração dos

pequenos produtores rurais, principalmente nas culturas de soja, trigo, milho, suínos e aves (PIFFER, 1997).

Todavia, esta não é uma tarefa fácil aos agricultores familiares, pois exigem “dificuldades relacionadas à produção, comercialização e financiamento, sendo flagrante também a pouca organização dos pequenos produtores para industrializar... adequar-se as várias restrições previstas pela legislação ambiental, vigilância sanitária e fornecimento de serviços” (AZEVEDO, COLOGNESE e SHIKIDA, 2000, p.4).

Ao lado da estrutura de produção empresarial, a estrutura familiar tem aumentado a capacidade produtiva e o alto desempenho da agropecuária da mesorregião, sustentando o dinamismo produtivo e a presença de agroindústrias, fazendo desta mesorregião uma grande produtora de grande inserção no mercado internacional. (IPARDES, 2004).

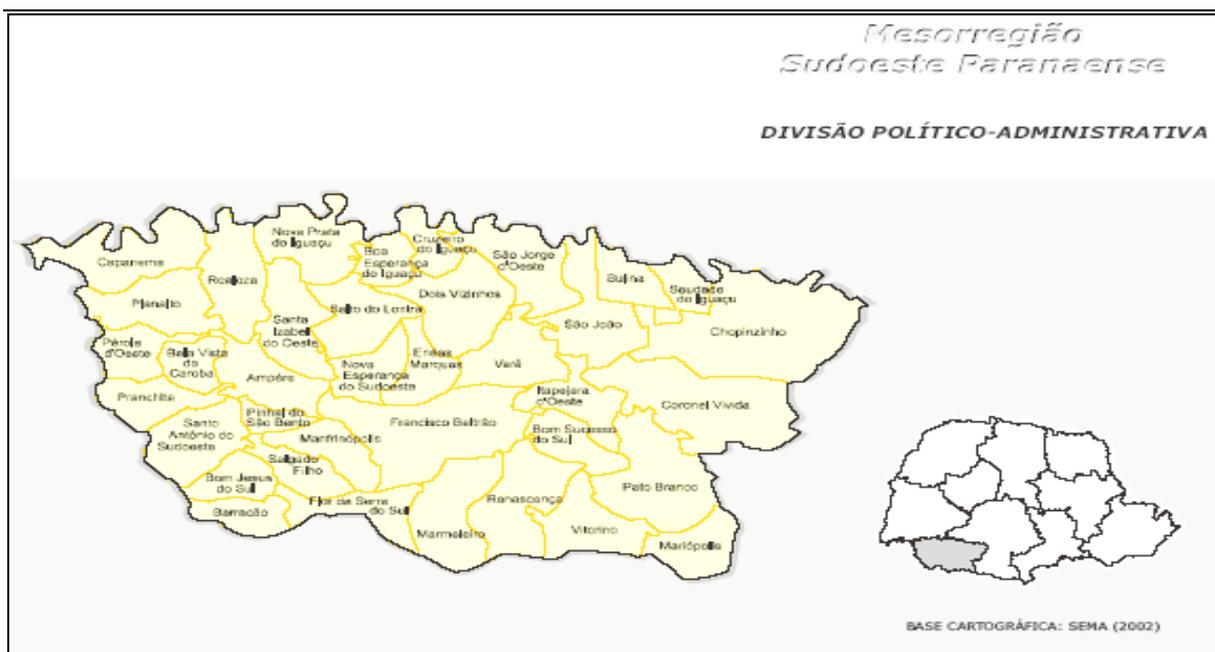
Segundo estudo do IparDES (2004), a estrutura ocupacional do Oeste, considerada uma das mais importantes áreas de produção agropecuária estadual, chama a atenção pela absorção de apenas 20% de ocupados em atividades rurais. Registra por outro lado, altos índices de absorção em comércio e reparação, armazenagem e comunicação, alojamento e alimentação, refletindo uma dinâmica específica, menos industrial e mais assentada nas atividades relacionadas ao agronegócio e ao turismo. A atividade industrial que predomina é de bens de consumo não-duráveis, com grande concentração de produtos alimentares.

Outro importante setor é o setor de geração de energia, pois a Região possui a Usina Hidroelétrica de Itaipu, que contribui com aproximadamente 50% do potencial instalado no Estado.

Comandada pelo desenvolvimento, sobretudo do agronegócio cooperativo, a mesorregião Oeste vem apresentando crescentes ganhos frente à economia estadual em atividades do setor primário, porém cada vez mais inseridas num processo de industrialização,

com mudanças qualitativas em seu padrão, passando “da fase de processamento industrial simples a padrões complexos da indústria de alimentos voltada para elaboradas formas de consumo final” (IPARDES, 2004, p.118).

4.2.2 Região Sudoeste do Paraná



A mesorregião Sudoeste do Paraná está localizada no Terceiro Planalto Paranaense e abrange uma área de 1.163.842,64 hectares, que corresponde a cerca de 6% do território estadual. Faz fronteira a Oeste com a República da Argentina, através da foz do Rio Iguaçu, e ao Sul com o Estado de Santa Catarina. Possui como principal limite geográfico, ao Norte o rio Iguaçu. É constituída por 37 municípios, dos quais se destacam Pato Branco e Francisco Beltrão, em função de suas dimensões populacionais e níveis de polarização.

O relevo da mesorregião é considerado homogêneo, apresentando terrenos com declividade de 0 a 10%, em 55% da área total da mesorregião. “Estes são aptos ao uso agrícola (lavoura e pastagem), permitindo a utilização de implementos mecanizáveis em

concordância com as normas técnicas de uso e conservação do solo” (IPARDES, 2004, p. 23). Em 30% do solo o relevo é considerado ondulado, apto para a agricultura não-mecanizada e para o reflorestamento. Em 15% da área da mesorregião, o relevo é fortemente ondulado, oferecendo fortes restrições tanto para a agricultura mecanizada quanto para a agricultura não-mecanizada e moderadas restrições ao uso do solo para pecuária.

Em termos de urbanização, de acordo com dados do IBGE (2004), em mais da metade dos municípios da mesorregião a população rural é maior que a urbana. Segundo o IparDES (2004), o Sudoeste é a segunda mesorregião menos urbanizada do Estado, pois atualmente mais de 70% de seus municípios permanecem de tipo rural e de pequena dimensão. Destaca-se apenas Pato Branco que, em 2000, foi o único município na região a alcançar um grau de urbanização superior a 90%.

Para a contextualização do espaço que corresponde ao Sudoeste do Paraná, Wachowicz (1985) afirma que seu processo de ocupação e povoamento teve dois períodos distintos: o período paranaense (caboclo)²² substantivado por fluxos migratórios internos do Paraná e o segundo período foi o de grande fluxo migratório quando, a partir de 1940, intensificou-se a migração gaúcha e catarinense, constituída em grande parte por descendentes de migrantes europeus, tornando-se esta população majoritária na mesorregião.

4.2.2.1 A ocupação inicial

Assim como na mesorregião Oeste, os primeiros passos rumo ao processo de colonização do Sudoeste foram dados no final do século XIX e início do século XX, quando esta mesorregião era ainda constituída por uma pequena densidade demográfica caracterizada pela economia cabocla. Para Abramovay “até o final da década de 40 o sudoeste

²² Segundo Wachowicz, o caboclo não era necessariamente descendente de índio, era todo aquele que tinha hábitos e comportamentos sertanejos.

paranaense era um Sertão Bravo, no ano de 1920 a população estimada era de aproximadamente 6.000 habitantes, abrangida pelo vasto município de Clevelândia do qual o sudoeste fazia parte” (ABRAMOVAY, 1981, p.6).

Segundo Lazier (1986), a mesorregião Sudoeste foi povoada, no início do século XIX pelos caboclos, migrantes que se instalavam nas matas e se dedicavam à extração da erva-mate e a criação de porcos. A década de 20 marcou o apogeu da exploração da erva-mate no Sudoeste. Essas atividades predominaram até a década de 1930, como atividades econômicas mais importantes na mesorregião. Destacava-se também a suinocultura, que se alternava em fluxos de mercadorias com a atividade ervateira.

Segundo Abramovay (1981), os habitantes da mesorregião neste período possuíam, em sua maioria, características nômades, sendo que esporadicamente adotavam práticas agrícolas que requeriam grandes extensões de terras. Era incipiente o sistema de rotações de terras, o que ocasionava um desgaste progressivo no solo e uma imediata incorporação de novas terras pelos agricultores.

A colonização da mesorregião Sudoeste do Paraná foi marcada por conflitos principalmente por ser uma região de fronteira com a Argentina e depois por disputas internas entre os estados do Paraná e Santa Catarina²³. A mesorregião foi sendo ocupada por camponeses posseiros que, vindos do oeste catarinense e noroeste gaúcho, sem posse de documentação alguma, demarcavam áreas e começavam a derrubada das matas. Segundo Lazier (1986), as posses variavam muito de tamanho, mas quase sempre podiam ser enquadradas como pequenas propriedades.

Com a chegada dos colonos migrantes, no final da década de 1930 e início de 1940, acaba a economia cabocla pautada na rotação de áreas de cultivo de subsistência. Os

²³ Entre as disputas internas destaca-se a Guerra do Contestado. Ver Wachowicz (1988) e Lazier (1986).

novos colonizadores compravam o direito de uso da terra do caboclo ou de algum migrante que já se dizia dono da propriedade (LAZIER, 1986).

Segundo Wachowicz (1988), os primeiros gaúchos descendentes de imigrantes europeus que ali chegavam eram chamados pelos caboclos de “gringos” e posteriormente de “os de origem”. Esses termos acabaram se generalizando para o sulista descendente de imigrantes.

Visando legitimar as posses já existentes e incentivar a vinda de novos migrantes, o governo Federal criou, em 1943, a Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO, que além das doações de lotes de chão aos colonos, também forneceu ferramentas, assistência médica, sementes, etc.

Assim como na mesorregião Oeste, um dos fatores de estímulo a ocupação em larga escala do Sudoeste decorreu das iniciativas colonizadoras implantadas, ora pelo Governo do Paraná, ora por companhias privadas que, a partir dos anos 1940, fundaram inúmeras colônias na região e impulsionaram o comércio de terras locais.

4.2.2.2 A Colonização por empresas

Com a CANGO ganhou impulso o fluxo de migrantes dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para o Sudoeste do estado do Paraná. “Ao vir maciçamente à região em busca de melhores condições de vida, os colonos gaúchos e catarinenses não imaginavam quanta dor e sofrimentos teriam ainda pela frente antes de concretizarem seus sonhos” (BATTISTI, 2006, p.69).

Em 1950, foi criada a empresa Clevelândia Industrial Territorial Ltda – CITLA, com a finalidade de colonizar o Sudoeste, que numa ação ilegal adquiriu as Glebas

“Missões” e “Chopim” do Governo Federal, passando a se colocar como proprietária das terras do Sudoeste.

A escritura passada a CITLA referia-se a 475.200 hectares e incluía o território do CANGO, com mais de três mil colonos assentados, além das sedes dos distritos e Francisco Beltrão, Santo Antônio e Capanema. A área possuía ainda a maior reserva de pinheiros adultos do Brasil, milhões de árvores de madeiras de lei e uma quantidade incalculável de erva-mate explorável (FERES, 1990, p.505).

Em meio a conflitos pela posse da terra, muitos camponeses, na tentativa de se defender de jagunços que se encontravam a serviço das companhias colonizadoras, aliaram-se a bandidos e também praticaram arbitrariedades (WACHOVICZ, 1987, p.175). Em 10 de Outubro de 1957, começaram os conflitos conhecidos por Revolta de 1957²⁴, quando milhares de colonos posseiros pegaram em armas e apoderaram-se dos principais municípios do Sudoeste do Paraná, expulsando e substituindo as autoridades constituídas. Wachowicz (1987) afirma que o intuito dos planejadores da revolta era provocar a intervenção Federal no Paraná, derrubar o então governador, Moisés Lupion, considerado conivente com a situação e expulsar as companhias colonizadoras.

Os conflitos pela posse das terras continuaram até 1961, quando se iniciou a legalização da posse dos lotes de terras, transformando os camponeses posseiros em proprietários. Com a finalidade de resolver definitivamente o problema das posses foi criado pelo então presidente João Goulart o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná - GETSOP. Segundo Lazier (1986) o grupo atuou na região até o ano de 1974, emitindo 43.383 títulos de propriedade.

Com a execução dos trabalhos para a legalização da posse das terras, a colonização da mesorregião progrediu desenvolvendo-a através da agricultura. O Sudoeste foi

²⁴ Tal denominação varia de acordo com o grupo ou vertente sendo denominada como “Revolta dos Posseiros”, “Revolta dos Camponeses” e “Revolta dos Colonos” (BATTISTI, 2006).

integrado ao restante do Estado, particularmente em função dos importantes esforços de implantação de um sistema de transporte e de comunicação que, aliado ao potencial técnico dos produtores e à boa qualidade dos solos, viabilizou e estimulou a produção de excedentes para a comercialização.

Neste processo de conflitos e apropriações, a ocupação do Sudoeste caracterizou-se por apresentar, uma grande miscigenação de etnias, de nacionalidades, de costumes e culturas, que num primeiro momento refere-se a miscigenação da fronteira (brasileiros, paraguaios e argentinos) e logo após, com a chegada dos migrantes gaúchos e catarinenses, descendentes de imigrantes europeus. Esses diferentes grupos étnicos, com hábitos, costumes e modos de vida próprios, “deram ao Sudoeste uma característica singular de composição racial e de formação social” (PIACENTI e FERREIRA de LIMA, 2002, p.43).

O território do Sudoeste foi configurado a partir de suas atividades cotidianas centradas na policultura de subsistência e no trabalho familiar. Evidentemente, as ações dos habitantes desta mesorregião também foram culturais e políticas, mas o trabalho sempre teve uma centralidade fundamental no cotidiano das famílias desta mesorregião.

Segundo Wachowicz (1985), o Sudoeste não se caracterizou como um pólo de atração significativo para as populações migrantes de outras mesorregiões do Paraná, pois estas deram preferência a outras frentes pioneiras de colonização, como o Oeste e o Norte do estado. Isto significou um menor dinamismo econômico e social do Sudoeste.

4.2.2.3 Modernização agrícola e desenvolvimento da agricultura familiar

Depois de resolvidas as questões da posse da terra por conflito aberto, entre agricultores e empresas colonizadoras, no Sudoeste do Paraná, no final da década de 1960,

teve início o processo de modernização da agricultura. Esse processo se constituiu, basicamente, na mudança da base tecnológica dirigida pelo capital industrial.

A colonização dessa mesorregião foi alicerçada, exclusivamente, sobre o setor primário da economia, como viu-se anteriormente. A base da estrutura fundiária do Sudoeste se constituiu com predominância da pequena propriedade familiar, caracterizando-se como importante reduto da agricultura familiar, enquanto forma de produção agrícola, bem como modo de vida (IPARDES, 2004).

As mudanças trazidas pelo processo de modernização tecnológica da agricultura, não afetaram inicialmente a mesorregião durante a década de 1970. Segundo Feres (1990, p.549) “mantendo a sua estrutura de produção camponesa, o Sudoeste conseguiu assimilar com relativo sucesso o avanço da modernização tecnológica, conservando intacta a base familiar de seu processo produtivo”.

Gradualmente, no decorrer dos anos 1970 os agricultores adotaram as novas modalidades produtivas que passaram a dominar a mesorregião. Mesmo aqueles agricultores que tinham áreas pequenas demais para implementar a mecanização empregavam sementes certificadas, aplicavam pesticidas e ampliavam as culturas de soja. Contavam para isso, com o acesso a créditos que incentivavam este conjunto de inovações. Porém, na medida em que crescia o poder da indústria, começou a aumentar a insatisfação dos agricultores que sofriam com os altos preços de insumos, baixos lucros e conseqüente endividamento (FERES, 1990).

Desta forma, a agricultura do Sudoeste do Paraná chegou à década de 1980 em uma difícil situação, pois se num primeiro momento o avanço da modernização rural não havia trazido impactos negativos para a mesorregião, na década de 1980 isso se alterou, já que a estrutura familiar tradicional da produção foi fortemente afetada. “O agricultor acabou por entrar na divisão internacional do trabalho, fazendo crescer mais ainda a cadeia de dependência que o envolve” (FERES, 1990, p.550).

Apesar de manter a característica de predominância de pequenas propriedades, a transformação sentida na década de 1970 gerou reflexos, tendo a concentração se dado de forma mais intensa no extrato superior, ou seja, no estrato das maiores propriedades. Os 10% e os 5% maiores estabelecimentos passaram a ocupar maior espaço, em detrimento dos menores estabelecimentos. (BONI e CUNHA, 2002).

Comparando os dados relativos ao Censo Agropecuário de 1985, com o Censo de 1995-96, observa-se que a mesorregião sofreu redução no número de estabelecimentos da ordem de 17,55%, o que significa dizer que no Sudoeste em 1995 existiam 10.062 propriedades a menos que em 1985.

Essas reduções no número de estabelecimentos, afetando principalmente os agricultores familiares, refletem o processo de empobrecimento e exclusão imposto aos pequenos agricultores familiares pela industrialização da agricultura.

O processo de modernização da agricultura agravou o problema da concentração de terras, refletindo por sua vez no movimento migratório, como aponta estudo do IparDES:

No bojo das transformações modernizantes das atividades agrícolas, o meio rural da região vem experimentando saldos migratórios negativos bastante elevados no transcorrer das últimas décadas do século XX, resultando em um dos mais expressivos do Estado nos anos 90 (IPARDES, 2004, p.31).

Todavia é importante salientar que mesmo com essas transformações e seus reflexos, como a redução do número de pessoas no campo, a substituição de culturas e a redução da participação dos pequenos agricultores na posse da terra, a maioria dos municípios dessa mesorregião, em 2000, permanecia essencialmente rural, conservando a proporção elevada de 51,4% dos municípios que possuem menos de 50% da população residindo em áreas urbanas. (IPARDES, 2004).

A mesorregião Sudoeste manteve ao longo dos anos a sua característica de agricultura familiar no Estado, segundo IparDES (2004), os agricultores familiares são

responsáveis por 72,7% da área total da mesorregião, participando com 81,6% da área ocupada com lavouras temporárias e 88,8% da área ocupada com lavouras permanentes. Tais dados permitem verificar que a manutenção da sua estrutura de produção camponesa se consolidou, apesar do relativo sucesso da modernização tecnológica, conservando a base familiar de seu processo produtivo.

O processo de transformação agrícola foi um fator endógeno que trouxe benefícios para o setor e para o país, porém a assimilação desta transformação por parte dos produtores, não se deu de forma similar. O Sudoeste do Paraná é uma mesorregião que por apresentar características próprias (influências de aspectos físicos, topográficos, históricos, de luta pela posse da terra, econômicos, políticos, pela forma de assimilação do processo de modernização) pode ter sofrido impactos diferenciados do verificado em outras mesorregiões do Paraná e do Brasil.

4.2.2.4 Uma nova dinâmica sócio-econômica e cultural nos anos 1990

Mesmo se caracterizando como uma mesorregião de esvaziamento, o Sudoeste conta com cidades como Pato Branco, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos que constituem um eixo articulado, voltado às atividades da agroindústria do complexo aves e suínos.

Pato Branco e Francisco Beltrão, os principais centros regionais são concorrentes no que se refere a abrangência da polarização, mas guardam especificidades. Francisco Beltrão se destaca nas funções de comércio e serviços voltadas a dar suporte as atividades da indústria e agropecuária. Já Pato Branco se destaca por oferecer uma gama de

funções mais especializadas na área de educação, ciência e tecnologia, além de destacar-se em função das atividades de uma unidade da Sadia no município.

Além desses importantes centros urbanos, evidenciam-se outros dois mais especializados: Dois Vizinhos, voltado às atividades da agroindústria e Ampére, destacando-se recentemente no segmento de confecções.

De acordo com estudo do Ipardes (2004), o Sudoeste é a segunda mesorregião paranaense menos urbanizada. Em 1970 a mesorregião possuía 36% da sua população vivendo em áreas consideradas urbanas, não possuindo nenhum município com grau de urbanização superior a 50%. Em 2000, o percentual da população vivendo em áreas urbanas aumentou para 60% e 51,4% dos municípios do Sudoeste possuíam mais de 50% da população residindo em áreas urbanas.

De todo o conjunto de municípios da mesorregião, apenas Francisco Beltrão e Pato Branco possuíam em 2000, população total superior a 50 mil habitantes. Apenas três municípios possuíam entre 20 e 50 mil habitantes, 23 municípios entre 5 e 20 mil habitantes e 9 municípios tinham menos de 5 mil habitantes.

Segundo Ipardes (2004), a maioria dos municípios da mesorregião (30 dos 37), refletindo a estrutura ocupacional regional, são extremamente dependentes das atividades agropecuárias, ocupando 40% ou mais da população residente. A exceção é de Pato Branco onde o setor de serviços responde por mais de 40% da ocupação.

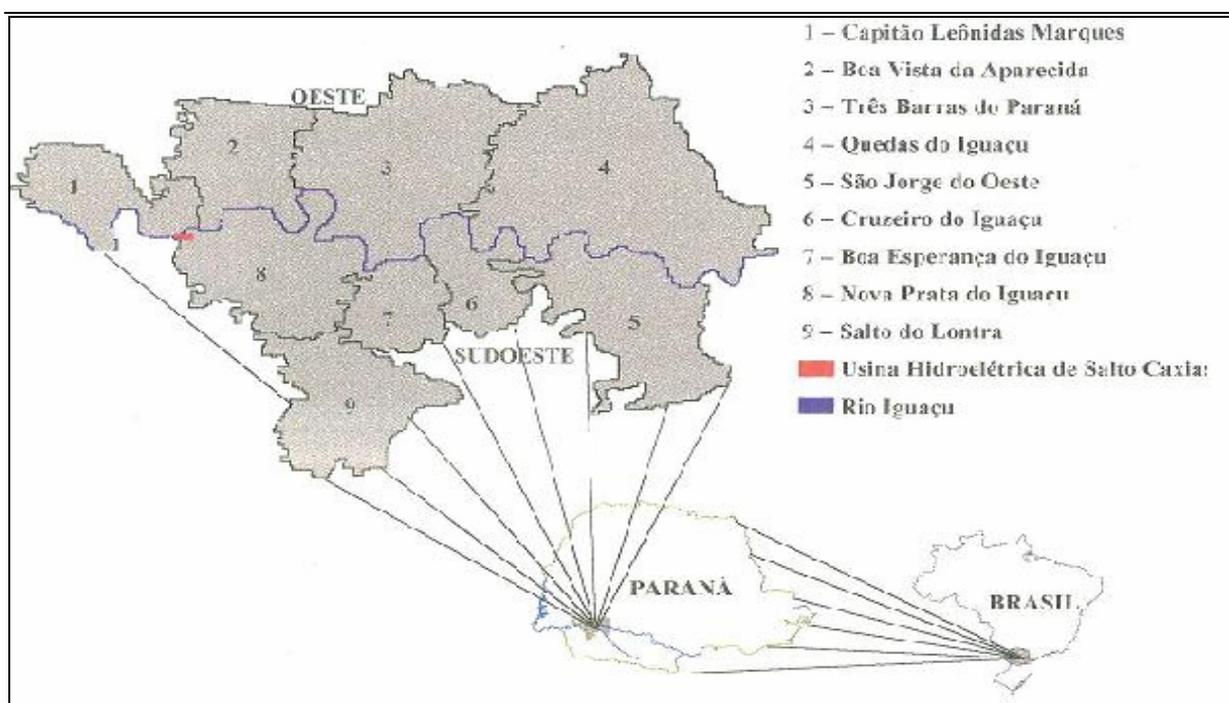
A agroindústria também está presente em toda a mesorregião Sudoeste do Paraná, porém com um cunho familiar e de pequeno porte. Segundo dados do Fórum Intergovernamental e da Sociedade Programa Fábrica do Agricultor (CERETTA, 2004) em 1999, existiam aproximadamente 399 agroindústrias de pequeno porte no Sudoeste paranaense. As principais linhas de transformação das agroindústrias familiares nesta mesorregião são: cana-de-açúcar (açúcar mascavo, melado, rapadura e aguardente); carnes e

embutidos (suínos e frangos); leite (queijo, iogurte, doce de leite); frutas e hortaliças (doces, sucos, geléias e conservados); massa e panificação (macarrão, bolachas e biscoitos).

Segundo estudo realizado pela Emater - PR (2000) a mesorregião Sudoeste do Paraná está passando de um perfil de escala de produção doméstica, para um perfil de escala de produção comercial profissionalizada.

Outro fator que contribuiu neste cenário de transformações no Sudoeste foi a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias. A região de Salto Caxias é formada por nove municípios, sendo três no Oeste: Boa Vista da Aparecida, Capitão Leônidas Marques (onde está instalada a usina) e Três Barras do Paraná; cinco municípios do Sudoeste: Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra e São Jorge do Oeste e o município de Quedas do Iguaçu, localizado na mesorregião Centro-Sul.

FIGURA 5 – Região atingida pelo reservatório de Salto Caxias



Fonte: PIACENTI e FERREIRA de LIMA, 2002.

A instalação da Usina de Salto Caxias causou grandes mudanças para a população dos municípios atingidos, pois embora a usina tenha se caracterizado como modelo

mundial de desapropriação das áreas atingidas, tendo indenizado os desapropriados e auxiliado os reassentados, prestando acompanhamento aos desocupados, ainda assim, causou fortes impactos ambientais e sociais, como a erosão de terrenos rurais e urbanos, que diminuíram as áreas cultiváveis da região levando muitas famílias a migrarem para outras regiões.

Ao que se refere ao turismo da mesorregião, esta é uma prática que apresenta relativa fragilidade, com precária infra-estrutura para explorar os potenciais turísticos decorrentes da sua principal atividade econômica, vinculada à exploração agrícola. Na região de lago de Salto Caxias, nos municípios de Boa Vista da Aparecida, Capitão Leônidas Marques e Nova Prata do Iguaçu, através do uso alternativo do reservatório da usina, as opções de lazer são as praias artificiais, possibilitando futuros investimentos no setor turístico da região.

Pode-se afirmar que o perfil econômico da mesorregião Sudoeste é especializado na produção agropecuária de numerosos pequenos e médios produtores, diversificados e com utilização intensiva de mão-de-obra familiar.

Observa-se que mesmo que se fale em diversificação da produção e policultura, no Sudoeste do Estado ainda existe concentração no valor da produção em cinco produtos: aves, milho, soja, suínos e leite, que juntos representam 79,1% da receita bruta do setor primário desta região. O Sudoeste é uma das mesorregiões paranaenses que mais produzem aves e, em menor escala, suínos e leite.

4.3 O COMPORTAMENTO SUICIDA NO OESTE E SUDOESTE DO PARANÁ

Este tópico do capítulo apresenta os resultados da pesquisa de campo sobre o suicídio nas mesorregiões Oeste Sudoeste do Paraná, no período de 1990 a 2005, bem como

a análise destes resultados. Assim sendo, este está estruturado em três itens. Nos dois primeiros descreve-se as taxas de suicídio ano a ano respectivamente nas mesorregiões Oeste e Sudoeste, segundo as variáveis: sexo, método utilizado, estado civil, profissão, ocupação rural e não-rural, faixa etária, instrução escolar e mês de ocorrência. Por fim, analisa-se as taxas de suicídio para as duas mesorregiões considerando suas configurações histórico-culturais, bem como suas características específicas de desenvolvimento.

4.3.1 Descrição dos dados sobre suicídio na mesorregião Oeste do Paraná (1990 – 2005)

Analisando os dados sobre suicídio entre os anos de 1990 e 2005 das 50 cidades que compõem a mesorregião Oeste do Paraná verificou-se que as taxas de suicídio (por 100 mil habitantes) oscilaram entre 2,7 e 8,4, para todo o período e a taxa média foi de 6,5. Observa-se que, em nove dos dezesseis anos de estudo (1995, 1996, 1997, 1999, 2000, 2001, 2002, 2004 e 2005), as taxas variam de 7,4 a 8,4/100 mil hab. e em apenas três anos (1990, 1991 e 1993) a taxa foi menor que 5/100 mil habitantes.

Tabela 2 – Taxa de suicídios cometidos no Oeste/PR – 1990 a 2005

Ano do suicídio	Número de casos	Taxa por 100.000 hab.
1990	38	3,8
1991	45	4,4
1992	55	5,4
1993	28	2,7
1994	67	6,5
1995	80	7,7
1996	89	8,3
1997	85	7,8
1998	69	6,2
1999	94	8,4
2000	86	7,6
2001	93	8,1
2002	90	7,7
2003	67	5,7
2004	94	7,9
2005	90	7,4
Total de suicídio/ Taxa média	1.170	6,5

Fonte: Construção da autora a partir de dados obtidos junto ao IparDES (2005) e IML's da mesorregião (2005).

Ao analisar a distribuição por sexo das pessoas que cometeram suicídio, evidenciou-se o que muitos trabalhos²⁵ já mostraram, o suicídio entre homens apresenta, em todo o período, taxas mais altas do que entre as mulheres: no Oeste os homens foram responsáveis por 79,4% das mortes por suicídio. Verificando os percentuais no número de óbitos por suicídio, ano a ano segundo o sexo (Tabelas 3), observou-se que em todos os anos os homens representaram mais de 60% das ocorrências, com destaque para o ano de 2001, no qual os homens totalizaram 89% dos suicídios cometidos na mesorregião Oeste. Segue-se o ano de 2005 com 87,8% e o ano de 1998 com 85,5% das ocorrências. Já entre as mulheres as maiores ocorrências foram verificadas no ano de 1992, quando as mulheres cometeram 38,2% dos suicídios cometidos na mesorregião, seguido do ano de 1990, com 34,2% e do ano 2000 com 29% das ocorrências. Em todo o período verificado, as mulheres representaram 20,6% do total de mortes por suicídio na mesorregião Oeste do Paraná.

Tabela 3 – Suicídio segundo sexo no Oeste/PR – 1990 a 2005²⁶

Ano	Nº de suicídio Masculino	%	Nº de suicídio Feminino	%	Total	
					ocorrência	%
1990	25	65,8	13	34,2	38	3,2
1991	34	75,5	11	24,5	45	3,8
1992	34	61,8	21	38,2	55	4,7
1993	21	75	7	25	28	2,4
1994	53	79,1	14	20,9	67	5,7
1995	68	85	12	15	80	6,8
1996	74	83,1	15	16,9	89	7,6
1997	62	73	23	27	85	7,2
1998	59	85,5	10	14,5	69	5,9
1999	79	84	15	16	94	8,1
2000	61	71	25	29	86	7,3
2001	83	89	10	11	93	7,9
2002	68	75,5	22	24,5	90	7,7
2003	56	83,6	11	16,4	67	5,7
2004	73	77,6	21	22,4	94	8,1
2005	79	87,8	11	12,2	90	7,7
Total /%	929	79,4	241	20,6	1.170	100

Fonte: Construção da autora a partir de dados obtidos junto a IML's da mesorregião (2005).

²⁵ Entre alguns trabalhos verificados encontram-se: Durkheim (1996), Vanrell et al, (1996), Santana et al, (2002) e Martins Junior & Neto (2005).

²⁶ O Total das tabelas que verificam a distribuição por ano, sexo, método utilizado, estado civil, profissão, faixa etária, instrução escolar e meses do ano, apresentam o total de ocorrências ano a ano e o que este total representa em porcentagem para todo o período de 16 anos.

Considerando os dados censitários e de contagem populacional masculina e feminina da mesorregião Oeste, para os anos de 1991, 1996 e 2000, verificou-se o crescimento da população feminina bem como um crescimento da taxa de suicídio por 100 mil habitantes entre as mulheres.

Já entre os homens não houve essa relação entre crescimento populacional e crescimento na taxa de suicídio. Considerando os dois anos censitários e uma contagem populacional verificados, as taxas de suicídio masculino foram superiores as taxas femininas, mesmo quando a população feminina já era superior a masculina na região (1996 e 2000). As taxas de suicídio por 100 mil habitantes para o sexo masculino foram de 6,7 no ano de 1991, 13 no ano de 1996 e 10,8 no ano de 2000, ostentando este último ano um decréscimo da taxa. Entre as mulheres as taxas foram de 2,1 em 1991 e 2,8 no ano de 1996. Porém, a taxa quase dobrou no ano de 2000, ou seja, 4,3/100 mil hab.

Tabela 4 - Taxa de suicídio segundo sexo e proporção de população no Oeste/PR – 1991, 1996 e 2000

Ano do suicídio	Nºde suicídio Masculino	Pop. Masculina	Taxa por 100.000 hab.	Nº de suicídio Feminino	Pop. Feminina	Taxa por 100.000 hab.
1991	34	508.747	6,7	11	507.737	2,1
1996	74	538.123	13,7	15	540.461	2,8
2000	61	564.890	10,8	25	573.692	4,3

Fonte: Construção da autora a partir de dados obtidos junto ao Iparde e IML's da região (2005), considerando total da população masculina e feminina no Oeste, do IBGE (2006).

No Oeste do estado, as taxas de mortalidade não se distribuíram igualmente segundo o método utilizado. Na prática do suicídio o método mais utilizado foi o enforcamento, em 60% dos casos em todo o período, seguido por uso de arma de fogo em

18,4% e envenenamento em 14,1% dos casos. Os demais métodos - arma branca, queimadura e atirar-se de ponte, prédio ou poço - representaram juntos 4,6% das ocorrências (Tabela 5).

Tabela 5– Suicídio segundo método utilizado no Oeste/PR – 1990 a 2005

Ano	Enforcamento	Arma de fogo	Envenenamento	Atirar-se de ponte/prédio/poço	Arma branca	Queimadura	Não consta	Total	
								Ocorrência	%
1990	18	6	12	1	0	0	1	38	3,2
1991	26	7	8	2	2	0	0	45	3,8
1992	27	13	15	0	0	0	0	55	4,7
1993	16	5	7	0	0	0	0	28	2,4
1994	38	11	14	2	1	0	1	67	5,7
1995	41	19	12	4	3	0	1	80	6,8
1996	48	27	8	3	2	0	1	89	7,6
1997	52	18	12	1	1	0	1	85	7,3
1998	47	14	6	2	0	0	0	69	5,9
1999	54	16	14	1	4	1	4	94	8,0
2000	58	13	9	1	2	2	1	86	7,3
2001	62	14	15	0	1	1	0	93	7,9
2002	59	14	12	1	3	1	0	90	7,9
2003	50	10	4	1	1	1	0	67	5,7
2004	56	19	11	2	0	1	5	94	8,0
2005	52	10	6	3	1	3	15	90	7,9
Total	704	216	165	24	21	10	30	1.170	100
%	60,2	18,4	14,1	2,0	1,8	0,8	2,5	100	100

Fonte: Construção da autora a partir de dados obtidos junto a IML's da mesorregião (2005).

Considerando-se o estado civil, segundo se verifica na Tabela 6, as condutas suicidas são mais freqüentes em pessoas casadas, no período 1990/2005. Os casados representam 49% dos óbitos por suicídio no Oeste, seguido pelos solteiros com 31,6% das ocorrências. As pessoas que já tiveram uma união estável e que a perderam, quer por

separação, quer pela morte de um dos cônjuges, totalizaram juntas 7,6% das ocorrências E em 11% das ocorrências não foi encontrada esta informação.

Tabela 6 – Suicídio segundo estado civil no Oeste/PR – 1990 a 2005

Ano	Casado	Solteiro	Viúvo	Desquitado	Não consta	Total	
						Ocorrência	%
1990	22	12	2	2		38	3,2
1991	23	13	6	2	1	45	3,8
1992	23	21	6		5	55	4,7
1993	17	9		1	1	28	2,4
1994	38	16	5	3	5	67	5,7
1995	41	29	2		8	80	6,8
1996	43	31	7	2	6	89	7,6
1997	47	30	2	3	3	85	7,3
1998	37	22	1	2	7	69	5,9
1999	48	3	4	5	4	94	8,0
2000	26	9		1	50	86	7,3
2001	45	22	5	2	19	93	7,9
2002	54	24	6	2	4	90	7,9
2003	33	22	3	3	6	67	5,7
2004	41	41	2	2	8	94	8,0
2005	43	36	3	5	3	90	7,9
Total	581	340	54	35	130	1.170	100
%	49,6	31,6	4,6	3,0	11	100	100

Fonte: Construção da autora a partir de dados obtidos junto a IML's da mesorregião (2005).

Com relação a profissão do suicida, a princípio, descreveu-se todas as profissões verificadas (Tabela 7), analisando-se o número de ocorrências para cada profissão, bem como os valores percentuais que estas representaram para todo o período de estudo. Assim, verificou-se que os agricultores²⁷ representaram a ocupação com maior número de mortes por suicídio, totalizando 24,3% das ocorrências, seguida pelos operários com 11,5% e

²⁷ Na profissão classificada agricultor, foram agregados também os lavradores.

pelos profissionais do lar²⁸, com 11,3%. As profissões classificadas aqui como ‘outros’,²⁹ somaram 10,4% das ocorrências, os aposentados 6,6 %, os empregados em serviços gerais 4,4%, os comerciantes 4,2%, e os estudantes 4,1%. Os motoristas representaram 2,7%, os autônomos 2%, os desempregados 1,8%, os funcionários públicos 1,2% e os apicultores 0,3% das ocorrências.

Tabela 7 – Suicídio segundo profissão no Oeste/PR – 1990 a 2005

Ano	Agri cultor	Ope rá rio	Do lar	Apo senta do	Serv. Gera is	Co merci ante	Estu dante	Moto rista	Auto no mo	Dese mpre gado	Func. públi co	Api cultor	Ou tros	Nã o co nta	To tal
1990	8	7	8	6	0	1	1	2	1	0	0	0	3	1	38
1991	16	2	8	4	1	3	2	2	1	0	0	1	2	4	45
1992	16	7	14	2	0	3	3	0	0	0	2	0	4	4	55
1993	11	3	6	2	1	0	0	1	0	0	1	0	2	1	28
1994	22	6	9	6	2	3	2	1	0	1	1	3	7	7	67
1995	31	8	8	4	0	3	0	2	1	0	2	0	9	12	80
1996	17	10	12	8	2	7	5	1	2	1	1	0	8	15	89
1997	22	14	12	3	0	3	4	3	2	2	0	0	9	9	85
1998	17	8	6	7	2	3	4	1	2	1	1	0	6	7	69
1999	20	14	10	8	6	3	4	2	4	2	1	0	13	7	94
2000	11	3	7	1	0	1	0	1	2	2	1	0	6	51	86
2001	26	10	4	9	6	1	1	2	1	1	1	0	10	21	93
2002	22	9	12	7	5	5	6	1	1	5	2	0	9	6	90
2003	13	6	4	3	5	2	6	6	3	2	0	0	10	7	67
2004	13	15	8	5	14	4	4	4	1	2	0	0	13	11	94
2005	19	13	5	3	8	7	6	3	3	3	2	0	11	7	90
Total	284	135	133	78	52	49	48	32	24	22	15	4	122	170	1170
%	24,3	11,5	11,3	6,6	4,4	4,2	4,1	2,7	2,0	1,8	1,2	0,3	10,4	14,5	100

Fonte: Construção da autora a partir de dados obtidos junto a IML's da mesorregião (2005).

²⁸ As profissões/ocupações ditas femininas que aparecem registradas nos laudos dos IML'S - em geral remetendo ao trabalho no espaço doméstico – foram agregadas neste trabalho como Profissionais do lar (‘do lar’, ‘dona de casa’, empregada doméstica, ‘doméstica’, etc).

²⁹ Os profissionais classificados como ‘outros’ refere-se a profissões diversas que apareceram nos registros dos IML's porém em número bastante pequeno, como: garçom, vigilante, secretária, papeleiro, corretor, frentista, sapateiro, saqueiro, professor, vidraceiro, metalúrgico e caixa.

Verificando a extrema diferença entre a ocorrência do suicídio entre pessoas vinculadas a ocupações rurais, optou-se por analisar as taxas de suicídio por 100 mil habitantes, considerando-se a população rural e população urbana no Oeste do Paraná, nos anos censitários e de contagem populacional de 1991, 1996 e 2000. Definiu-se assim as profissões agricultor e apicultor como ocupações rurais e agregou-se os operários, funcionários públicos, profissionais do lar, estudantes, comerciantes, serviços gerais, autônomos, motoristas e outros, como ocupações não rurais. Esta agregação possibilitou uma maior visibilidade das taxas de suicídio entre as populações rurais e urbanas. Na análise desta variável, os casos onde não constaram as ocupações foram desconsiderados, assim ao invés de 1.170 ocorrências de mortes por suicídio, verificou-se aqui 998 ocorrências.

Em 1991, a taxa de suicídio entre ocupados no meio rural foi de 5,5/100 mil habitantes, enquanto a taxa de suicídio entre as ocupações não rurais foi de 3,4/100 mil habitantes. No ano de 1996, as taxas de suicídio entre ocupações rurais e não-rurais se assemelham, porém ainda foi maior a taxa entre os ocupados no meio rural, 6,9/100 mil hab. Em 2000, a taxa de suicídio entre os ocupados no meio rural foi de 5,2/100 mil hab., ou seja, o dobro da taxa de suicídio entre os indivíduos de ocupação não rural, que foi de 2,6/100 mil habitantes.

Tabela 8 –Taxa de suicídio segundo profissão no Oeste/PR – 1990 a 2005

	1991			1996			2000		
	Ocor rência	Pop.	Taxa	Ocor rência	Pop.	Taxa	Ocor rência	Pop.	Taxa
Ocupação Rural	16	288.033	5,5	17	245.893	6,9	11	209.490	5,2
Ocupação Não Rural	25	728.448	3,4	57	832.691	6,8	24	929.092	2,6

Fonte: Construção da autora a partir de dados obtidos junto ao Iparades e IML's da mesorregião (2005).

Analisando as ocorrências de mortes por suicídio segundo faixa etária na mesorregião Oeste (Tabela 9) não se evidenciou grandes diferenças entre as faixas etárias de

19 a 30 anos e 31 a 45 anos, sendo que na primeira ocorreram 26,1% das mortes por suicídio e na segunda 25%. Em terceiro lugar aparece o grupo de 46 a 60 anos, com percentual de 21,6%. Os grupos de 10 a 18 anos e acima de 60 anos, representam respectivamente 8,1% e 13,7% das mortes por suicídio no Oeste do Paraná entre os anos de 1990 e 2005.

Tabela 9 – Taxa de suicídio segundo faixa etária no Oeste/PR – 1990 a 2005

Ano	19 a 30 anos	31 a 45 anos	46 a 60 anos	Acima de 60 anos	10 a 18 anos	Total	
						Ocorrência	%
1990	12	10	5	8	3	38	3,2
1991	11	8	14	9	3	45	3,8
1992	13	14	14	7	6	54	4,6
1993	12	8	5	2	1	28	2,4
1994	16	14	20	9	5	64	5,5
1995	17	25	19	8	4	73	6,3
1996	25	22	15	15	9	86	7,3
1997	18	26	12	4	10	70	6
1998	11	19	15	12	7	64	5,5
1999	30	18	17	11	6	82	7
2000	22	17	27	9	8	83	7,1
2001	19	29	18	20	3	89	7,6
2002	23	19	23	14	7	86	7,4
2003	21	19	11	8	5	62	5,3
2004	28	24	15	14	12	93	8
2005	27	21	22	10	6	86	7,4
Total	305	293	252	160	95	1.172	100
%	26,1%	25%	21,6%	13,7%	8,1%	1170	100

Fonte: Construção da autora a partir de dados obtidos junto a IML's da mesorregião (2005).

No que se refere ao grau de instrução do suicida (Tabela 10), desconsiderando-se a variável não consta, referida a 50,6% das ocorrências de suicídio, a maior taxa encontra-se entre pessoas que cursaram o ensino fundamental, ou seja, 40,9% dos

casos. Seguem os portadores de ensino médio, em 5,2%; os não alfabetizados em 1,8%, os com ensino superior em 1,3% e os que possuíam cursos técnicos, em apenas 0,3% dos casos. Desta forma, visto a grande ausência de informações sobre esta variável, não foi possível definir a maior frequência, pois a falha corresponde a metade das ocorrências.

Tabela 10 - Suicídio segundo instrução escolar no Oeste/PR – 1990 a 2005

Ano	Fundamental	Ensino Médio	Não alfabetizado	Superior	Curso técnico	Não consta	Total	
								%
1990	19	1	0	0		18	38	3,2
1991	21	1	2	0		21	45	3,8
1992	17	1	2	0		35	55	4,7
1993	9		0	0		19	28	2,4
1994	29	2	3	0		33	67	5,7
1995	31		4	3		42	80	6,8
1996	28	3	0	1		57	89	7,6
1997	37	3	0	0		45	85	7,2
1998	32	1	2	3		31	69	5,9
1999	47	6	1	1	1	38	94	8,1
2000	22	2	2	2		58	86	7,3
2001	38	10	1	1		43	93	7,9
2002	41	7	1	1		40	90	7,7
2003	31	5	0	0		31	67	5,7
2004	32	12	0	2	1	47	94	8,1
2005	44	7	3	1	2	35	92	7,7
Total	478	61	21	15	4	593	1172	100
%	40,9	5,2	1,8	1,3	0,3	50,6	100	100

Fonte: Construção da autora a partir de dados obtidos junto a IML's da mesorregião (2005).

Quanto ao meses da prática do suicídio (Tabela 11) na mesorregião Oeste do Paraná, verificou-se pequenas variações nas taxas mês a mês. Os meses de dezembro (9,9%), abril (9,7%) janeiro (9,6%), março (9,6%), agosto (8,7%) e outubro (8,7%) foram os seis meses do ano que apresentaram os maiores números de ocorrências. Ainda que com uma

diferença pouco significativa os meses de novembro (8,4%), setembro (7,8%), julho (7,3%), maio (7,1%), junho (6,6%) e fevereiro (6,4%), foram os seis meses com menos ocorrências.

Tabela 11 – Suicídio segundo mês e ano no Oeste/PR – 1990 a 2005

Ano	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	Total	
													Ocorrências	%
1990	3	1	4	4	3	1	2	5	3	2	7	3	38	3,2
1991	4	5	4	5	4	3	2	3	3	4	6	2	45	3,8
1992		3	5	3	2	7	4	8	5	5	6	7	55	4,7
1993	3	1	4	2	1	2	3	3	3	1	3	2	28	2,4
1994	13	2	3	5	5	2	6	7	4	5	5	10	67	5,7
1995	4	5	7	6	9	8	8	11	2	7	7	6	80	6,8
1996	10	4	10	7	10	3	4	9	9	13	6	4	89	7,6
1997	11	9	6	10	2	3	6	8	6	7	9	8	85	7,3
1998	8	3	6	10	8	6	5	4	8	3	5	3	69	5,9
1999	9	8	9	8	8	11	3	6	7	6	7	12	94	8
2000	5	6	8	7	2	7	8	9	5	8	8	13	86	7,3
2001	7	9	10	9	5	3	8	8	8	10	3	13	93	7,9
2002	6	7	10	10	5	6	7	4	9	8	10	8	90	7,7
2003	1	3	10	4	4	5	4	4	7	8	7	10	67	5,7
2004	18	2	7	15	9	6	7	7	4	8	4	7	94	8
2005	10	7	9	9	6	5	8	6	10	7	5	8	90	7,7
Total	112	75	112	114	83	78	85	102	93	102	98	116	1170	100
%	9,6	6,4	9,6	9,7	7,1	6,6	7,3	8,7	7,8	8,7	8,4	9,9	100	100

Fonte: Construção da autora a partir de dados obtidos junto a IML's da mesorregião (2005).

O gráfico 1 permite uma melhor visualização da variação das ocorrências de suicídio, mês a mês, durante o período de 1990 a 2005. Percebe-se o decréscimo das ocorrências no mês de fevereiro seguido de um considerável aumento para os dois meses seguintes, março e abril. A variação entre os meses de maio e julho foi baixa, voltando a aumentar em agosto e crescendo até dezembro.



4.3.2 Descrição dos dados sobre suicídio na mesorregião Sudoeste do Paraná (1990 – 2005)

Analisando os dados sobre suicídio, entre os anos de 1990 e 2005, nas 37 cidades que compõem a mesorregião Sudoeste do Paraná, verificou-se que as taxas de suicídio (por 100 mil habitantes) oscilaram entre 2,9 e 13,2. Para todo o período a taxa média foi de 9/100 mil hab. Observou-se que, apenas nos quatro primeiros anos do estudo (1990 a 1993), as taxas foram inferiores a 5, nos demais anos (de 1994 a 2005) as taxas foram sempre bastante altas, variando de 8,9 a 13,2 para cada 100 mil habitantes.

Tabela 12 – Taxa de suicídios cometidos no Sudoeste/PR – 1990 a 2005

Ano do suicídio	Número de casos	Taxa por 100.000 hab.
1990	14	2,9
1991	20	4,2
1992	20	4,2
1993	22	4,7
1994	50	10,5
1995	52	10,9
1996	42	8,9
1997	56	11,8
1998	57	12,0
1999	51	10,8
2000	50	10,6
2001	46	9,8
2002	48	10,2
2003	47	10,0
2004	62	13,2
2005	49	10,4
Total de suicídio/ Taxa média	686	9,0

Fonte: Construção da autora a partir de dados obtidos junto ao Ipardes e IML's da mesorregião (2005).

Quanto a distribuição por sexo das pessoas que cometeram suicídio, no Sudoeste paranaense os homens foram responsáveis por 80,3% das ocorrências que levaram a morte. Analisando os percentuais referentes ao número de óbitos por suicídio ano a ano, segundo sexo (Tabela 13), observou-se que em todos os anos os homens representaram mais de 70% das ocorrências, com destaque para o ano de 1991, quando 95% dos suicídios, foram cometidos por homens. No ano de 2002 os homens representaram 89,6% dos suicídios, em 1993 86,3% e em 1998 86%. Já entre as mulheres a maior ocorrência de suicídios foi verificada no ano de 1990, quando as mulheres cometeram 28,6% dos suicídios da mesorregião. Seguiu-se ao ano de 2003, com 27,7% e 2005, com 26,6% das ocorrências preconizadas por mulheres. Considerando-se todo o período verificado, as mulheres foram responsáveis por apenas 19,7% do total de mortes por suicídio na mesorregião Sudoeste do Paraná.

Tabela 13 – Suicídio segundo sexo no Sudoeste/PR –1990 a 2005

Ano	Nº de suicídio Masculino	%	Nº de suicídio Feminino	%	Total	
					ocorrência	%
1990	10	71,4	4	28,6	14	2,0
1991	19	95,0	1	5,0	20	2,9
1992	15	75,0	5	25,0	20	2,9
1993	19	86,3	3	13,7	22	3,2
1994	41	82,0	9	18,0	50	7,3
1995	44	84,6	8	15,4	52	7,6
1996	32	76,2	10	23,8	42	6,1
1997	44	78,6	12	21,4	56	8,1
1998	49	86,0	8	14,0	57	8,3
1999	42	82,3	9	17,7	51	7,4
2000	36	72,0	14	28,0	50	7,3
2001	36	78,3	10	21,7	46	6,7
2002	43	89,6	5	10,4	48	7,0
2003	34	72,3	13	27,7	47	6,8
2004	51	82,2	11	17,8	62	9,0
2005	36	73,4	13	26,6	49	7,1
Total	551	80,3	135	19,7	686	100

Fonte: Construção da autora a partir de dados obtidos junto a IML's da mesorregião (2005).

Analisando ainda a distribuição do suicídio segundo sexo (Tabela 14), assim como na mesorregião Oeste, estabeleceu-se as taxas de suicídio por 100 mil habitantes, considerando-se os dados censitários e de contagem populacional masculina e feminina da mesorregião Sudoeste para os anos de 1991, 1996 e 2000. Verificou-se o crescimento da população feminina bem como um crescimento na taxa de suicídio entre as mulheres. Já entre os homens não houve essa relação entre o crescimento populacional e crescimento na taxa de suicídio, tendo as taxas de suicídio aumentado mesmo com a população masculina em decréscimo. Nos três anos verificados as taxas de suicídio masculino foram superiores as taxas femininas, mesmo em 2000, quando a população feminina já era superior a masculina na mesorregião. As taxas de suicídio por 100 mil habitantes para o sexo masculino foram de 7,9 no ano de 1991, 13,5 para o ano de 1996 e 15,2 no ano de 2000. Entre as mulheres as taxas foram de 0,4 em 1991, 4,2 no ano de 1996 e 5,9 em 2000.

Tabela 14 - Taxa de suicídio segundo sexo e proporção da população no Sudoeste/PR – 1991,1996 e 2000

Ano do suicídio	Nº de suicídio Masculino	Pop. Masc.	Taxa por 100.000 hab.	Nº de suicídio Feminino	Pop. Fem.	Taxa por 100.000 hab.
1991	19	240.450	7,9	1	237.676	0,4
1996	32	236.850	13,5	10	235.575	4,2
2000	36	235.822	15,2	14	236.804	5,9

Fonte: Construção da autora a partir de dados obtidos junto ao IpardeS e IML's da mesorregião (2005), considerando total da população masculina e feminina no Sudoeste.

No que se refere aos métodos utilizados para o suicídio, no Sudoeste do estado, em todos os anos o enforcamento foi o método com maiores frequências, ou seja, um total de 72% dos óbitos ocorreram através deste método. Mortes por arma de fogo representaram 13,2% e envenenamento 12% das ocorrências registradas em todo o período. Não houve nenhum caso de suicídio pelo método “atirar-se de ponte, prédio ou poço”. Outros métodos como uso de arma branca e queimadura responderam por 1,9% e 0,1% respectivamente. (Tabela 15).

Tabela 15 – Suicídio Segundo Método Utilizado no Sudoeste/PR – 1990 a 2005

Ano	Enforcamento	Arma de fogo	Envenenamento	Arma branca	Queima dura	Atirar-se de ponte/prédio/poço	Não consta	Total	
								Ocorrência	%
1990	7	4	2				1	13	1,9
1991	8	7	4	1				20	3
1992	15	2	3					20	3
1993	19	1	1	1				22	3,2
1994	42	3	5					50	7,2
1995	41	4	5	2				52	7,5
1996	34		7	1				42	6,1
1997	42	7	5	2				56	8,1

1998	32	14	10	1				57	8,3
1999	31	7	13					51	7,4
2000	33	7	7	2			1	50	7,2
2001	34	6	4	1	1			46	6,7
2002	37	7	4					48	7
2003	34	8	2	2			1	47	6,8
2004	45	10	7					62	9
2005	40	4	4				1	49	7,1
Total	494	91	83	13	1	0	4	686	100
%	72	13,2	12	1,9	0,1	0	0,5	100	100

Fonte: Construção da autora a partir de dados obtidos junto a IML's da mesorregião (2005).

Segundo se verifica na Tabela 16, as condutas suicidas também no Sudoeste, são mais freqüentes em pessoas casadas. Em todo o período, os casados totalizaram 57,6% das ocorrências, seguidos pelos solteiros com 28%. O item não consta, freqüente em todas as variáveis, representou 6% das ocorrências. As pessoas que já tiveram uma união estável e que a perderam, quer por separação, quer pela morte de um dos cônjuges, apresentam os percentuais de comportamento autodestrutivo mais baixos, 4% e 5% respectivamente.

Tabela 16 – Suicídio segundo estado civil no Sudoeste/PR – 1990 a 2005

Ano	Casado	Solteiro	Viúvo	Desquitado	Não consta	Total	
						Ocorrência	%
1990	8	3	1		2	14	1,9
1991	14	4	1		1	20	3
1992	13	5	1	1		20	3
1993	13	9				22	3,2
1994	28	18	2	2		50	7,2
1995	36	12	2		2	52	7,5
1996	23	12	3	1	3	42	6,1
1997	30	21	2	1	2	56	8,1

1998	35	13	2	1	6	57	8,3
1999	30	11	3	1	6	51	7,4
2000	24	15		2	9	50	7,2
2001	25	9	2	3	7	46	6,7
2002	28	14	3	1	2	48	7
2003	27	9	4	5	2	47	6,8
2004	33	23	2	4		62	9
2005	28	14	3	2	2	49	7,1
Total	395	192	31	24	44	686	100
%	57,6	28	4,5	3,5	6,4	100	100

Fonte: Construção da autora a partir de dados obtidos junto a IML's da mesorregião (2005).

Com relação a profissão do suicida, assim como para a mesorregião Oeste, a princípio descreveu-se todas as profissões verificadas (Tabela 17), analisando o número de ocorrências para cada profissão bem como os valores percentuais que estas representaram para todo o período de estudo. Assim, verificou-se que os agricultores representaram a profissão com maior número de mortes por suicídio, totalizando 44,7% das ocorrências. Ocupam o segundo lugar, as chamadas profissionais do lar com 9% e as profissões classificadas aqui como 'outros'³⁰, que somaram 8% das ocorrências. Os aposentados representaram 7%, os operários 5,5%, os profissionais autônomos 3,5%, os comerciantes, os estudantes e os ocupados em serviços gerais representaram cada um 3,1% das ocorrências. Os motoristas 2,2%, os desempregados 0,9 e os funcionários públicos 0,1% das ocorrências de mortes por suicídio no Sudoeste do Paraná.

³⁰ Os profissionais classificados como 'outros' refere-se a profissões diversas que apareceram nos registros dos IML's porém em número bastante pequeno, como: garçom., vigilante, secretária, papeleiro, corretor, frentista, sapateiro, saqueiro, professor, vidraceiro, metalúrgico e caixa.

Tabela 17 – Suicídio segundo profissão no Sudoeste/PR – 1990 a 2005

Ano	Agricul- tor	Do- lar	Apo- senta- do	Ope- rá- rio	Auto- nomo	Com- erci- ante	Estu- dante	Servi- ços gerais	Moto- rista	De- Sem- prega- do	Func. públi- co	Ou- tros	Não cons- ta	To- tal
1990	7	2		2								1	2	14
1991	7	1	3	2		2	1	1				3		20
1992	12	4	1				1					2		20
1993	12	3	1		1	2							3	22
1994	25	5	3	1	1	4	2	2	2			3	1	50
1995	26	3	6	5			1	3	1			2	5	52
1996	26	7		1			2	1				2	3	42
1997	25	7	5	1	4	1	2	1	1	2		2	10	56
1998	26	4				2	2	2	1	1		7	12	57
1999	19	3	2	4	2	1	1		1		1	5	12	51
2000	18	5	2	3	2		2	1				5	12	50
2001	26	4	2	3		1	2		1			1	6	46
2002	21	2	6	4	3	1	1	1		2		3	4	48
2003	15	6	6	2	4			3	2			7	2	47
2004	21	2	5	5	4	3	2	3	4	1		9	3	62
2005	21	4	6	5	3	2		1	2			3	2	49
Total	307	62	48	38	24	19	19	19	15	6	1	55	77	686
%	44,7	9,0	7,0	5,5	3,5	2,7	2,7	2,7	2,2	0,9	0,1	8,0	11,2	100

Fonte: Construção da autora a partir de dados obtidos junto a IML's da mesorregião (2005).

Verificando a diferença entre o número de suicídios entre as ocupações rurais e as ocupações não rurais no Sudoeste, optou-se por analisar as taxas de suicídio por 100 mil habitantes da população rural e população urbana nesta mesorregião nos anos censitários e de contagem populacional de 1991, 1996 e 2000. Definiu-se, assim como realizado para a mesorregião Oeste, a profissão agricultor como ocupação rural e agregou-se os operários, funcionários públicos, profissionais do lar, estudantes, comerciantes, serviços gerais, autônomos, motoristas e outros, como ocupações não rurais. Essa agregação possibilitou uma maior visibilidade das taxas de suicídio entre as ocupações rurais e urbanas.

Na análise desta variável, os casos onde não constaram as ocupações foram desconsiderados, assim, ao invés de 686 ocorrências de mortes por suicídio, verificou-se aqui 612 ocorrências.

Em 1991, a taxa de suicídio por 100 mil habitantes entre ocupados no meio rural foi de 2,8. Já a taxa de suicídio entre as ocupações não rurais foi de 5,7. No ano de 1996, a taxa de suicídio entre os ocupados no meio rural subiu para 11,9, enquanto entre as ocupações não rurais manteve-se quase estável, em 5,1. No ano de 2000 a taxa para os ocupados no meio rural diminuiu um pouco, ficando em 9,5. Porém, esta taxa foi ainda superior a taxa de suicídio entre os indivíduos de ocupação não rural, ou seja, 7/100 mil habitantes.

Tabela 18 – Taxa de suicídio segundo profissão no Sudoeste/PR – 1990 a 2005

	1991			1996			2000		
	Ocor rência	Pop.	Taxa	Ocor rência	Pop.	Taxa	Ocor rência	Pop.	Taxa
Ocupação Rural	7	252.460	2,8	26	217.973	11,9	18	189.582	9,5
Ocupação Não Rural	13	225.666	5,7	13	254.452	5,1	20	283.044	7,0

Fonte: Construção da autora a partir de dados obtidos junto ao Iparde e IML's da mesorregião (2005).

Analisando o número de mortes por suicídio, segundo faixa etária, na mesorregião Sudoeste (Tabela 19), os percentuais mais altos foram verificados na faixa etária de 31 a 45 anos de idade, com 32% das ocorrências. Segue a faixa etária de 46 a 60 anos, com 27%. Em terceiro lugar aparece o grupo de 18 a 30 anos, com 18,1%. Os grupos de 10 a 18 anos e acima de 60 anos, representaram respectivamente 6,8% e 16,1% do número de mortes por suicídio no Sudoeste, entre os anos de 1990 e 2005.

Tabela 19 – Suicídio segundo faixa etária no Sudoeste/PR – 1990 a 2005

Ano	31 a 45 anos	46 a 60 anos	19 a 30 anos	Acima de 60 anos	10 a 18 anos	Total	
						Ocorrência	%
1990	5	3	3	3		14	1,4
1991	5	4	4	6	1	20	2,9
1992	7	5	6	1	1	20	2,9
1993	7	4	6	2	2	21	3,1
1994	12	14	11	9	4	50	7,3
1995	16	11	8	13	4	52	7,6
1996	17	11	10	1	2	41	6
1997	15	14	9	9	7	54	7,7
1998	17	23	9	4	3	56	8,2
1999	20	15	6	8	1	50	7,3
2000	15	13	9	8	4	49	7,2
2001	17	12	6	7	4	46	6,7
2002	15	11	6	11	5	48	7
2003	9	19	10	8	1	47	6,9
2004	27	12	12	7	4	62	9,1
2005	13	12	8	12	3	48	7
Total	217	183	123	109	46	678	100
%	32	27	18,1	16,1	6,8	100	100

Fonte: Construção da autora a partir de dados obtidos junto a IML's da mesorregião (2005).

No que se refere ao grau de instrução do suicida (Tabela 20) o maior número de ocorrências foi verificado entre pessoas com ensino fundamental, 53,8%. Segue o item 'não consta', com o alto percentual de 36,5%. Em terceiro lugar estão os não alfabetizados que representaram 5,4%. Os suicidas com ensino médio foram responsáveis por 3,8% das ocorrências e os suicidas com ensino superior totalizaram 1,4% das mortes por suicídio no Sudoeste do Paraná, no período de 1990 a 2005. Não houve nenhuma ocorrência de morte por suicídio entre indivíduos com curso técnico.

Tabela 20 - Suicídio segundo instrução escolar no Sudoeste/PR – 1990 a 2005

Ano	Fundamental	Não alfabetizado	Ensino Médio	Superior	Curso técnico	Não consta	Total	
							Ocorrência	%
1990	10					4	14	1,4
1991	17		1	1		1	20	2,9
1992	16	2				2	20	2,9
1993	17					5	22	3,1
1994	24	5				21	50	7,3
1995	14	3				35	52	7,6
1996	9	1				32	41	6
1997	24	3				29	54	7,7
1998	30	3	4	1		19	56	8,2
1999	23	3	2	2		21	50	7,3
2000	23		2			25	49	7,2
2001	22	4	4	1		15	46	6,7
2002	29	4	3	1		11	48	7
2003	24	2	1	2		18	47	6,9
2004	43	3	6	2		8	62	9,1
2005	40	4	3			2	48	7
Total	365	37	26	10	0	248	686	100
%	53,8	5,4	3,8	1,4	0	36,5	100	100

Fonte: Construção da autora a partir de dados obtidos junto a IML's da mesorregião (2005).

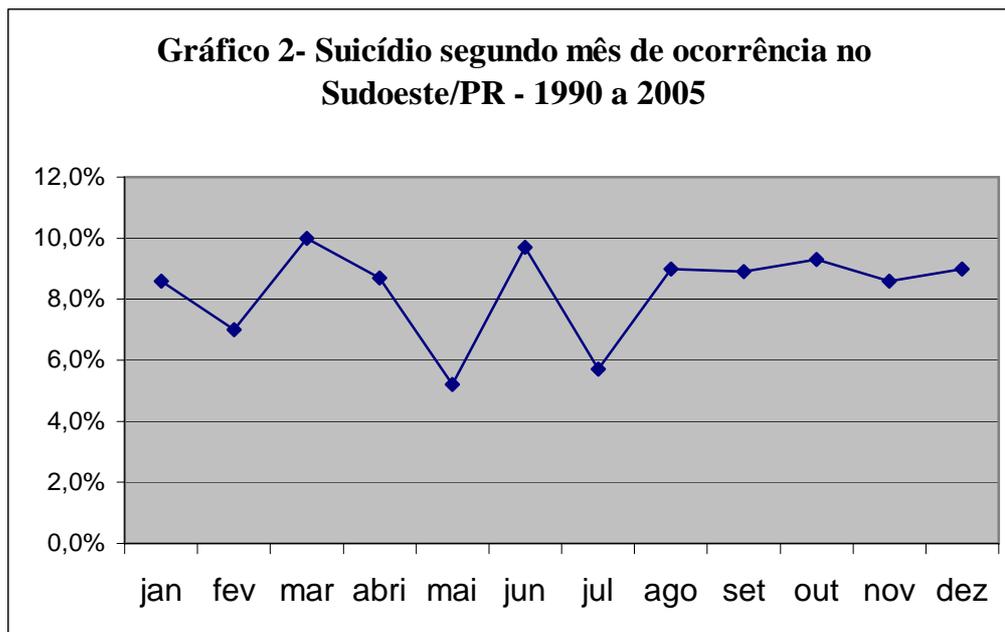
Quanto aos meses do ano em que ocorreram os suicídios (Tabela 21), houveram pequenas variações mês a mês. Os meses de março (10%), junho (9,7%), outubro (9,65), agosto (9%) dezembro (9%) e setembro (8,9%) apresentaram os percentuais mais altos. Os meses de abril (8,7%), janeiro (8,6%), novembro (8,6%), fevereiro (7%), julho (5,7%) e maio (5,2%) foram os seis meses que registraram o menor número de suicídios para o período de 1990 a 2005.

Tabela 21 – Suicídio segundo mês e ano no Sudoeste/PR – 1990 a 2005

Ano	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	Total	
													Ocor rência	%
1990			1	1	1	1		2	3	2		3	14	2
1991	2		3	3		2	3		1	2	1	3	20	2,9
1992	2	1		4		2	2	1	3			5	20	2,9
1993			2	2			5	3	3	3	2	2	22	3,2
1994	7	3	8	3	3	3	2	4	5	5	5	2	50	7,3
1995	4	3	5	7	2	8	5	4	2	5	3	4	52	7,6
1996	4	3	6	6	4	4	3	4	2	4	2		42	6,1
1997	4	2	9	5	1	7	1	6	5	5	4	7	56	8,1
1998	8	4	5	2	4	3	2	5	4	11	5	4	57	8,3
1999	3	2	6	4	6	3	3	4	1	6	6	7	51	7,4
2000	7	6	4	1	4	5	3	1	3	4	8	4	50	7,3
2001	3	7	2	4	1	3	3	5	8	2	2	6	46	6,7
2002	3	4	5	9	3	2	1	6	5	3	5	2	48	7
2003	3	3	7	2	4	6	2	3	5	5	4	3	47	6,8
2004	5	7	3	5	1	8	1	7	9	5	4	7	62	9
2005	4	3	3	2	2	10	3	7	2	2	8	3	49	7,1
Total	59	48	69	60	36	67	39	62	61	64	59	62	686	100
%	8,6	7	10	8,7	5,2	9,7	5,7	9	8,9	9,3	8,6	9	100	100

Fonte: Construção da autora a partir de dados obtidos junto a IML's da mesorregião (2005).

O Gráfico 2 permite uma melhor visualização da variação das ocorrências de suicídio na mesorregião Sudoeste do Paraná durante o período de 1990 a 2005. Percebe-se o decréscimo nos meses de fevereiro, maio e julho e um considerável aumento para os meses de março, junho e agosto, permanecendo altas e estáveis as ocorrências nos últimos meses do ano.



4.3.3 As taxas de suicídio nas mesorregiões Oeste e Sudoeste do Paraná e o processo de desenvolvimento regional (1990 – 2005)

Entendendo que a configuração histórica das mesorregiões, bem como as características específicas do desenvolvimento de cada uma delas acaba por manifestar-se sobre as variações das taxas de mortalidade por suicídio, quer diminuindo-a, quer fazendo-a crescer, faz-se necessário analisar o contexto das complexas relações sócio-culturais que ocorrem nos âmbitos locais e regionais. Desta forma, com base nos dados apresentados nos tópicos anteriores, referentes às taxas de suicídio cometidos nas mesorregiões Oeste e Sudoeste do Paraná, durante o período de 16 anos (1990-2005), buscou-se analisar as taxas de suicídio dessas duas mesorregiões considerando a trajetória de desenvolvimento das mesmas.

As taxas de suicídio verificadas nas duas mesorregiões apresentaram diferenças bastante significativas em todo o período estudado. Os três anos que tiveram as

taxas de suicídio mais elevadas no Oeste foram 1999, 1996 e 2001. Já no Sudoeste, os anos com maiores taxas foram 2004, 1998 e 1997. No Oeste, as maiores taxas por cem mil habitantes oscilaram entre 7,1 e 8,4, com uma taxa média de 6,5. No Sudoeste estas taxas foram ainda mais elevadas ou seja, oscilaram entre 8,9 e 13,2, com uma média de 9/100 mil habitantes. Tanto a mesorregião Oeste quanto a mesorregião Sudoeste tiveram no período estudado taxas superiores às médias-, estadual - 6,17/100 mil habitantes (Datusus, 2000) - e nacional - 4,3/100 mil habitantes (Organização Mundial de Saúde, 2000).

Analisando as taxas de suicídio segundo o sexo, nas duas mesorregiões a distribuição evidencia que a conduta suicida é largamente mais freqüente entre homens do que entre mulheres. Em todos os anos os homens representaram mais de 60% das ocorrências de morte por suicídio no Oeste. Este percentual foi ainda mais alto na mesorregião Sudoeste, que apresentou taxa de 80,3%.

Quando verificadas as taxas de suicídio considerando-se o contingente populacional dos anos de 1991, 1996 e 2000 dos sexos femininos e masculinos para ambas as mesorregiões, pôde-se observar que o crescimento da população feminina se fez acompanhar pelo crescimento da taxa de suicídio. Em 1991 as mulheres representavam 49,9% da população da mesorregião Oeste, passando em 1996 a 50,1% e em 2000 a 50,4%, esse crescimento da população feminina foi acompanhado do aumento da taxa de suicídio por 100 mil habitantes, que no ano de 1991 foi de 2,1, em 1996 aumentou para 2,8 e em 2000 a taxa de suicídio entre mulheres quase dobrou, ou seja 4,3 mortes por suicídio por 100 mil habitantes. Na mesorregião Sudoeste a população feminina representava 49,7% em 1991, 49,9% em 1966 e 50,1% em 2000 e esse crescimento também foi acompanhado do número de mortes por suicídio, que apresentou taxas crescentes e bastante altas nos anos de 1966 e 2000. Em 1991 a taxa foi de 0,4, em 1996 aumentou para 4,2 e em 2000 aumentou para 5,9 por 100 mil habitantes.

Entre o sexo masculino essa relação de crescimento populacional e aumento no número de mortes por suicídio, ocorreu apenas na mesorregião Oeste no período de 1991 para 1996, quando a população masculina cresceu e junto cresceu a taxa de suicídio entre os homens (de 6,7 em 1991 a taxa de suicídio passou a 13,7 em 1996). Em 2000, a população masculina embora inferior a feminina, com 49,6%, apresentou crescimento em relação aos anos anteriores, porém a taxa de suicídio diminuiu para 10,8. Já em relação a mesorregião Sudoeste a população masculina foi diminuindo ano a ano, tornando-se inferior a população feminina no ano de 2000 com 49,9% da população total. Uma relação inversa ocorreu com as taxas de suicídio masculino que aumentaram de 7,9 em 1991, para 13,5 em 1996 e 15,2/100 mil habitantes.

Mesmo a população feminina sendo superior a masculina nos anos de 1996 e 2000 no Oeste e em 2000 no Sudoeste, a taxa de suicídio masculino foi sempre muito superior a feminina. Confirmou-se nesta análise a afirmação que Durkheim fez em seu estudo do suicídio na Europa do século XIX: "... a aptidão das mulheres para a morte voluntária está longe de ser superior ou equivalente a do homem; o suicídio é uma manifestação essencialmente masculina" (DURKHEIM, 1996, p.39).

Menor taxa de mortalidade por suicídio entre as mulheres pode ser atribuído a atitudes flexíveis no que se refere às aptidões sociais, ao desempenho de papéis durante a vida. A mulher teria mais facilidade para procurar ajuda ou adaptar-se a diferentes situações. "As mulheres reconhecem precocemente sinais de risco para depressão, suicídio e doenças mentais, buscam ajuda em momentos de crise e participam nas redes de apoio social" (MENEGHEL et al., 2004, p.809). Ao passo que os homens, inseridos na cultura patriarcal, ainda hoje tem uma dificuldade maior de enfrentar os 'fracassos', principalmente se estes são econômicos. As dificuldades em manterem-se representando papéis historicamente instituídos como masculinos, aliadas às dificuldades sócio-econômicas, podem ter aumentado o risco de

suicídio entre os homens. Pode-se conjugar a isto o fato de que o desempenho da masculinidade envolve comportamentos que predispõem ao suicídio, como a competitividade, a impulsividade e o maior acesso às tecnologias letais e armas de fogo (LEAL, *apud* Meneghel et al.2004, p.809).

Outros estudos já citados, como o de Martins Junior e Neto, (2005) e Santana et al., (2002) também evidenciaram este comportamento na análise das taxas de suicídio no Brasil para as décadas de 1980 e 1990. Em nenhum estado brasileiro a taxa de mortalidade-suicídio entre as mulheres foi equivalente ou superior a dos homens e apresentou sempre uma tendência crescente em todo este período.

Quanto ao método utilizado, em ambas mesorregiões, as práticas mais verificadas foram o enforcamento, seguido pelo uso de arma de fogo e envenenamento. O que nos sugere que, ainda que os métodos de autodestruição possam ser variados, os suicidas se utilizam, na sua maioria, de instrumentos ou meios que lhes são de mais fácil alcance, como nos casos de enforcamento. O uso da arma de fogo, segundo meio mais utilizado para a prática do suicídio, apesar das proibições legais quanto a sua posse, é um instrumento que devido a sua fácil comercialização e produção, tem se apresentado acessível a população mesmo com as restrições legais de controle de armas de fogo. Além do acesso aos instrumentos, outro fator que pode estar relacionado a escolha do método para a prática do suicídio é a tradição, são valores sociais que podem influenciar o indivíduo na escolha de como deseja sua morte. Isto já ficara no estudo antropológico de Leal (1992) que verificou o papel do enforcamento na cultura gaúcha. (LEAL, *apud* Meneghel et al.2004, p.810).

Um método que não apresentou nenhum caso no Sudoeste foi atirar-se de ponte, prédio ou poço, enquanto que no Oeste esta foi uma prática mais aplicada do que arma branca ou outras como queimadura. O uso de tal método pode estar relacionado com o processo de urbanização das mesorregiões, em especial do Oeste que no ano de 1991 tinha

42% dos municípios com grau de urbanização superior a 50%, chegando a 84% em 2000. A existência de prédios e pontes pode facilitar nas áreas urbanas esse tipo de conduta suicida, o que seria mais raro nas áreas menos urbanizadas, como se caracterizaria a mesorregião Sudoeste, com apenas 10,9% dos seus municípios com grau de urbanização superior a 50% no ano de 1991 e 46% em 2000.

Segundo foi possível verificar nas Tabelas 5 (Oeste) e 16 (Sudoeste), as condutas suicidas são mais frequentes em pessoas casadas. No Oeste os casados representaram 49% dos suicidas, seguido dos solteiros com 31,6%. No Sudoeste o percentual entre os casados foi ainda maior, ou seja, 57,6% e entre os solteiros um pouco menor que no Oeste, 28%. Tais padrões coincidem com os verificados por Durkheim (1996), que constatou para o século XIX, que os celibatários se matam menos que os casados.

Outros estudos brasileiros já haviam verificado que a maior proporção de mortes por suicídio ocorre entre pessoas casadas. Em estudo realizado para o estado de São Paulo, entre os anos de 1980 e 1995, os autores verificaram que as condutas suicidas foram mais frequentes em pessoas casadas (45,7%) mantendo-se a mesma proporção ano a ano (VANRELL et al., 1996). O mesmo também foi constatado por Meneghel et al. (2004) no estudo sobre o suicídio no Rio Grande do Sul e por Kossobudzki e Forte, (1987) para a cidade de Curitiba-PR.

No que tange a profissão dos suicidas, a princípio foram descritas todas as profissões verificadas nos laudos dos IML's, onde tanto para a mesorregião Oeste quanto para a mesorregião Sudoeste os percentuais mais altos foram verificados entre os agricultores, sendo 24,3% no Oeste e 44,7% no Sudoeste. Agrupando-se as profissões em ocupações rurais e ocupações não rurais, observou-se o grande número de suicídios no primeiro grupo no Oeste e principalmente no Sudoeste (Tabelas 8 e 18). No Oeste do estado as taxas, nos anos de 1991, 1996 e 2000, foram sempre superiores nas ocupações rurais (5,5, 6,9 e 5,2/100 mil

habitantes). Apenas em 1996 as taxas foram semelhantes: 6,9/100 mil hab. entre suicidas de ocupação rural e 6,8/100 mil hab., entre os de ocupação não rural. Nos anos de 1991 e 2000, as taxas de suicídio entre as ocupações não rurais no Oeste foram de 3,4 e 2,6 respectivamente. No Sudoeste, no ano de 1991, a ocupação não rural teve taxa superior a ocupação rural, 2,8/100 mil habitantes na ocupação rural e 5,7/100 mil habitantes nas ocupações não-rurais. Porém, para os anos seguintes as taxas aumentaram e também inverteram-se. A taxa de suicídio entre ocupados no setor rural passou de 2,8 para 11,9 em seguida para 9,5/100 mil habitantes e entre a ocupação não rural a taxa passou de 5,7, para 5,1 e 7/100 mil habitantes.

As tabelas acima referidas permitem acompanhar também o crescimento populacional das regiões desde 1991 até o ano de 2000, explicitando melhor a mudança no perfil das mesorregiões Oeste e Sudoeste em termos de densidade populacional nos espaços rural e urbano. Estas transformações na concentração da população são decorrência de transformações sócio-econômicas que, por sua vez, são chaves importantes para a compreensão dos índices de suicídio nas cidades que compõem essas duas regiões.

É importante salientar que parte das ocorrências suicidas nas áreas urbanas, podem referir-se a indivíduos originários do campo. O avanço do processo capitalista de produção no campo acarretou perdas de pequenas propriedades, concentração da terra e êxodo rural, levando famílias a buscarem melhores condições em centros urbanos.

... trata-se de pessoas que se incluem na condição de “migrantes”, atraídos pelos pólos mais desenvolvidos, as cidades maiores que, embora os acolha fisicamente, a maioria das vezes, não lhes oferecem condições para uma sobrevivência digna que compense as perdas e frustrações que já tiveram ao abandonar sua condição de rurícolas. (VANRELL et al., 1996).

Embora a população rural tenha diminuído gradativamente nas duas mesorregiões e a população urbana seja bastante superior aquela atualmente, as mortes por suicídio foram ainda maiores entre as ocupações rurais. Isto ocorreu principalmente no

Sudoeste, que embora tenha a maior parte da população vivendo no meio urbano, caracteriza-se por apresentar uma economia diversificada, porém com extensa atividade agrícola. A maioria dos municípios da mesorregião, também é de pequeno porte e tem perdido grande parte da sua população, ostentando um “... saldo negativo extremamente elevado, definido por dificuldades de intensificação da pequena produção e conseqüente empobrecimento da população, o que implica forte evasão rural”. (KLEINKE et al., 1999, p.32).

O processo de empobrecimento no campo pode estar influenciando no crescimento das taxas de suicídio de maneira mais intensa na mesorregião Sudoeste do que na mesorregião Oeste, pois a maioria dos municípios do Sudoeste é extremamente dependente das atividades agropecuárias. Já o Oeste conta com uma maior diversificação das atividades econômicas, disponibilizando mais escapes para a população, que pode passar por momentos de crises sem ser afetada tão fortemente quanto no Sudoeste.

De acordo com dados do Ipardes (2000), a mesorregião Oeste se destaca por apresentar a maior proporção de municípios em melhores condições de desenvolvimento humano. Dos 20 municípios com maior IDH-M³¹ no Estado, onze estão no Oeste e três apenas no Sudoeste. No Oeste são eles: Cascavel, Entre Rios do Oeste, Quatro Pontes, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Palotina, Pato Bragado, Tupãssi e Toledo. No Sudoeste apenas as cidades de Pato Branco, Pranchita e Capanema compõem esse quadro. De uma maneira geral, as aglomerações urbanas, de caráter metropolitano e não metropolitano, são as que conjugam um maior número de municípios com melhores IDH-M, espacialidades que assumem importância pela elevada concentração populacional, o que pode explicar as menores taxas de suicídio entre as ocupações urbanas.

³¹ O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – foi criado originalmente para medir o nível de desenvolvimento humano dos países, a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). O IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – é aplicado para aferir o nível de desenvolvimento humano de municípios. As dimensões são as mesmas - educação, longevidade e renda - mas alguns dos indicadores levados em conta são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores.

Na dinâmica migratória o Oeste, embora tenha se caracterizado como uma região expulsora, foi também ponto de grande atratividade para outras mesorregiões, pois cidades como Cascavel e Toledo formam um eixo de desenvolvimento agroindustrial, concentrando diversas cooperativas e empresas do ramo agroindustrial. Além destas, a cidade de Foz do Iguaçu se apresenta forte no setor de turismo, com as Cataratas do Iguaçu e a Usina Hidrelétrica Binacional do Itaipu.³² Assim, o Oeste paranaense configurou-se como uma das três mesorregiões mais urbanizadas do estado. Essa diversidade de setores, de serviços, a não dependência única e exclusiva da agricultura, embora de grande importância à região, parece refletir-se em taxas mais baixas de suicídio.

A população rural, mais vulnerável no tocante ao desenvolvimento humano pela sua dispersão espacial e pela falta de investimentos, dificultando a oferta de serviços e infraestrutura, está mais vulnerável também a prática de suicídio. Este fenômeno acredita-se estar relacionado ao avanço do processo capitalista de produção no campo que acarretou arrendamento e perda das pequenas propriedades rurais e como consequência os pequenos agricultores sofreram com concentração da terra, êxodo rural, endividamento, dificuldades em realizar operações de crédito, de custeio e de se adaptar aos avanços tecnológicos, bem como mudanças de ordem cultural com tradições, costumes e valores morais abalados (HECK apud MENEGUEL, 2004, p. 810). A alta taxa de suicídio em municípios dependentes, exclusiva ou quase exclusivamente, da agricultura, estaria refletindo os problemas sociais vividos no campo como a falta de investimentos na agricultura familiar.

A influência das condições do setor agrícola nas elevadas taxas de suicídio foram fortemente visíveis nos estudos sobre o suicídio no Rio Grande do Sul. Segundo Werlang (2004), os municípios com taxas mais altas de mortalidade-suicídio foram os que

³² A cidade de Foz do Iguaçu destaca-se no cenário da região Oeste como uma cidade multi-cultural, pois recebeu o maior contingente de imigrantes vindos de outras mesorregiões do Paraná (1986 a 1991) diferentes partes do mundo, como italianos, alemães, libaneses, hispânicos (argentinos e paraguaios), chineses, ucranianos e poloneses.

apresentaram população rural maior que a população urbana, o que segundo a autora, indica relação com anomia econômica na atividade agropecuária.

Estes dados não evidenciaram as descobertas de Durkheim (1996) para a Europa do final do século XIX. Segundo o autor são nas atividades industriais e comerciais que concentram-se as maiores ocorrências de suicídio, seguidas quase no mesmo nível pelas carreiras liberais, tendo sido taxas mais baixas verificadas na agricultura. Respeitadas as diferenças temporais e as realidades diferenciadas, estudos como o ora apresentado, mostram a importância de estudos regionais, pois o entendimento das diferenciações de taxas de suicídio, acredita-se estar alicerçada na própria história, organização sócio-econômica e cultural do espaço.

Ao relacionar a tendência suicida com a idade, verificou-se que as faixas etárias de 19 a 30 anos e 31 a 45 anos, despontam como sendo as que têm uma maior frequência no Oeste no período analisado, enquanto no Sudoeste as faixas etárias mais atingidas foram de 31 a 45 anos, seguidas da faixa etária de 46 a 60 anos. Ou seja, há uma concentração de suicídios na etapa produtiva da vida.

Na mesorregião Oeste, a taxa mais alta verificada na faixa etária dos 19 a 30 anos revela alguns fatores bastante característicos do cotidiano da vida moderna, apontando para uma sociedade em que há poucas perspectivas para a população mais jovem. Este grupo de jovens adulto pode estar mais vulnerável as dificuldades de desempenho no mercado de trabalho, ao desemprego, as mudanças na vida diária, nos papéis e na condição socioeconômica. Também o avanço do processo capitalista de produção adotado no campo, de que se falou antes, pode estar contribuindo para o crescimento da taxa de suicídio entre os jovens. A adoção de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, ao expulsar grande contingente populacional das áreas rurais, obrigou os jovens a procurar trabalho em áreas urbanas, muitas vezes sem a qualificação necessária para um trabalho bem remunerado. Estes fatores podem

estar influenciando no aumento da mortalidade por suicídio entre os jovens, seguindo um padrão já verificado em outras regiões brasileiras³³.

Analisar o padrão do suicídio segundo grau de instrução escolar para as duas mesorregiões, mostrou-se praticamente inviável, pois é grande o número de registros sem esta informação. No Oeste a informação referente a escolaridade não constava em 50% das ocorrências. No Sudoeste, também foi grande a ausência dessa informação, sendo que em 36,1% das ocorrências ela não constava. Apesar desta grave lacuna nos dados, considerando-se apenas as informações presentes, percebe-se alto índice de suicídios entre indivíduos de pouca escolaridade: no Oeste, 40,9% das mortes por suicídio ocorreram entre pessoas que tinham apenas o ensino fundamental e no Sudoeste as pessoas que tinham este grau de escolaridade, somaram 53,8% das ocorrências.

Analisando a distribuição das ocorrências de autoviolência segundo meses do ano, percebe-se pequenas nuances de diferenciação nas taxas, que podem indicar características gerais e regionais referentes ao suicídio. No Oeste do Paraná os dois meses com maiores ocorrências foram dezembro (9,9) e abril (9,7), seguidos de perto por janeiro (9,6), março (9,6), agosto (8,7) e outubro (8,7). Já no Sudoeste, os dois meses com maiores taxas de suicídio foram março (10) e junho (9,7), seguidos de outubro (9,3), dezembro (9), agosto (9) e setembro (8,9). Quando verificadas apenas a distribuição dos suicídios mês a mês, entre as ocupações rurais, observa-se que os meses com maiores taxas que coincidiram em ambas mesorregiões foram: dezembro e julho.

Estes dados se assemelham, em parte, com dados de outras cidades e estados brasileiros – obtidos por várias pesquisas³⁴ – que indicam uma maior concentração de suicídios nos meses da primavera, pois considerando-se a totalidade das ocorrências, dois (outubro e dezembro) dos quatro meses primaveris encontram-se entre os de maior ocorrência

³³ Cf. Meneguel et al. (2004), Vanrell et al., (1996), Minayo (1998).

³⁴ Uma síntese de diferentes pesquisas que tematizaram o suicídio a partir de diferentes variáveis, como os meses de maior incidência, pode ser encontrada em Felix (2002).

de suicídio nas duas mesoregiões estudadas. Segundo Vanrell et al. (1996), isto acontece em países de clima quente e em meses que antecedem o fim de ano com suas frustrações e arrochos econômicos típicos do fim de ano, além de distúrbios afetivos relacionados a datas festivas como natal e reveillon.

Por outro lado, características específicas destas mesoregiões podem ajudar a compreender o alto índice de suicídios em meses como março e abril. Estudo anterior (SOUZA; WADI; STADUTO, 2005) já evidenciara a relação, ora recolocada, de que o crescimento das taxas de suicídio nestes meses do ano pode estar relacionada a frustrações decorrentes de quebras de safra, como a do soja, produto colhido nesta época do ano. Uma safra ruim pode incentivar a autoviolência, em razão da impossibilidade de muitos agricultores em arcarem com os compromissos assumidos, como empréstimos bancários para a compra de insumos ou artefatos tecnológicos para a plantação.

Em meio a tantas complexas transformações, pelas qual o Paraná passou nas últimas décadas do século XX, há ainda que se atentar para construções como a da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias e da Itaipu Binacional, que geraram um forte impacto na sociedade regional em que se instalaram, pois houve desapropriações, mudanças na estrutura física e climática das regiões, além é claro, de fortes impactos culturais.

No ranking dos 20 municípios com maiores taxas médias de suicídio nas mesoregiões Oeste e Sudoeste do Paraná no período de 1990 a 2005 (Tabela 22), constatou-se que dos 20 municípios com maiores taxas de suicídio, 8 são municípios atingidos pela construção de Usinas Hidrelétricas, atualmente conhecidos como lindeiros. Seis municípios foram atingidos pela construção da usina de Itaipu, (vide Figura 3): Entre Rios do Oeste, Missal, Diamante do Oeste, Pato Bragado, Marechal Cândido Rondon e Medianeira, todas no Oeste. Dois municípios foram atingidos pela construção da Usina de Salto Caxias (vide Figura 5): Boa Esperança do Iguaçu no Sudoeste e Capitão Leônidas Marques no Oeste.

Tabela 22 - Ranking das taxas médias de mortalidade-suicídio no Oeste e Sudoeste do Paraná – 1990/2005

Lugar no ranking	Município	Taxa Média de Suicídio	População média	% Pop. Rural	% Pop. Urbana
1º	Entre Rios do Oeste* (Oeste)	20,4	3212	50,2	49,8
2º	Bom Sucesso do Sul (Sudoeste)	17,4	3470	66,4	33,6
3º	Missal* (Oeste)	16,2	10295	55,9	44,1
4º	Salgado Filho (Sudoeste)	13,9	6561	70,2	28,8
5º	Diamante d'Oeste* (Oeste)	13,7	5178	60,7	39,3
6º	Realeza (Sudoeste)	13,2	16230	41,3	58,7
7º	Nova Esperança do Sudoeste (Sudoeste)	12,8	5253	80,1	19,9
8º	Pérola d'Oeste (Sudoeste)	12,7	8548	67,3	32,7
9º	São João (Sudoeste)	11,9	11862	58	42
10º	Pato Bragado* (Oeste)	11,8	3922	49,9	50,1
11º	Marmeleiro (Sudoeste)	11,4	13881	53	47
12º	Planalto (Sudoeste)	10,9	14378	68,6	31,4
13º	Marechal Cândido Rondon* (Oeste)	10,7	39254	30,6	69,4
14º	Boa Esperança do Iguaçu* (Sudoeste)	10,7	3272	85,6	14,4
15º	Cafelândia (Oeste)	10,6	10615	25,5	74,5
16º	Capitão Leônidas Marques* (Oeste)	10,4	14641	40,2	59,8
17º	Pinhal de São Bento (Sudoeste)	10,4	2611	76	24
18º	Formosa do Oeste (Oeste)	9,5	9523	50	50
19º	Medianeira* (Oeste)	8,8	37753	15	85
20º	São Pedro do Iguaçu (Oeste)	8,7	7404	59	41

*Municípios atingidos pela construção das Usinas Hidrelétricas de Salto Caxias e Itaipu Binacional.

Fonte: Construção da autora a partir de dados obtidos junto aos IML's das mesorregiões Oeste e Sudoeste, IBGE e Iparde (2005).

A construção das Usinas de Salto Caxias e Itaipu, assim como a construção de toda e qualquer barragem hidrelétrica, gera grandes transformações nos cenários regionais, com impactos ambientais - erosões de terrenos rurais e urbanos e não adaptação de peixes -, bem como com impactos sociais, com a migração forçada de muitas famílias. A perda populacional decorrente das desapropriações de terras e migração subsequente foi bastante sentida em ambas mesorregiões, agravando o impacto social e econômico.

Um ponto importante a ser considerado na análise dos efeitos causados pela construção destas usinas é a forma de desocupação dos espaços alagados, pois foram diferentes as formas administrativas de resolver o problema. A Itaipu, uma empresa binacional foi construída durante o regime militar e tornou-se responsável pela construção e administração da maior usina hidrelétrica do país. Segundo Ribeiro (2002), o programa de desapropriação da Itaipu foi executado no período de 1978 a 1982 e afetou uma população

aproximada de 40 mil pessoas do lado brasileiro. As desapropriações foram feitas espaçadamente nos 8 municípios afetados pelo alagamento. Os moradores das áreas atingidas pela construção da Usina não receberam auxílio da Itaipu para a aquisição de novas áreas, nem tampouco na mudança para outras áreas.

Já o processo de construção da usina de Salto Caxias, administrada pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL, empresa estatal do Paraná, foi diferente. Em tempos de redemocratização e de influxo dos movimentos sociais, a usina de Salto Caxias foi “... a primeira usina brasileira a seguir toda a legislação ambiental e a primeira a ter indenizado todas as propriedades, um ano antes de formar o seu reservatório” (FERREIRA DE LIMA et al., 2003, p.83). O modelo de desocupação das áreas atingidas, adotado pela usina de Salto Caxias, era inédito no Brasil pelo tempo recorde de pagamento das indenizações e pelo acompanhamento da COPEL em todo o processo de desocupação. No Oeste e Sudoeste 1.108 propriedades foram desapropriadas pela construção da Usina de Salto Caxias e “cerca de 1.025 famílias foram indenizadas, sendo que, destas, 600 foram reassentadas em outros municípios não atingidos pela usina” (FERREIRA DE LIMA et al., 2005, p.92).

Os reflexos destes processos diferenciados de desocupação de terras para formação dos lagos das barragens – com desapropriações bem ou mal conduzidas, indenizações adequadas ao valor da terra e suas benfeitorias ou não, reassentamentos projetados ou total desprezo com os destinos das populações atingidas, preocupação com o meio ambiente ou não, entre outros fatores, que afetaram profundamente as populações locais – pode ter influenciado positiva ou negativamente nas taxas de suicídio nas duas mesoregiões. Um processo melhor conduzido que não afetou tão drasticamente os modos de vida das populações pode ter influência em taxas mais baixas de suicídio entre os municípios lindeiros ao lago da Usina de Salto Caxias, pois como vê-se Tabela 22, apenas dois dentre os

20 municípios do ranking de maiores taxas de suicídio são lindeiros: Boa Esperança do Iguaçu, localizada no Sudoeste ocupando o 14º lugar no ranking e Capitão Leônidas Marques, localizada no Oeste, em 16º no ranking.

O contrário ocorreu na região atingida pela Usina de Itaipu, cujo processo de desapropriações foi extremamente prejudicial a população atingida e aos respectivos municípios, alguns dos quais tiveram parte substancial de seu espaço geográfico inundado pelas águas da barragem. Ainda que recebendo royalties³⁵ altíssimos, muitos municípios não conseguiram alavancar um processo de crescimento que resultasse em benefícios para o conjunto de sua população. A existência de seis municípios lindeiros, sendo os cinco primeiros do Oeste (dentre os 15 que são assim denominados) no ranking dos 20 municípios com maiores taxas de suicídio parece ser indicativo seguro dos problemas vivenciados pelas comunidades locais.

Embora a região Sudoeste não tenha sido atingida tão fortemente pelos efeitos da construção da Usina de Salto Caxias, o alto índice de suicídio pode estar relacionado ao fato desta ser uma região que apresenta muitos municípios deprimidos, com fracos indicadores de crescimento, indicando fatores de anomia econômica e social nesta mesorregião.

As altas taxas de suicídio aliado ao baixo dinamismo econômico da mesorregião, são resultados de uma série de fatores como: forte dependência de um único setor da economia (a agricultura), transformações como a redução dos postos de trabalho no campo, uso de máquinas e produtos químicos, falta de incentivos aos pequenos produtores e as mudanças de valores no campo, deixando-os menos tradicionais e enfraquecendo as relações comunitárias mais personalizadas. Estes fenômenos demonstram que a mesorregião

³⁵ Royalties são retribuições financeiras pagas mensalmente pelo franqueado ao franqueador pelo uso contínuo da marca, pelo apoio permanente que o franqueado recebe. No caso de construções de usinas hidrelétricas, é uma espécie de indenização paga pela perda da área alagada. São geralmente pagos apenas aos municípios que tiveram suas terras alagadas.

Sudoeste vêm sofrendo com estas transformações econômicas e culturais criando espaços de anomia tanto econômicas quanto sociais.

Na Tabela 22, foram apresentados os municípios das duas mesorregiões com maiores taxas de suicídio, na população média, bem como a distribuição percentual da população urbana e rural. Observa-se que os 20 municípios com maiores taxas de suicídio são de pequeno porte e, com exceção de Marechal Cândido Rondon e Cafelândia, todos possuíam população rural superior a 40% no período estudado. Este dado indica uma forte relação entre o fenômeno do suicídio e proporção de população rural nessas duas mesorregiões. Altas taxas de suicídio podem ser as respostas ao risco econômico associado à agricultura, que recai principalmente nos agricultores familiares, que carecem de recursos e investimentos para agüentar as oscilações do mercado bem como as oscilações da natureza.

O número de estabelecimentos agropecuários por grupo de área total e o Valor Bruto da Produção Agropecuária Média, também são dois fortes indicativos da relação entre as cidades do ranking das mais elevadas taxas de suicídio no Oeste e Sudoeste com o meio rural. As Tabelas 23 e 24 comprovam o predomínio da pequena e média propriedade rural e a forte dependência econômica que estas cidades de agricultura de pequeno e médio porte, fundamentalmente agricultura familiar, tem neste setor da economia.

Verificando o número de estabelecimentos agropecuários nos 20 municípios de maiores taxas de suicídio no Oeste e Sudoeste (Tabela 23), observa-se que todos estes municípios têm muito mais estabelecimentos situados nas faixas mais baixas, ou seja, de propriedades menores: existem 9.265 estabelecimentos agropecuários de área entre 10 ha e menos de 100 ha e 8.794 estabelecimentos com área inferior a 10 hectares. Apenas 377 estabelecimentos têm entre 100 e 200 ha., 181 propriedades têm entre 200 e 500 ha, 40 de 500 a 2.000 ha e apenas uma propriedade têm acima de 2.000 hectares.

Tabela 23 - Área de estabelecimentos agropecuários dos municípios do ranking das taxas de suicídio no Oeste e Sudoeste do Paraná – 1990/2005

Municípios	Menos de 10 ha	10 ha - menos de 100	100 ha - menos de 200	200 ha - menos de 500	500 ha - menos de 2000	2000 ha - mais	Sem declaração
Entre Rios do Oeste	133	222	5	-	-	-	1
Bom Sucesso do Sul	209	354	21	10	1	-	-
Missal	726	699	17	6	3	-	-
Salgado Filho	667	900	22	14	4	-	-
Diamante d'Oeste	307	251	23	20	7	1	1
Realeza	675	669	23	12	2	-	-
Nova Esperança do Sudoeste	335	566	4	4	1	-	-
Pérola d'Oeste	977	936	14	4	1	-	-
São João	739	825	34	9	2	-	-
Pato Bragado	288	243	2	-	1	-	-
Marmeleiro	537	882	32	11	3	-	-
Planalto	1 253	1 158	11	3	-	-	-
Marechal Cândido Rondon	1 042	1 829	30	12	2	-	-
Boa Esperança do Iguaçu	308	330	9	6	-	-	-
Cafelândia	191	381	21	26	4	-	-
Capitão Leônidas Marques	572	615	13	4	-	-	-
Pinhal de São Bento	149	241	7	2	2	-	-
Formosa do Oeste	739	713	17	6	2	-	-
Medianeira	801	1 100	45	9	1	-	-
São Pedro do Iguaçu	441	438	27	23	4	-	-
Total de propriedades por área	8794	9265	377	181	40	1	2

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96.

Ao analisar o valor bruto de produção e o valor bruto de produção per capita, das mesorregiões Oeste e Sudoeste (Tabela 24), evidencia-se a relação de dependência de muitos municípios com o espaço rural. O valor bruto de produção do Paraná é obviamente superior do que suas mesorregiões, porém quando verificados estes valores per capita vê-se o peso que cada mesorregião tem neste setor da economia. No Oeste o valor bruto de produção per capita em 2000 foi de R\$ 20.556 e no Sudoeste este valor foi de R\$ 12.186 e para o Paraná esse valor foi de R\$ 11.435.

Tabela 24 – Valor Bruto de Produção no Oeste e Sudoeste do Paraná

	Valor Bruto de Produção (R\$ 1,00)	Valor Bruto de Produção (R\$ 1,00) per capita
Paraná	20.325.651.895,49	11.435
Oeste - PR	4.306.456.053,23	20.556
Sudoeste -PR	2.310.276.176,21	12.186

Fonte: Dados do IPARDES - 2000.

Mesmo municípios com maior grau de urbanização, como Medianeira, Cafelândia e Marechal Cândido Rondon apresentam suas economias fortemente vinculadas ao campo. Medianeira, embora esteja localizada no extremo Oeste do Paraná, a 60km da fronteira com o Paraguai e a Argentina, o que representa ganhos na indústria e no comércio, é uma cidade que faz parte dos municípios limieiros ao lago de Itaipu e têm no setor agroindustrial a base da economia municipal, possui ainda uma das mais expressivas cooperativas da região. A Cooperativa Agroindustrial Lar, com sede em Medianeira, através de seus associados e funcionários, opera com unidades de armazenagem e industrialização de soja, mandioca, rações e aves, influenciando o crescimento do setor industrial do município e da região.

Os municípios de Cafelândia e Marechal Cândido Rondon, também apresentam uma dinâmica econômica muito ligada ao campo. Cafelândia, localizado a 45km de Cascavel, tem como base a agropecuária, através das culturas de soja, trigo, milho e criação de animais, em especial a criação de frangos, com existência de abatedouros. Marechal Cândido Rondon tem na agricultura o setor econômico mais forte do município, com o cultivo de soja, milho e mandioca, com representação também nos plantéis de suínos, bovinos de corte e leiteiro, aves e peixes. Assim como Cafelândia celebra anualmente a Festa do Frango, Marechal Cândido Rondon realiza a Festa Nacional do Boi no Rolete, ambas referem-se a festas gastronômicas tradicionais que representam a importância da cultura do frango e boi para estas cidades. Marechal realiza ainda a Oktoberfest, uma tradicional festa

germânica que tem como atração o chopp, além de comidas típicas alemãs, bandas e apresentações de grupos folclóricos.

Embora estes três municípios apresentem um considerável dinamismo regional, é importante salientar que este dinamismo está fortemente interligado ao campo, aos pequenos e médios estabelecimentos de agricultura familiar e que assim como os demais municípios do ranking também sofreram com as mudanças ao longo do seu período de desenvolvimento.

Outro fator verificado é que 11 dos 20 municípios do ranking das maiores taxas de suicídio no Oeste e Sudoeste (Tabela 22) são municípios criados durante a década de 1960: Missal, Salgado Filho, Realeza, Pérola D'Oeste, São João, Marmeleiro, Planalto, Marechal Cândido Rondon, Capitão Leônidas Marques, Formosa do Oeste e Medianeira. Na Década de 1970, apenas o município de São Pedro do Iguçu e na década de 1980 Cafelândia e Diamante do Oeste. Na década de 1990 foram criados 6 municípios: Entre Rios do Oeste, Bom Sucesso do Sul, Nova Esperança do Sudoeste, Pato Bragado, Boa Esperança do Iguçu e Pinhal de São Bento.

Estes municípios, com exceção dos três já mencionados (Cafelândia, Marechal Cândido Rondon e Medianeira) são municípios com baixo grau de especialização e que apresentam um dinamismo relativamente baixo, alguns por serem municípios novos, que desde que se emanciparam não desenvolveram-se muito e outros, que constituem-se na maioria dos municípios do ranking, são municípios existentes desde o intenso fluxo migratório que ocupou estas duas mesorregiões, mas que também não se configuraram como municípios de economias dinâmicas.

Ao verificar o IDH-M médio para o período de estudo, nos municípios do ranking de mortalidade-suicídio do Oeste e Sudoeste do Paraná (Tabela 22), esta variável não pareceu estar relacionada as taxas de suicídio, pois de forma geral os municípios campeões

em suicídio apresentaram índices relativamente bons, girando em torno de 0,73, muito semelhante a média estadual de 0,75 (Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil 2000). Todavia, quando verificado separadamente o IDH-M renda, IDH-M longevidade e o IDH-M educação, para estes municípios, houveram variações maiores. A variável renda foi a que apresentou média mais baixa, os seja 0,63, inferior a média do estado de 0,71. As médias de longevidade e educação para as cidades do ranking eram respectivamente 0,74 e 0,82, muito semelhantes a do estado: 0,71 na variável longevidade e 0,83 na variável educação.

Intensidade de pobreza e percentual de pobres também são variáveis que tiveram médias mais altas para os 20 municípios do ranking de maiores taxas de suicídio. Enquanto o Paraná apresentava uma média de 42,6, a média de intensidade de pobreza para os municípios do ranking era de 46. Já o percentual de pobres é ainda mais revelador. Enquanto o Paraná como um todo apresentava percentual médio de 29,3% de pobres, para os municípios do ranking a média era de 42%.

Outra variável econômica que também apresenta forte relação com as taxas de suicídio é renda per capita. Enquanto a média de renda per capita para o estado do Paraná era de R\$ 273,00, segundo o Atlas IDH (2000), a média para os 20 municípios do ranking de mortalidade por suicídio era de apenas R\$182,00.

Embora os testes de correlação linear (ver tabelas em anexo) não tenham apresentado significância com as taxas de suicídio nas mesoregiões Oeste e Sudoeste do Paraná entre os anos de 1990 a 2005, as taxas de urbanização, renda per capita, o IDH-M, a intensidade e o percentual de pobres, as taxa de suicídio no meio rural e urbano, a área de estabelecimentos agrícolas, a dinâmica da agricultura, bem como a influência das migrações em ambas mesorregiões, são indicativos que se mostraram muito importantes para a compreensão das taxas de suicídio, nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná.

Assim como o trabalho de Martins Junior e Neto (2005), este também não apresentou significância estatística, porém ambos trazem importantes contribuições para deslindar este fenômeno tão complexo que é o suicídio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a relação entre ocorrência de suicídio e a configuração do processo de desenvolvimento regional do Oeste e Sudoeste do Paraná, entre os anos de 1990 e 2005. Através da bibliografia de referência, da pesquisa quantitativa e qualitativa, o trabalho revelou as altas taxas de suicídio em ambas mesorregiões a forte relação destas altas taxas de suicídio com o conjunto de processos e dinâmicas sócio-econômicas responsáveis pelo desenvolvimento das mesorregiões Oeste e Sudoeste, principalmente as mudanças sofridas no setor rural.

Verificou-se que em todo o período estudado, as taxas de suicídio em ambas mesorregiões foram superiores as médias nacional (4,3/100 mil habitantes) e estadual (6,1/100 mil habitantes). No Oeste a taxa média foi de 6,5 e no Sudoeste a taxa média foi ainda mais alta, 9/100 mil habitantes.

Evidenciou-se, como em outros trabalhos, que a conduta suicida é largamente mais freqüente entre os homens do que entre as mulheres, isto mesmo quando o contingente populacional feminino é superior ao masculino; que o enforcamento é o método mais utilizado na prática do suicídio, seguido por arma de fogo e envenenamento. Também como apontaram outros estudos para o Brasil, no período de 1990 a 2005 nas duas mesoregiões paranaenses, a mortalidade-suicídio entre pessoas casadas foi mais freqüente que entre os solteiros, viúvos e desquitados.

Com relação a faixa etária dos suicidas, verificou-se que na mesorregião Oeste a faixas etárias mais atingidas foram de 19 a 30 a nos e 31 a 45 anos e na mesorregião Sudoeste foram de 31 a 45 anos seguida de 46 a 60 anos, ou seja, faixas etárias de vida ativa e produtiva para a maioria das pessoas.

Apesar da lacuna de algumas informações como grau de instrução escolar, no Oeste e Sudoeste, percebeu-se que os maiores índices de suicídio são entre indivíduos que cursaram apenas o ensino fundamental.

Percebeu-se também que em todo o período as taxas de suicídio foram superiores entre os indivíduos de ocupação rural, o que indica uma forte associação entre taxas de mortalidade-suicídio e a atividade agropecuária. Vale ressaltar também que muitas pessoas que cometeram suicídio em áreas urbanas podem ser oriundos do meio rural. Esta relação foi observada tanto na região Oeste, quanto na região Sudoeste, todavia no Sudoeste esta relação foi ainda mais forte, indicando maior dependência do setor agropecuário no desenvolvimento desta região que se configurou como região de agropecuária mais tradicional e pouco capitalizada, com pequenas propriedades e predomínio da agricultura familiar.

A atividade agropecuária nos municípios destas regiões, e acredita-se que em grande parte dos municípios brasileiros, passou por transformações que modificaram a paisagem do campo. A estrutura agropecuária do Oeste e do Sudoeste do Paraná sofreu grande redução nos postos de trabalho, modificação nas formas de produção através do uso de máquinas e produtos químicos e a tensão causada entre valores mais tradicionais e novos, aliados à impossibilidade da construção de uma identidade social nova ou alternativa, pode estar elevando as taxas de mortalidade-suicídio.

A mortalidade elevada de suicídio em agricultores estaria refletindo também as precárias condições de sobrevivência desse estrato populacional - endividamento, concentração da terra, êxodo rural e até exposição profissional intensa aos agrotóxicos - podem acarretar quadros depressivos, levando muitos agricultores a cometer o suicídio.

Outra relação importante destacada por esta pesquisa foi o efeito causado pelas construções das barragens das Usinas de Itaipu e Salto Caxias no desenvolvimento regional como um todo e no plano particular em especial, atingindo inúmeras famílias

residentes nas áreas desapropriadas para a construção dos lagos das referidas usinas. Através da bibliografia de referencia, observou-se que a Usina de Salto Caxias adotou uma política mais eficaz no processo de desocupação do que a Usina de Itaipu e isto também pode ter influenciado nas taxas de mortalidade-suicídio. Segundo o ranking dos 20 municípios de ambas mesorregiões com maiores taxas de suicídio, 8 referem-se a municípios atingidos pelas Usinas Hidrelétricas, seis delas atingidas pela Usina de Itaipu e duas atingidas pela Usina de salto Caxias.

No que se refere a distribuição das ocorrências de suicídio segundo meses do ano, percebeu-se pequenas nuances. No Oeste do Paraná os dois meses com maiores ocorrências foram dezembro e abril, seguidos por janeiro, março, agosto e outubro. Já no Sudoeste, os dois meses com maiores taxas de suicídio foram março e junho, seguidos de outubro, dezembro, agosto e setembro. Quando verificadas apenas a distribuição dos suicídios mês a mês, entre as ocupações rurais observa-se que os meses com maiores taxas que coincidiram em ambas mesorregiões foram: dezembro e julho.

Com os limites que o estudo desta temática apresenta, a dificuldade na obtenção dos dados sobre os sujeitos, a precariedade e por vezes, a ausência completa destas de informações contidas nos laudos dos IML's, não foi possível estabelecer uma relação entre ocorrência de suicídio, religião e etnicidade. Embora tenham sido levantados estes dados para as duas mesorregiões, a ausência destas informações nos laudos não permitiu uma análise de correlação.

A conclusão mais importante deste trabalho e que, sem dúvida, carece de aprofundamento é a associação das taxas de suicídio com a agropecuária nas mesorregiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Pode-se perceber através deste estudo que a agricultura e em especial a agricultura familiar necessita cada vez mais de investimentos que auxiliem o desenvolvimento do potencial local, deixando de ser uma atividade de risco.

Para isto as políticas de desenvolvimento regional, deverão atender prioritariamente o setor rural, buscando novas propostas para a subsistência de pequenos agricultores familiares com baixa capitalização. São necessários investimentos que minimizem algumas defasagens tecnológicas que acabam distanciando esse grande contingente de agricultores, dos padrões exigidos pelo mercado.

A ausência de programas de financiamento, a relativa dificuldade de permanência de grupos mais jovens no setor, a restrita ocupação de mão-de-obra, são fatores que denunciam a ineficiente política social para o setor rural.

Por fim, acredita-se que, para minimizar este grave problema social e econômico, são necessários maiores investimentos em pesquisas, assessorias, apoio técnico e financiamentos para o agricultor familiar, bem como ampliar a atuação de entidades associações e cooperativas agrícolas, criar parcerias entre associações de produtores e prefeituras. Viabilizar a criação e o crescimento das agroindústrias já existentes no Oeste e Sudoeste do Paraná, que possibilita à família rural não só um complemento da renda, mas a geração de riqueza e qualidade de vida, atuando também na diminuição do processo de êxodo rural e na união familiar.

Estas são ações que poderiam baixar custos de produção e de comercialização, capazes de proporcionar uma maior agregação de valores em toda a faixa de produtores rurais, contribuir para a geração de programas específicos com controle e avaliação ágil, elevando o número e empregos rurais e o bem estar social no setor, minimizando quisá os efeitos nocivos do processo de desenvolvimento, como as altas taxas de suicídio.

Entender que a problemática do suicídio tem uma dinâmica local relevante é o primeiro passo para compreender as taxas de autoviolência e buscar assim, criar políticas ou

ações capazes de minimizar o fenômeno. A identificação e o acompanhamento dos eventos podem trazer importantes contribuições para a diminuição deste agravo na população.

Um ponto de fundamental importância para dimensionar o fenômeno do suicídio é o aperfeiçoamento da coleta de dados. São necessárias informações mais precisas na sua fonte de produção: IML's, Corpo de Bombeiros, Cartórios, Polícia e Sistemas de Informação sobre Mortalidade (SIM). Informações corretas sobre as ocorrências – ainda que vários estudos indiquem que há subnumeração nos números do suicídio no Brasil (MELLO JORGE, 2000, FELIX, 2002 e MINAYO 1998) – permitiriam, a criação de políticas públicas capazes de criar ações preventivas, pois não se pode aceitar apenas os dados aglomerados para medir a relevância do problema do suicídio.

Este é um estudo que buscou como ponto de análise a dimensão social do complexo fenômeno do suicídio. Espera-se que outros estudos da área social e também psicológicas se incluam no vasto campo que se abre a cada nova investida sobre este objeto, somando estas e outras informações aqui não verificadas, capazes de trazer aportes importantes para a diminuição desse agravo na população.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Transformações na vida camponesa – o sudoeste paranaense. 1981.179 f. Dissertação (Mestrado). Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, São Paulo, 1981.

_____. Uma nova extensão para a agricultura familiar. In: Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, 1997. Brasília: **Anais...** Brasília: PNUD, p.222,1997.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL (**IDH-M**) 1991-2000. Disponível em: <http://www.fjp.gov.br/produtos/cees/idh/atlas_idh.php>. Acesso em 15 de jun. 2006.

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

AZEVEDO, P. R, COLOGNESE, S. A, SHIKIDA, P.F.A. Agroindústrias familiares no oeste do Paraná: um panorama preliminar. **Revista de Administração da UFLA**. Lavras, v.2, n.1, p.3-10, jan/jun 2000.

BARROS, M. B. A. As mortes por suicídio no Brasil. In: CASSORLA, R. M. S. (coord.). **Do Suicídio: estudos Brasileiros**. Campinas: Papirus, 1991.p.41-60.

BATTISTI, E. As disputas pela terra no sudoeste do Paraná: os conflitos agrários dos anos 50 a 80 do século XX. **Campo- Território: revista de geografia agrária**. v.1, n.2, p.65-91, ago. 2006.

BONI C. E.; CUNHA, M. S. da. Evolução da estrutura fundiária no Estado do Paraná no período de 1970 a 1995/96. In: CUNHA, M. S.; SHIKIDA, P. F. A.; ROCHA JÚNIOR, W. F. da. (Orgs.) **Agronegócio paranaense: potencialidades e desafios**. Cascavel : EDUNIOESTE, p.145-162, 2002.

BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, P.R (Org.). **Economia regional: teoria e métodos de análises**. Fortaleza. BNB/ETENE, 1989.

BRAET, H.; VERBEKE, W. **A morte na idade média**. São Paulo: EDUSP, 1996.

CASSORLA, R. M. S. (coord.) **Do Suicídio: Estudos Brasileiros**. Campinas: Papirus, 1991.

_____.Comportamento suicidas na infância e na adolescência. In: CASSORLA, R. M. S. (coord.). **Do Suicídio: estudos Brasileiros**. Campinas: Papirus, 1991.p.61-87.

_____. **O que é suicídio**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. O tempo, a morte e as reações de aniversário. In: CASSORLA, R. M. S. (coord.). **Do Suicídio: estudos Brasileiros**. Campinas: Papirus, 1991.p.107-116.

CERRETA, G.F. As pequenas agroindústrias familiares no sudoeste paranaense: um enfoque gerencial. **Revista Faz Ciência**. Francisco Beltrão, v.6, n.1,p.333-352, 2004.

COLOGNESE, S. A. Identidade e organizações étnicas entre os descendentes de italianos. **Revista Tempo da Ciência**, Toledo, v.7, n. 14, p.55, 1999.

DATASUS. **Estatísticas vitais**. Disponível <<http://www.datasus.gov.br>> Acesso em: 15 mar. 2006.

DEL GROSSI, M.E.; SILVA, J.G. **Estudo de Caso: fábrica do agricultor do estado do Paraná, sul do Brasil**. Disponível em: <<http://www.fidamerica.cl/erna/documentos/b.fidfinal.pdf>> Acesso em: 20 de abr. 2005.

DIAS, M.L. O suicida e suas mensagens de adeus. In: CASSORLA, R. M. S. (coord.). **Do Suicídio: estudos Brasileiros**. Campinas: Papirus, 1991. p.89-106.

DURKHEIM, É. **O Suicídio: estudo sociológico**. Rio de Janeiro: Presença, 1996.

FALK, J. W. et al. Suicídio e uso de agrotóxicos: conseqüências do uso de agrotóxicos organofosforados? **Relatório Azul 1995**. Assembléia Legislativa/RS, p.244 –262.1995.

FELIX, S.A. **Geografia do crime: interdisciplinaridade e relevâncias**. Marília: Marília-Unesp-Publicações, 2002.

FERES, J. B. Propriedade da Terra: opressão e miséria – o meio rural na história social do Brasil. **Latin American Studies**, v.56. Amsterdam, 1990.

FERREIRA DE LIMA, J.et al. A região de Salto Caxias no Sudoeste Paranaense: elementos para uma política de desenvolvimento econômico microrregional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento Econômico**, v.108, p. 87-111, jan./jun. 2005.

_____. A percepção do conceito de desenvolvimento regional nas áreas atingidas pelos reservatórios de Itaipu e Salto Caxias. **Informe Gepec**, Toledo: UNIOESTE, v.7, n.1,p. 81-94, jan./jun. 2003.

FIGUEIREDO, A.H. Crédito rural e mudança tecnológica no oeste do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v.54, n.2, p.83-117, abr./jun. 1992.

GIORDANO, V. Subsídios para a profilaxia do suicídio através da educação. In: CASSORLA, R. M. S. (coord.). **Do Suicídio: estudos Brasileiros**. Campinas: Papirus, 1991.p.167-188.

GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

GRUNSPUN, H.fatores suicidógenos como avaliação do risco de suicídio em adolescentes. In: CASSORLA, R. M. S. (coord.). **Do Suicídio: estudos Brasileiros**. Campinas: Papirus, 1991.p.117-148.

GROSSI, R. Estudo da mortalidade por suicídio no município de Maringá-Paraná. 2000. 78 f. Dissertação (Mestrado). Departamento de Neorologia, Psiquiatria e Psicologia Médica, USP, São Paulo, 2000.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico Paraná**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 20 mar. 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário: 1995-1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995-1996.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Anuário Estatístico do Paraná**. Curitiba: IPARDES: BRDE, 2000.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Paraná: diagnóstico social e econômico**. Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense**. Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Sudoeste**. Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004.

JAMISON, K. R. **Quando a noite cai: entendendo o suicídio**. Rio de Janeiro: Gryphus Editora, 2002.

KLAUCK, S. **Gleba dos Bispos: colonização no Oeste do Paraná - uma experiência católica de ação social**. Porto Alegre: EST, 2004. 120p.

KLEIKE, M. L U. et al. Movimento migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96) origens distintas e destinos convergentes. **Revista paranaense de desenvolvimento econômico**, n.95, p. 27-50, jan./abr. 1999.

KOSSOBUDZKI, L. A.; FORTE, P. Mortalidade por suicídio na cidade de Curitiba durante os anos de 1978 a 1983. **Psicologia argumento**, ano VII, n.7, p.97-111, jun.1987.

LAZIER, H. **Análise histórica da posse de terra do Sudoeste paranaense**. 18. ed. Curitiba: SECE/BPP, 1986.

LEOMIL, L. Brasil é o terceiro do mundo em mortes violentas. Por quê? **USP Online**. 27 Nov.2003. Disponível <<http://www.usp.br/portugues/acontece/destaque>> Acesso em 01 out. 2005.

LEÓN, L. M.; BARROS, M. B. A. Mortes por suicídio: diferenças de gênero e nível socioeconômico. **Cadernos de Saúde Pública**, v.37, n.3, p. 1-11, jun. 2003.

MARTINS JUNIOR, D. F; NETO, J.F.S. Tendência espacial nas taxas de suicídio no Brasil, período 1980-2002. In: VI Encontro Nacional da Anpege, 2005, Fortaleza. **Anais....** Fortaleza, set. 2005.

MENEGHEL, S. N. et. al. Características epidemiológicas do suicídio no Rio Grande do Sul. **Revista de Saúde Pública**, v.38, n.6, p. 804-810, dez,2004.

MERTON, R. K. Social Structure and Anomie. I: TRAUB, Stuart H. E LITTLE, Craig B. **Theories of Deviance**. 4. ed. New York: F.E. Peacock Publishers, 1999.

MINAYO, M. S. A autoviolência, objeto da sociologia e problema de saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, v.4, n.2, p.1-10, abr./jun. 1998.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Informações de saúde**. Disponível em <<http://www.saude.gov.br>> Acesso em 05 fev. 2006.

NUNES, C. R. O. et al. Psicologia, ethos e suicídio (na região de Blumenau). **Dynamis**, v. 9, n. 37, p. 79-87, out./dez. 2001.

NUNES, E. D. O suicídio reavaliando um clássico da literatura sociológica do século XIX. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 14, n.1, p.1-16, jan./mar.1998.

OLIVEIRA, G. B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5, n. 2, p. 47-62, 1994.

PERIS, A. F. (org). **Estratégias de desenvolvimento regional**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

PIACENTI, C. A.; FERREIRA DE LIMA, J. F.(Coord.). **Análise do impacto dos reservatórios das hidroelétricas no desenvolvimento econômico microrregional**. Toledo:

UNIOESTE/Campus de Toledo, março/2001. 245p. (Relatório de Pesquisa. UNIOESTE – Campus de Toledo/Fundação Araucária – Projeto 612) projeto concluído 2002.

PIFFER, M. Apontamentos sobre a base econômica da Região Oeste do Paraná. In Casimiro Filho & Shikida. **Agronegócio e desenvolvimento regional**. Cascavel: EDUNIOESTE, 1991.

REZENDE, L. P. F; PARRÉ, J. L. A hierarquização dos municípios paranaenses segundo as suas atividades agrícolas. **Informe Gepec**, v.07, n.2, p.99-119, jul./dez., 2003.

RIBAS, A.D.;SPOSITO,E.S.; SAQUET,M.A.(Orgs).**Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

RIBEIRO, M.F. **Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu**.Cascavel: Edunioeste, 2002.

ROLIM, C.F.C., O Paraná urbano e o Paraná do agronegócio: as dificuldades para um projeto político. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n.86, p.49-99. set./dez., 1995.

SANTANA, F.S. et al. Evolução Temporal da Mortalidade por Suicídio no Brasil, 1980 a 1999. **Boletim Claves/Cenepi** [periódico na internet] 2002 dez. Disponível em: <<http://www.claves.fiocruz.br/boletim%206.pdf>>. Acesso em 12 de ago. 2004.

SCHALLENBERGER, E. COLOGNESE, S. **Migrações e comunidades cristãs: o modo de ser evangélico-luterano no Oeste do Paraná**. Toledo: EDT, 1994.

SCHREINER, D. F. **Cotidiano, trabalho e poder**. A formação da cultura do trabalho no Extremo Oeste do Paraná. Toledo: EDT, 1997.

SILVA, B. (coord. geral). **Dicionário de Ciências Sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed.da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

SOUZA, K.R; WADI, Y.M; STADUTO, J.A.R. Um Estudo Exploratório sobre o Suicídio em Toledo/PR: Regularidades, Recorrências e Tendências num Cenário de Transformações Sócio-Econômicas(1954 a 2002). **Revista Redes**, v. 10, n.1, p.191-210, jan./abr. 2005.

STADUTO, J.A.R. et al. Sistema Público de Emprego do Paraná: uma análise regionalizada da intermediação da mão-de-obra. **Revista Paranaense de Desenvolvimento Econômico**, v.106, p.49-69, jan./jun. 2004.

VANRELL, J.P. et al. O comportamento suicida no estado de São Paulo. Estudo comparativo dos últimos 16 anos em duas Regiões do Estado. **Saúde, Ética & Justiça**, v.1, n.2, 1996.

WACHOWICZ, R.C. **Obrages, Mensus e Colonos**.Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

_____. **História do Paraná**. 6 ed. Curitiba: Ed. Gráfica Vicentina, 1988.

WERLANG, R. Suicídio: uma análise causal das taxas de mortalidade-suicídio no Rio Grande do Sul. In: **XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural** Anais. Cuiabá-MT: 2004.

ANEXOS

